

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**COLÉGIOS JESUÍTICOS NO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII:
ADMINISTRAÇÃO DOS BENS TEMPORAIS A SERVIÇO DOS BENS
DIVINOS**

ANTONIO IVAN CESSO

**Piracicaba, SP
2011**

**COLÉGIOS JESUÍTICOS NO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII:
ADMINISTRAÇÃO DOS BENS TEMPORAIS A SERVIÇO DOS BENS
DIVINOS**

ANTONIO IVAN CESSO

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ MARIA DE PAIVA

**Dissertação para qualificação
apresentada à Banca
Examinadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação da
UNIMEP como exigência parcial
para obtenção do título de Mestre
em Educação.**

**Piracicaba, SP
2011**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Maria de Paiva (Orientador)
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandez
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Profa. Dra. Renata Cristina Barrichelo Cunha
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

DEDICATÓRIA

À Luisa.

AGRADECIMENTOS

Cada página deste trabalho teve o apoio e o incentivo de muitas pessoas. Impossível mencionar aqui todos que de uma forma ou de outra foram fazendo com que a evolução desse trabalho fosse tomando corpo e para que eu não desistisse da empreitada. Desafios foram muitos.

Primeiramente a Deus vai o meu pensamento de agradecimento por tudo de bom que Ele me proporcionou em todos esses anos de vida e principalmente nesse período de estudos. Sei que me carregou nos braços, várias e várias vezes.

Aos meus pais Sr. Fiorêncio (que infelizmente não pode me acompanhar na maior parte de minha vida) e Da. Irene que desde cedo me incentivaram nos estudos, ao lado de minhas irmãs Maria Aparecida e Valdete, que pela diferença de idade entre eu e elas, foram meus segundos pais. Acreditaram em mim. Muito me ajudaram.

A minha amada esposa Luísa, que passou longas noites me esperando enquanto eu brigava com as palavras diante do computador. Muito antes de iniciar esses estudos já me apoiava e incentivava a fazê-lo. Muitas horas de paciência ela soube computar entre um final de semana e outro, sem reclamar. Só ela sabe o quão difícil foi chegarmos até aqui.

Aos meus queridos filhos Ivens – muito colaborou no traslado de livros nos finais de semana de Campinas para Piracicaba - e Lorisa, que entenderam meu propósito e muito colaboraram, mesmo aumentando a família, com a pequena Lívia.

Ao meu prezado orientador Prof. Dr. José Maria de Paiva. Humilde e simples. Ao mesmo tempo grandioso. Obrigado por cada palavra de incentivo, de apoio e também pela amizade que resultou das aulas e das sábias orientações, com muita paciência e dedicação. Agradeço também pelas ótimas tardes de café e geleias em sua residência.

A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que financiou a maior parte dos meus estudos e a realização deste trabalho.

A todos os professores do PPGE (UNIMEP) em especial a Dra. Renata Cristina Barrichelo Cunha, Dr. César Romero A. Vieira, Dra. Selma Borghi Vergo e Dra. Adriana Duarte Bonini Mariguela que me mostraram novas perspectivas acadêmicas, tanto nas aulas, como principalmente quando na qualificação e ao

professor Dr. Paulo Romualdo Hernandez, da UNIFAL-MG, que nos atendeu prontamente para participar da banca avaliativa, bem como por seus escritos, que me ajudaram nesse trabalho.

Ao Sidney, Shirley e Letícia, que muitos finais de semana me acolheram e ouviram falar sobre os jesuítas e nem por isso me expulsaram de sua residência - meu refúgio predileto - fora de Piracicaba – juntamente com Sr. Aristides e D^a. Cecília de Paula.

Aos amigos que fiz durante o curso, em especial ao grupo de História: Adriano, Andréia, Arary, Cibele e Marcos Scopinho. Vocês são mais que amigos, são irmãos. Se de acordo com Paiva nós somos o que somos em relação aos outros, com certeza hoje eu sou uma pessoa melhor graças à amizade de vocês. Sentirei saudades de nossos almoços e de nossas discussões filosóficas entre um café burguês e um proletário.

Aos professores Marcelo Fernandes, Alexandre Breda, Daniele Libardi, Carol Bocca, Antonio Carlos, Pedro Adamo, Rogério, Sérgio e Sebastião da Faculdade Anhanguera. Vocês disponibilizaram horas preciosas para me ajudar no desenvolvimento do projeto de mestrado. Desde o início me incentivando e muitas vezes me corrigindo. Ou somente me ouvindo.

Aos professores da Escola Dr. Alfredo Cardoso, entre eles a Carol (que também pacientemente me ouviu e me ajudou em todo o percurso), Daniel, Valcir e Jaime.

Não poderia me esquecer da família Coelho: o Dorival, a Cristina, Vinícius (que também muito me ajudou transportando livros de São Bernardo do Campo para Piracicaba), Camila e Giovana, bem como da família Pólvore: Nilson, Laura, Victor e Thamires.

Meu agradecimento a todos!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - Brasil

*“Uma geração vai, e outra geração vem;
mas a terra para sempre permanece.
Nasce o sol, e o sol se põe,
e apressa-se e volta ao seu lugar de onde nasceu.
O vento vai para o sul, e faz o seu giro para o norte;
continuamente vai girando o vento,
e volta fazendo os seus circuitos.
Todos os rios vão para o mar,
e contudo o mar não se enche;
ao lugar para onde os rios vão,
para ali tornam eles a correr.
Todas as coisas são trabalhosas;
o homem não o pode exprimir;
os olhos não se fartam de ver,
nem os ouvidos se enchem de ouvir.
O que foi, isso é o que há de ser; e o que se fez,
isso se fará; de modo que nada há de novo debaixo do sol.
Há alguma coisa de que se possa dizer:
Vê, isto é novo? Já foi nos séculos passados,
que foram antes de nós.
Já não há lembrança das coisas que precederam,
e das coisas que hão de ser também delas não haverá lembrança,
entre os que hão de vir depois”.*

Eclesiastes 1: 4-10

RESUMO

Os jesuítas, sempre polêmicos e atuais, envoltos entre lendas e mitos, verdades e mentiras, poder e glória, fizeram parte da educação brasileira por mais de dois séculos. Concomitantemente foram se mostrando exímios administradores, quer pela necessidade de sobrevivência da Ordem, quer pelas habilidades educacionais e culturais que estavam enraizados.

Criados dentro de uma severa disciplina e obediência total à Igreja Católica, foram os responsáveis não só pela evangelização dos gentios como pelo trabalho de colonização e expansão das terras portuguesas.

Foi importante, portanto, embrenhar nas origens do Brasil colônia, começando por Portugal, sua estrutura sócio-política e sua religiosidade; seu mercantilismo, dentro dele as grandes navegações; a origem da Companhia de Jesus, cerne de todo estudo; a vinda para o Brasil da Ordem e finalmente a capacidade de enfrentar as dificuldades pertinentes à época através da administração de seus bens, diante dos objetivos a serem desenvolvidos, por incumbência direta da Coroa portuguesa.

Este estudo fez uma análise das atividades jesuíticas em terras brasileiras, no tocante aos bens materiais que a Companhia de Jesus dispunha diante de si como forma de sustentáculo para o desenvolvimento de sua atividade humana em prol de uma atividade divina: a grande diversificação de negócios e empreendimentos, a forma de administração e a utilização desses recursos como fonte principal de subsistência.

Palavras-chave: Colégios - Jesuítas - Educação

ABSTRACT

The Jesuits, who were always updated and polemic and involved among myths and legends, truths and lies, power and glory, were part of Brazilian education for more than two centuries. Concomitantly they were proven to be skilled administrators, either by the Order survival needs, or by the educational and cultural skills in which they were based on.

Created within a strict discipline and complete obedience to the Catholic Church they were responsible not only for the gentiles evangelization as well as for the colonization work and the Portuguese lands expansion.

It was therefore important to permeate into the origins of colonial Brazil, starting with Portugal, their socio-political structure and religiosity, their mercantilism and inside it, their great voyages; the origin of Jesus Society, which is the core of the whole study; the forthcoming of the Order to Brazil and finally, the ability to face difficulties within those times, though their goods administration facing the objectives to be developed by the Portuguese Crown direct incumbency.

This study performed an analysis of the Jesuit activities in Brazilian territory, concerning the goods the Jesus Society had before them as a way of upholding human development activity on the behalf of a divine activity: businesses and ventures diverse range, administration style and the use of those goods as the main livelihood resource.

Key words: Colleges - Jesuits - Education

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1 – Portugal – Um pequeno grande Reino	14
1.1 – Sua formação e sua religiosidade.....	15
1.2 – Novas terras – Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz: Brasil.....	27
Capítulo 2 – A crise religiosa por volta do século XVI	32
2.1 – As Reformas.....	33
2.2 – A Companhia de Jesus – Os jesuítas.....	35
Capítulo 3 – Administração de bens temporais	44
3.1 – Os jesuítas no Brasil.....	45
3.2 – Um preocupante início.....	47
3.3 – Bens humanos – bens divinos.....	58
3.4 – Um império a ser administrado.....	65
3.5 – As estruturas abaladas.....	78
Considerações finais	87
Referências Bibliográficas	91
Anexos	97
Anexo 1 - Propriedades da Companhia de Jesus no Brasil.....	97
Anexo 2 - Conta Corrente dos Colégios do Pará e do Maranhão com a Procuratura de Lisboa (Dezembro de 1685).....	98
Anexo 3 - Conta Corrente do Colégio do Pará com a Procuratura de Lisboa (1690).....	100
Anexo 4 - Contas Correntes e Faturas – Ano de 1699.....	101
Anexo 5 - Contas Correntes e Faturas – Ano de 1715.....	102
Anexo 6 - Contas Correntes e Faturas – Ano de 1715 em o último dia	

de dezembro.....	105
Anexo 7 - Lei de 3 de setembro de 1759 - Do Marquês de Pombal.....	107
Anexo 8 - Gerais da Companhia de Jesus.....	109
Anexo 9 – Sesmaria.....	110
Anexo 10 – Ratio Studiorum – XI: Regras para o professor de Matemática.....	115

INTRODUÇÃO

*O valor das coisas não está no tempo em que elas duram,
mas na intensidade com que acontecem.
Por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.*

Fernando Pessoa (1888-1935)

O que se deseja com este trabalho é apresentar a forma de administração dos Colégios da Companhia de Jesus no Brasil nos séculos XVI e XVII, administração esta, dedicada aos seus bens terrenos para garantia de sustento dos seus membros, principalmente os missionários e ao mesmo tempo alicerce para levar a fé católica a todos os gentios, dupla delegação, exclusiva aos jesuítas, por ordem expressa do rei de Portugal: formar e administrar os colégios e a catequização dos índios.

Salienta-se aqui a importância deste tema de trabalho de pesquisa para dimensionarmos o início dos Colégios Jesuíticos na época colonial, que eram constituídos no sentido para a época, ou seja, intuito missionário, principal fonte de apoio para os futuros padres a serem enviados às missões, diferentemente da idéia de colégio atual, exclusivo para estudos e ensinamentos.

Trata-se de um tema pouco levantado e estudado, quando na realidade é necessário entender como os jesuítas lidavam com os problemas financeiros da época, sendo que deveriam receber as dotações reais, as quais seriam enviadas de acordo com a quantidade de jesuítas a serem mantidos em terras brasileiras. Porém, tais dotações não garantiam a sobrevivência dos mesmos e também, principalmente, para a realização dos objetivos aos quais foram incumbidos. Ora pela insuficiência dos recursos financeiros, ora pela demora e até mesmo pelo não recebimento de tais recursos. Certo é que para a realização de qualquer projeto ou alguma ação, são necessários recursos financeiros, independentemente se de cunho filantrópico ou não.

A Companhia de Jesus se organizou de forma altamente hierarquizada e centralizada, sendo que o cargo de superior da Ordem era vitalício, mas ao mesmo tempo era muito flexível e a adaptação era primordial para ela desempenhar as diferentes atividades a que se propunha: as missões aos gentios e a defesa da Igreja, em especial ao papa. Para tanto, abandonaram as práticas medievais, como as penitências e jejuns regulares, a utilização obrigatória do hábito e recitações dos atos litúrgicos que eram obrigados em coro e passavam por um longo período de noviciado. Participavam de um regime político autocrático e o regime econômico era comunitário.

O Colégio¹, na época em questão, era concebido como um suporte para as missões. Compreendia todas as propriedades jesuíticas, como a igreja, as casas, engenhos e demais terras que fizessem parte dessa conjuntura, denominada Província. Era, portanto, o agrupamento de diversos estabelecimentos, que objetivavam para uma administração mais segura e eficaz, semelhante as atuais divisões eclesiais de territórios e dioceses. No Brasil Colonial, a primeira Província foi a Província do Brasil e depois a Vice-Província do Maranhão, também denominada de “Grão Pará e Maranhão”. A Vice-Província ainda não é uma Província completa e autônoma no sentido pleno da palavra. Cabe aqui o apoio decisivo aos iniciantes missionários da Província Mãe, sendo que no caso brasileiro era a Província de Portugal (RABUSKE, 2005). Tinha caráter de cunho jurídico. A princípio, foram constituídos três grandes colégios: Colégio da Bahia, Colégio do Rio de Janeiro e Colégio de São Paulo.

O regulamento das missões foi redigido em 1586 sob a inspiração do então visitador Cristóvão de Gouveia, onde rezava que as missões eram necessárias e sendo o principal fim para que se fundasse um colégio. Os colégios a princípio existiam para os aldeamentos e não ao lado deles, como escola de ler e escrever, sendo que em 1556 o da Bahia se torna Colégio. Certo também, é que havia nos colégios os ensinamentos acadêmicos, base de formação para os futuros missionários e também o ensino para os colonos. Como os colégios estavam em contínuo crescimento, cada vez mais seriam um meio que os jesuítas tinham à disposição para formar uma cultura humanística e ao mesmo tempo cristã, havendo a necessidade de se ter uma metodologia pedagógica que responda aos seus anseios, culminando com a *Ratio Studiorum*².

Dessa forma, a educação brasileira atual é vista sob um olhar que a envolveu desde o início da colonização portuguesa. Faz-se necessário começarmos a nos preocupar com o sentido que damos à mesma, tendo como embasamento sua

¹ Ver História da Igreja na América Latina, de Eduardo Hoornaert e outros.

² Documento orientador da pedagogia jesuíta, determinando que os professores deveriam ser bem tratados para que pudessem ensinar bem – Ver Código Pedagógico dos Jesuítas, de Margarida Miranda.

“Destacamos entre os jesuítas cientistas e matemáticos: Clavius, Grienberger, Kricher e Ricci, considerados fundadores de novas metodologias científicas, bem como introdutores do aprendizado científico no ambiente escolar, com destaque para a Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão e o desenvolvimento de um currículo de matemáticas para os colégios jesuítas” (Di Piero, 2008, p. 8) - Anexo 1.

origem e os acontecimentos que marcaram a gênese de nossa sociedade. Portugal é essa gênese. Com todos seus encantos, belezas e mistérios, que deram início à nossa educação. O estudo de sua formação e sua religiosidade, as grandes navegações, a descoberta de novas terras e a chegada dos primeiros povoadores, que culminariam com um processo educacional aqui estabelecido é abordado nesse trabalho.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro disserto sobre o Reino de Portugal, sua construção e constituição, o modo de vida de seus habitantes bem como a sua religiosidade, contidos dentro de uma vivência Católica Romana e o progresso na arte da navegação e seu processo de inserção e expansão mercantilista, dentro dela a descoberta do Brasil.

No segundo capítulo, relato sobre o processo de movimento que está ocorrendo na Europa com a Reforma Protestante e os abalos da Igreja Católica Romana, a Contra Reforma e dentro dela o início da fundação da ordem da Companhia de Jesus – os jesuítas - e a chegada dos mesmos em terras brasileiras.

E finalmente, é no terceiro e último capítulo que apresento a vinda dos jesuítas para o Brasil, as dificuldades de sobrevivência no início, os bens que foram adquirindo e conquistando para seu sustento como também para a obra missionária de evangelização e que tiveram de administrar, e o impacto que isso causou diante da população em geral e diante da nobreza, até a proibição e expulsão dos mesmos dos territórios brasileiros.

Os jesuítas fizeram parte da educação do país. A obra dos jesuítas no Brasil se baseia em sua “laboriosa tentativa de contestar o tipo de sociedade em vias de formar-se, para substituir-lhe em novo modelo teocrático de civilização” (MELQUIOR, 1996, p. 17). Porém, o projeto jesuítico para o Brasil seria outro, sem o intuito de fazer dele uma colônia de sustentação para Portugal, tendo assim suas atividades na colônia, subjugada com os propósitos de magistério e catequese, onde a ação missionária começa a se dismantelar e concentra-se exclusivamente no ensino, onde o monopólio de suas escolas era notório. Começam a ter problemas com o patriarcado agricultor, que dependia do índio apenas como escravo – pretexto para uma colonização. Ao defenderem os escravos índios, lutavam também contra o poder do senhorio indo contra a economia e contra o mercantilismo, chegando por assim dizer, que “a Sociedade de Jesus remava contra a história” (MELQUIOR, 1996, p. 18).

A catequese jesuítica, a forma rigorosa dos estudos nos colégios, a ajuda administrativa na colônia, suas aptidões para a manutenção e o cultivo de seus bens foram de suma importância nos séculos XVI e XVII nos idos da formação do Estado brasileiro, o que não será palco de análise desse trabalho.

O trabalho foi realizado com base em pesquisas bibliográficas, principalmente nos manuscritos confeccionados pelos próprios padres jesuítas da época, como cartas e livros, onde enumeramos José de Anchieta, Fernão Cardim e Manuel de Nóbrega. Também outros escritos jesuíticos como os de Serafim Leite, Luiz Gonzaga Cabral e Arthur Rabuske. Material importante também foi o escrito de outros autores sobre o tema, como Paulo de Assunção, Leandro Pena Catão e Paulo Romualdo Hernandez, sem contar outros historiadores e pesquisadores que contribuíram para o embate final deste campo de pesquisa.

Concluindo, faz-se algumas considerações a respeito da necessidade de entendermos a forma dos jesuítas viverem, administrando variados bens, tendo como objetivo único de manutenção e propagação da fé católica, dentro de um contexto histórico da época, podendo contribuir para a construção de uma nova visão administrativa-econômica-educacional, muitas vezes não apresentadas em estudos quando pertinentes à nossa época colonial.

CAPÍTULO 1

PORTUGAL – UM PEQUENO GRANDE REINO

*As armas e os barões assinalados
Que, da ocidental praia lusitana,
Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Trapobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram.*

Os Lusíadas - Luís Vaz de Camões (1524-1580)

*Lisboa, velha cidade,
Cheia de encanto e beleza!
Sempre a sorrir tão formosa,
E no vestir sempre airosa.
O branco véu da saudade
Cobre o teu rosto linda princesa!*

*Olhai, senhores, esta Lisboa d'outras eras,
Dos cinco réis, das esperas e das toiradas reais!
Das festas, das seculares procissões,
Dos populares pregões matinais que já não voltam mais!*

Lisboa Antiga - José Galhardo - Amadeu Valle

1.1. Sua formação e sua religiosidade

À procura do impossível. Em busca do inesperado e de satisfazer as suas necessidades, o ser humano sempre apresentou um espírito aventureiro, de curiosidade, de desvendar o obscuro. Fascínio pelo mistério. O fascínio pelo desconhecido fez com que a criatividade humana despertasse interesse, tanto pela terra, quanto pelo mar. Povos mais remotos nos mostram essas façanhas por terra, como Marco Pólo e os Romanos. Outros pelos mares, como os fenícios³, os vikings⁴, os cretenses⁵ entre outras. Desde os tempos primórdios, o mar sempre foi um dos maiores mistérios a ser desvendado. O que estaria além mar? Entre monstros, abismos, tempestades e furacões, estavam também a sobrevivência, o poder e os louros da glória, infelizmente ocorrendo a possibilidade de subjugar e submeter o outro e a outra cultura.

Com as experiências de alguns povos e as informações trocadas entre seus habitantes, que viajavam de um lado a outro - apesar de precárias condições tecnológicas, alguns povos foram se desenvolvendo mais em alguns setores, como construção civil, agricultura, astronomia, armamentos bélicos e outros povos na arte das navegações, já que muitos fatores terrestres e geográficos também foram cruciais para impulsionarem tais aspectos. A expansão comercial levou diretamente a necessidade de se navegar, que por sua vez exigiu maneiras, formas e métodos mais práticos e rápidos que facilitassem todos esses cálculos. Isso foi um marco nos séculos XV e XVI. Surgiram os estudos da astronomia – para melhor se localizar no mar. O acúmulo de riquezas fez com que desenvolvesse o cálculo financeiro - dando origem aos juros – até então condenado pela Igreja. Matemáticos, físicos, astrônomos, químicos e biólogos foram florescendo e buscando métodos mais práticos e confiáveis dentro de todas essas ciências, que favorecessem e dessem sentido à vida do homem.

³ Acredita-se que esse povo tenha habitado a região entre o mar Vermelho e o mar Morto cerca de 5000 anos a.C. , oriundos do Oceano Índico. Atual região da Síria e Líbano, sendo principais cidades Tiro, Ugarit, Biblos e Cartago. Grandes navegadores e comerciantes, sendo conquistados pelos romanos por volta de 332 a 146 a..C.

⁴ Antiga civilização, oriundos da Escandinávia, tendo grande apogeu entre os séculos XVII e XI. Atual região compreendida entre Dinamarca, Suécia e Noruega. Exímios navegadores, com apuradas técnicas para a navegação.

⁵ Povos habitantes de Creta desde 2600 a C.: ilha localizada ao sul da Grécia. Destacam-se pelas atividades marítimas com ilhas próximas e a Grécia.

As necessidades eram grandes e a tecnologia era precária. Por isso os estudos dos problemas apontando para causa e efeito. Podemos verificar nesse período grandes nomes que contribuíram para o avanço de todos esses processos que o homem começava a desenvolver na mais variadas áreas: Michelangelo (1475-1564–italiano: artes, arquitetura), John Napier (1550-1617 – escocês: matemática, física, astronomia), Jobst Burgi (1552-1632 – suíço: matemática, astronomia), Henry Briggs (1561-1639–inglês: matemática), Johannes Kepler (1571-1630 – alemão: matemática, astronomia), Tycho Brahe (1546-1601 – dinamarquês: astronomia) , René Descartes (1596-1650 – francês: filosofia, matemática), Nicolau Copérnico (1473-1543 – polonês: astronomia, matemática, medicina), Cristóvão Clavius (1537–1612 – alemão: matemática, astronomia), Christoph Grienberger (1561-1636 – austríaco: astronomia), Galileo Galilei (1564-1642 – italiano: física, matemática, astronomia), Leonardo Da Vinci (1452-1519 – italiano: física, matemática, artes), entre outros.

Nota-se a grande influência da Matemática nos estudos, como fonte de pesquisa e desenvolvimento intelectual:

Na verdade, em nenhum outro setor do conhecimento as possibilidades de compreensão dos vínculos entre a teoria e a prática são mais ricas que a Matemática. Tal relação, por se apresentar excessivamente simplificada em outros setores, possibilita caricaturizações onde as vias fundamentais para a sua compreensão não são devidamente consideradas ou, às vezes, sequer percebidas (MACHADO, 1994, p. 93).

Povos conquistando povos, lutas, fugas e interesses fizeram com que a península Ibérica⁶ se apresentasse como um funil, onde o mar era sua maior fronteira a ser desvendada.

Os habitantes dessa região peninsular souberam se aproveitar de todos esses fatores e tornaram-se referências na arte da navegação em toda a Europa. Seus conhecimentos na fabricação de barcos, correntes marítimas, astronomia, correntes aéreas dominando o vento, fizeram dos espanhóis e portugueses exímios navegadores e homens do mar, de modo que muitos habitantes de outras regiões vinham para trabalho e aprendizado náutico:

⁶ Território localizado no sudoeste da Europa, ocupado atualmente pela Espanha, Portugal, Andorra e Gibraltar (território britânico). Ao norte, oeste e parte do sul é banhado pelo oceano Atlântico e o restante da costa sul, pelo mar Mediterrâneo. Logo após o mar Mediterrâneo, a África.

[...] embora não saibamos quase nada sobre como se processaram essas primeiras viagens de descobrimento, além dos nomes de alguns dos chefes que delas participaram, e que incluíam tanto flamengos e italianos como portugueses, é claro que a experiência adquirida possibilitou aos portugueses conhecer o sistema de ventos do Atlântico norte e, no devido tempo, os do Atlântico sul. As experiências obtidas nessas viagens – ilhas Canárias, Serra Leoa, Madeira (1419), Açores (1439), Cabo verde (1456-60) – também lhes possibilitou a o desenvolvimento (embora não saibamos exatamente quando) de um novo tipo de navio, a caravela de velas latinas, que navegava contra o vento⁷, melhor do que qualquer outro tipo de barco europeu. Por sua vez, a utilização da caravela facilitou as viagens e descobertas, e foi navegando nas caravelas portuguesas que Colombo adquiriu ao menos parte da sua perícia na navegação de alto mar. A experiência adquirida pelos portugueses no Atlântico contribuiu ainda para que lançassem as bases da moderna ciência náutica européia. Ao final do século XV, os melhores navegadores portugueses sabiam calcular de forma bastante precisa a sua posição no mar pela combinação da latitude observada com cálculo, e possuíam excelentes guias práticos de navegação (roteiros, daí o inglês rutters) para a costa ocidental africana. Seus principais instrumentos eram a bússola (provavelmente originária da China e conhecida por intermédio dos marinheiros árabes e mediterrâneos), o astrolábio e o quadrante em suas formas mais simples. Também possuíam algumas cartas náuticas razoavelmente adequadas, que, em parte, se baseavam em latitudes calculadas por observações efetuadas tanto em terra como no mar (BOXER, 2002, p. 43-44).

Muitos povos habitaram tal região - denominada de Lusitânia - que conhecemos como Portugal. Já fez parte do antigo Império Romano. O reino de Portugal começa a se consolidar a partir do norte, tomando corpo pelas terras do sul. Beneficiado por não ter tido guerras civis internas, porém muitos conflitos com Castela, sua principal concorrente na busca de novas terras e comércio marítimo. Dessa forma, o português que viria a ocupar o Brasil passara por grandes transformações, juntamente com toda a Europa, desde o século XI, devido sobremaneira à prática mercantil, tendo atingido um grande ápice nos séculos XIV e XV, culminando com as grandes navegações. E esse povo para manter seu reino, se manter como o que chamamos hoje de nação tem seu marco histórico a partir de 1249:

Com a conquista de Silves⁸, o último baluarte mouro na província (ou reino, como era tecnicamente chamado) mais meridional, o Algarve⁹, em 1.249, Portugal definiu a que praticamente são suas fronteiras nacionais atuais. Assim, Portugal não só foi o primeiro dos estados – nações européias

⁷ Em termos náuticos, navegar à bolina é navegar contra o vento. Arte descoberta pelos portugueses, dando grande impulso às navegações.

⁸ Cidade do império almóada - dinastia proveniente de Marrocos, dando origem a quinta dinastia Moura.

⁹ Território ao sul de Portugal, dominada muito tempo pelos Mouros, incorporada ao reino português em 1249, por D. Afonso III.

modernas – como expulsou os invasores mulçumanos de seu solo aproximadamente dois séculos antes que a conquista da Granada Moura, por Fernando e Isabel (1492), confirmasse a predominância de Castela sobre o restante da península Ibérica (BOXER, 2002, p. 18).

O reino de Portugal¹⁰ começa a tomar corpo. Estamos diante de uma sociedade hierárquica, ou seja, todos são necessários e contribuem para a realização de um todo. Essa ligação é vital. Deus, Rei e Povo. Essa sociedade cresce dessa forma a partir do século III, distribuindo as justiças entre os Homens. Cada um tem o direito de fazer o que lhe compete, procurando o ajustamento, a harmonia. Esses costumes traduzem, portanto, um entendimento da vida. Sua cultura. Paulo de Assunção (2001) destaca que “a visão do mundo era essencialmente cristã, o universo estava organizado de acordo com os dogmas judaico-cristãos que estabeleciam um ente divino supremo, que regia a totalidade do universo” (p. 25) cabendo, pois, ao homem administrar todo este campo do mundo natural. A religiosidade está presente em tudo e em todos, está posta perante a sociedade:

No fundo, isto quer dizer que quem governa é Deus, é Cristo, através da pessoa do rei. Quer dizer que a sociedade presidida, governada, por Deus: uma sociedade sacralizada, sagrada, portanto. A afirmação da sacralidade do rei só se entende numa visão providencialista da história, segundo a qual Deus é que rege os acontecimentos, dando-lhes o significado, e o faz segundo a ordem. O rei é outro “cristo”, ungido para realizar aquilo que Deus quer. Cristo tem duas naturezas, a divina e a humana, e duas funções: é rei e sacerdote. O mesmo se diz do rei, o que o faz santo. Ele participa do poder, que é próprio de Deus, e do sacerdócio, um serviço à comunidade, que é próprio de Cristo. Nestes termos, o rei é cultuado, independentemente de suas qualidades pessoais. A virtude de Deus o faz agir, fazendo-o, a ele também, virtuoso, por função. (PAIVA, 2008, p. 9).

Nesse contexto é que Portugal está vivendo nestes séculos todos. ¹¹Tem-se assim a Mão Divina ligada diretamente a tudo e a todos: a Igreja fazia parte da política, da educação, da guerra e também da vida cotidiana. A Igreja, Deus, o divino é a forma de se viver:

¹⁰ Monarcas de Portugal (1385-1826) - Charles R. Boxer - O Império Marítimo Português – 1414 – 1825.

¹¹ “Os três Estados representados nas Cortes eram a nobreza, o clero e o povo; mas esta última categoria não incluía representantes diretos das classes trabalhadoras, salvo nos casos em que as guildas (associações de profissionais, como sapateiros, alfaiates, ferreiros, artesão, entre outros, surgidas na Baixa Idade Média, séculos XIII ao XV. O surgimento das guildas estava relacionado ao processo de renascimento comercial e urbano que ocorreu neste período) estivessem presentes nas delegações de algumas cidades” (BOXER, 2002, p. 19-20)

[...] não exprobremos aos monarcas as liberalidades com que, nos três primeiros séculos, por doações e heranças, enriqueceram a Igreja portuguesa, porque nenhuma outra dádivas tanto reverteram em benefício da nação. Das três entidades, realeza, fidalguia e clero, que desfrutavam, no território ganho ao sarraceno e arrancado ao leonês, o solo e o homem, foi a última a que, incontestavelmente, maior soma de serviços prestou. Para a formação da nacionalidade concorreu também com as armas, porquanto não faltaram nas conquistas os monges e prelados guerreiros (AZEVEDO, 1973, p. 44).

Podemos notar também aqui, no cotidiano, na religião, o interesse e medo pelo desconhecido. A incerteza do pós-vida e a vida no pós- morte:

Aquele mesmo sentimento religioso, o incerto da vida futura, que inspirava aos reis as liberalidades para com a Igreja, movia os particulares à imitação, e a propriedade eclesiástica não cessava de crescer por doações dos fiéis, de mão a mão póstumas, havendo muitos que em vida abandonavam os bens a um claustro e a ele se recolhiam. [...] Por ocasião da peste grande, em 1348, tantos foram os testamentos em favor de igrejas, casas religiosas e conventos das ordens militares, que alguns concelhos apelaram para o rei, representando o desfalque nos impostos locais (AZEVEDO, 1973, p. 46).

Há uma interação, uma sinergia entre o divino e o humano. Era o que se vivia. O clero presente em tudo e em todos.

A nobreza também encontrava meios de subsistência no clero. Pertenciam-lhe de praxe as abadias, bispados e cardinalatos. A Igreja assumira desde séculos carácter essencialmente político, e era natural que estivesse ligada à casta superior. Tinha ainda o clero outra missão Mais humana. Representava não só parte da classe intelectual, como o elemento moderador do poder absoluto, atuando sobre o rei da infância até a morte, atenuando pendores e coibindo impulsos (PRADO, 1935, p. 25).

O homem medieval estava inserido em uma cultura cristã, sustentada pela Igreja Católica, tendo como sustentáculo a figura de Jesus Cristo e que depois de sua morte coube aos seus seguidores – apóstolos e discípulos - a propagação de seus ensinamentos, através dos evangelhos inseridos na Bíblia, que contém a história da salvação do homem.

Deus cria o universo - e os seres humanos – para sua própria glória, para mostrar o seu poder e para os seres humanos participarem de sua eterna

felicidade¹². A divindade está presente na unidade e na trindade de Deus: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo:

Deus Pai é Deus conhecendo-se a Si mesmo. Deus Filho é a expressão do conhecimento de Deus sobre Si mesmo. Deus Espírito Santo é o resultado do amor de Deus por Si mesmo. Esta é a Santíssima Trindade: três Pessoas divinas em um só Deus, uma natureza divina. (TRESE, 1990, p. 29).

Pelos ensinamentos de Jesus Cristo, seus seguidores assumem o papel de levar essa boa nova a todas as criaturas, sendo eles responsáveis pela expansão do Reino de Deus entre os homens. Eles recebem de Jesus Cristo essa missão. Se essa missão foi transmitida pelo próprio Jesus, eles são dessa forma, representantes legítimos da fé cristã perante a humanidade:

- “Quem vos ouve, a mim ouve; e quem vos rejeita, a mim rejeita” (Lc 10, 16)
- “Eu estarei convosco, todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28, 20)
- Sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela” (Mt 16, 18)
- “Quem crê em mim tem a vida eterna” (Jo 6, 47)

E ainda:

- “Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura” (Mc 16, 15)

Diante dessa concepção de vida e de mundo, a Igreja de Deus tem a qualidade da autoridade, da infabilidade e da indefectibilidade. E seus seguidores, agora com o poder delegado pelo próprio Cristo, assumem o papel de levar Deus a todas as criaturas. A fé católica começa, a partir do primeiro século, ser a base de sustentação de toda a verdade e poder sobre o céu e a terra:

[...] a sistematização das idéias sobre a existência humana e administrativa da Igreja Católica ocidental foi iniciada no período final do império romano. O apóstolo Paulo (5-67 A.D) atuando junto ao gentio, na Bacia do Mediterrâneo., logo após a morte de Cristo, consolidou a autonomia do cristianismo em relação à religião judaica, sendo ele o primeiro que percebeu a relação entre os eventos registrados no Velho Testamento e os fatos da pregação de Cristo (ASSUNÇÃO, 2001, p.43).

¹² Deus é o Senhor soberano de seus desígnios. Mas, para a realização dos mesmos, serve-se também do concurso das criaturas. Isso não é um sinal de fraqueza, mas da grandeza e da bondade do Deus Todo-Poderoso. Pois Deus não somente dá às suas criaturas o existir, mas também a dignidade de agirem elas mesmas, de serem causas e princípios umas das outras e de assim cooperarem no cumprimento de seu desígnio (Catecismo da Igreja Católica § 306).

A princípio tomado por seita dentro do próprio judaísmo, o seu crescimento nos primeiros séculos foi tomando corpo, diante das dificuldades peculiares da época, entre reis e imperadores, fazendo com que a sociedade começasse a tomar consciência do poder de Deus e da figura da Igreja Católica como tábua de salvação e de controle do poder, do certo e do errado. Surgida durante o Império Romano, consolidada na Idade Média como grande instituição, com ramificações em muitas regiões e lugarejos. As cobranças de indulgências, dez por cento de dízimo, doações e tributos dos camponeses, foram os meios de sobrevivência e do acúmulo de riquezas; detiveram o ensino através das Universidades, herdeiros dos ensinamentos e estudos da antiguidade clássica, através de cópias e documentos que dispunham. A maioria da população era analfabeta, como também muitos nobres. Não havia necessidade dos estudos para a maioria da população que trabalhava no campo, tendo outras prioridades. A Igreja tem as letras, o ensino, a tradição, tudo a seu favor. Toma corpo na sociedade. “Foi construída lentamente, e impôs à sociedade um padrão divino, que deveria modelar todas as demais instituições sociais”. (ASSUNÇÃO, 2001, p. 46).

Porém, toda essa estrutura sente os abalos do progresso e das condições que a humanidade está vivendo. O comércio torna-se mais forte e a visão de lucro e o acúmulo de riquezas torna o ser humano mais individualista. Não sente a necessidade de a Igreja comandar mais sua vida e de se intrometer em seus negócios. Ele continuaria tendo sua fé em Deus e a praticar seus ensinamentos, porém sem a imposição direta das mãos eclesiais. Logicamente sua estrutura seria abalada. A Igreja é divina, comandada por homens. O ser humano sempre está a procura de suprir suas necessidades, do certo, da inovação – diante de seu próprio ponto de vista. As indagações e as interrogações viriam acontecer. Quanto mais o poder dos Estados começa a surgir, a noção de país, de território, de posse, mais as estruturas da Igreja são abaladas:

Os monarcas europeus, com a ampliação de seu poder político e dos grupos econômicos locais favorecidos pelo crescimento mercantil, imbuídos do pensamento humanista, identificaram a Igreja como um elemento inibidor do desenvolvimento econômico, pelas amarras nocivas que sua influência impunha à atividade comercial (ASSUNÇÃO, 2001, p. 47).

A própria Igreja se vê sendo degradada pela condição que desfrutava à época, levando consigo os problemas de fé, baseada somente na riqueza que

imperava. Muitos foram os que enxergaram esse desvio, avalizado pelas mãos divinas. Segundo Leo Trese (1990), “a Igreja tinha competência para falar em nome de Cristo sobre matérias de fé doutrinal ou de ação moral, para administrar os sacramentos e exercer o governo espiritual, chamados de autoridade da Igreja” (p. 130), mas a administração humana com o tempo extrapolou a administração divina. Veremos que ela pagou por isso.

Toda a Europa estará embasada e solidificada durante os primeiros séculos sob o altar da fé católica. Uma Igreja, uma religião formada. Uma sociedade religiosa. Uma estrutura divinizada e consciente de seu papel na sociedade. Nesse contexto começam a surgir os Estados. Os reinos. O poder divino apresentado e representado na figura do rei. Da corte.

E para que a fé fosse levada a toda criatura, o clero em geral – que tinha o estudo, as letras – tinha que sobreviver e ter bens e produções diversas, tanto para seu consumo, como para ajudá-los nas empreitadas do anúncio do reino de Deus em lugares longínquos, já que a ajuda que supostamente viria do Rei – quando vinha - não era totalmente suficiente. Era, portanto, comum e aceito pela sociedade o fato do clero manter a produção de bens. Fabricava pão, cervejas, possuía vinhas, mantinha engenhos. Mas o objetivo não era o enriquecimento pessoal nem da ordem em que estava inserido. Primeiro era para a própria subsistência e depois a venda e o comércio desses produtos era para terem condições de se fazerem missionários. A sociedade doava bens, produtos, esmolas e dinheiro para a Igreja, como forma de se despojarem de bens terrenos e garantirem a salvação eterna, para que esses bens fossem revertidos para conquista de novos povos para Deus e a manutenção da fé católica diante do mundo. A sociedade vivia isso e era muito natural. Havia uma reciprocidade aceita pela sociedade.

Dessa forma, a sociedade portuguesa toma corpo. Tudo gira em torno de uma estabilidade já pré-concebida. É difícil pensar em uma sociedade pronta, estável. Na época havia essa confirmação: todos somos uma família em Deus. Portanto, não somos independentes e uma sociedade dessa forma é hierarquizada. Todos são necessários para o bem comum e contribuem para a realização do todo.

Em Portugal o clero fora propugnador dos movimentos que asseguravam a independência do país (mestrados militares), as navegações (propagação da fé), e educação (os mosteiros abrigavam os copistas, que, antes da imprensa, espalhavam o saber). Na sociedade portuguesa, monopolizava

em rezumo, o ensino, obras pias e direção de consciências, além de manter sempre vivas as tradições nacionais (PRADO, 1935, p. 25).

Só havia uma religião para quem quisesse seguir a Deus: o cristianismo¹³. Isso, porém, não significava dizer que não existissem coisas erradas e que tudo e todos viviam em perfeita harmonia. As desavenças aconteciam. A teoria, a doutrina é uma coisa, porém a prática é outra, já que somos um na multiplicidade. Somos ponto de partida para quaisquer mudanças¹⁴.

O representante de Deus na terra é o Rei: "*Deo in caelo, tibi autem in Mundo*"¹⁵, se referindo as responsabilidades e compromissos do rei perante a sociedade. E todas as virtudes e qualidades de Deus deveriam estar contidas também no Rei, independente se as possuísse ou não. Se seu governo fosse bom, foi a vontade de Deus. Sua glória. E seu governo levasse à destruição, foi o castigo de Deus:

[...] para que o povo tenha na figura real o paradigma a seguir em toda a circunstância, tem de ser na sua pessoa dotado de qualidades que o tornem famoso e digno: temperança, honestidade, humanidade, clemência, comedimento, bondade, amor, fortaleza, liberalidade, continência, verdade, vontade, firmeza, entendimento, constância, clareza, diligência, gravidade, lealdade, solicitude, prudência, discricção, magnanimidade e amor às letras. Se a este arrolamento se juntar ainda que deve trazer 'todos seus pensamentos em Deus', estamos perante o rei perfeito. Nele a virtude (conjunção de todas as virtudes e qualidades) não é apenas passiva, mas activa: promover a justiça, a paz e o triunfo da religião. E tudo encadeado. Santa será a guerra contra os infiéis. Esta, sendo justa, é proveitosa e traz grande louvor ao rei cristão. Porque, além da justiça e da paz, há a religião a defender, proteger e fazer triunfar (MATTOSO, 1993, p. 61).

Apesar de Portugal ter se destacado na arte da navegação e ter despontado em tecnologias para tanto pela época, sua situação geográfica e geológica não foram favoráveis para outros avanços que contribuíssem para seu total desenvolvimento, bem como o sistema político-administrativo em que se sustentava.

Tomado por regiões rochosas e de solo não muito fértil, não podia subsistir da agricultura, já que o clima também era inconstante, não havendo uma distribuição intermitente das chuvas. A fixação do camponês era dificultada também pela falta de

¹³ Ver Leo Huberman, A História da Riqueza do Homem.

¹⁴ Segundo Paiva, "a unidade do sujeito, a unidade das coisas, é um dado: somente formalmente (na expressão de Duns Scot) é que podemos dividir a unidade. É por deficiência de expressão que subdividimos e enumeramos partes, virtudes, funções, etc. de nós mesmos, quando, na verdade, nenhum ser humano se percebe composto. É preciso refazer nosso entendimento de unidade, que busca no átomo sua última definição: o uno é plural!" (PAIVA, 2008, p. 96).

¹⁵ A Deus, no céu; A Ti porém, no mundo (MATTOSO, 1993, p. 61).

tecnologias – tão avançadas na navegação. Dificuldades em manter a agropecuária para a qual a falta de estradas ou as péssimas condições das mesmas eram visíveis. Não havia como escoar suas produções. A preocupação com a posse e defesa do reino, sempre afrontado pelos vizinhos espanhóis, levou a construir fortes e armamentos bélicos, manejar gente para a guerra, sem contar com o sustento financeiro da Coroa em geral, que não produzia, mas ostentava poder e riqueza. Benefícios e cargos de nobreza eram oferecidos em demasia e o camponês, o trabalhador, não tinha condições de manter esse processo com seus impostos. A população não era grande. A Peste Negra ajudou a consumir um terço da população europeia. A migração do campo para a cidade era inevitável. Todos esses fatores influenciaram de forma significativa na vida econômica de Portugal. Era caro viver em Portugal. Um dos lugares mais caros de toda a Europa:

[...] dois terços do solo português são demasiados rochosos, íngrimes ou pedregosos para serem cultivados, ou então o solo é tão pobre que produz apenas colheitas incertas e de baixa qualidade [...] As estradas eram péssimas, mesmo para os padrões medievais e as cidades e aldeias, em número relativamente reduzido, eram afastadas uma das outras, situadas em cumes ou em clareiras cercadas de vastas extensões de matagal, de charneca, de descampados ou de florestas (HERMANN, 1993, p. 18).

Uma nova ordem começava a intensificar: o comércio. Tendo início nos idos dos séculos X e XI, o comércio vai se estruturando e ganhando forças. Nesse momento grandes empresas e companhias são criadas: bancos, comércio de pesca, entrepostos comerciais. As movimentações de especiarias eram muito rentosas financeiramente – cravo, canela, noz moscada e a principal delas, a pimenta. Estes produtos tinham uma origem: a Índia. E esse comércio via Mediterrâneo e depois passando por cidades holandesas, italianas, espanholas favorecia o intercâmbio entre os povos, o aumento de riqueza e o fluir da economia, porém paulatinamente, já que a Igreja condenava a usura, mas era praticado pelos comerciantes em geral, na movimentação financeira e de mercadorias. Todo comércio era autorizado e muitos entrepostos eram supervisionados pela Coroa¹⁶, que tinha nessas transações a sua parte.

¹⁶ “Nos primeiros tempos, os lucros verificados e o prospecto de maiores ainda, deslumbravam o rei; os felizes favorecidos e a nação em geral. Onde se encontraria no mundo riqueza que sobrepujasse a pimenta? Comprada a pouco mais de 2 cruzados o quintal em Cochim, seu preço normal eram 30 cruzados na casa da Índia em Lisboa – local onde todas as especiarias eram vendidas na época” (AZEVEDO, 1973, p. 107).

Segundo Burns (1975), observar as causas que deram origem à Revolução Comercial por volta de 1400, composta por um lento movimento, que pode ser justificado a inúmeros fatos, como o monopólio italiano no Mediterrâneo e seu lucrativo comércio, moedas de circulação geral, começo do acúmulo de capital excedente, monarcas criando novas tributações, procura de produtos diferenciados vindos do Oriente. Mas a Revolução Comercial não teria atingido tamanha amplitude se não fossem as viagens ultramarinas de descobrimento, culminando com o desenvolvimento do sistema bancário. O sistema de crédito começa a ser facilitado, ampliando modificações fundamentais nos métodos de produção, o sistema de manufatura pelas corporações de ofício começa a ser substituído pela produção industrial. Dessa forma, a Revolução Comercial passa a ser precursora da Revolução Industrial. Grandes companhias são fundadas para conseguir uma organização mais adequada, acompanhando a Revolução Comercial um novo corpo de doutrinas e de normas práticas conhecido como mercantilismo.

Num sentido mais amplo, o mercantilismo para Burns é definido “como um sistema de intervenção governamental para promover a prosperidade nacional e aumentar o poder do Estado” (1975). O sistema certamente nunca teria existido se não fosse o desenvolvimento de uma monarquia absoluta em lugar da estrutura fraca e descentralizada do feudalismo. O sistema não foi criado sozinho pelos reis. Como era natural, os novos magnatas dos negócios prestaram-lhes entusiástico apoio, pois o favorecimento ativo do comércio pelo Estado lhes trariam inúmeras vantagens. (BURNS, 1975).

Portugal tinha duas preocupações com suas navegações. Primeira: encontrar além mar terras que tivessem ouro. O eldorado. Diante da vida que os portugueses levavam, encontrar o eldorado era tudo o que muitos portugueses queriam. Teriam uma vida mais fácil:

A sociedade espalhada por todas as classes era um dos males de Portugal. Fora das cidades, vegetavam miseravelmente os lavradores no maior atraso e miséria. Ainda próximos da servidão da gleba, de que o rei os tirava segundo as idéias novas da Renascença. Só nos latifúndios dos mosteiros havia melhor método de cultura, de onde as sobras das colheitas iam abastecer as cidades. Mesmo assim, tanta eram as terras incultas, que Portugal importava desde a mais remota antiguidade, gêneros alimentícios, e até a madeira das naus dos descobrimentos.

Em toda parte, na cidade e nos campos, as artes manuais eram periclitavam. Trabalhar era um opórbrio. Tanto fidalgos como vilãos, preferiam tentar fortuna em aventuras no oriente a esforçarem-se por conseguir melhoria de existência na própria pátria [...]

No tempo em que a especiaria incentivava malbaratos, as colônias de flamengos em Lisboa, ou de portugueses nas Flandres, ou de italianos e alemães estabelecidos em Portugal, também contribuíram para a entrada nas habitações de mercadorias de alto preço dos centros industriais da época. Parece estranho com esta longa importação de objetos de arte não despertasse o gosto do povo. Os portugueses mantiveram-se num pasmoso atrazo material em confronto com a Europa civilizada. [...]

O vício orgânico de Portugal, na época das conquistas, era o desprezo pelo trabalho, a soberba vã e o anseio de cargos bem remunerados, a prenuciar o *seigneur sans importance*, feito de ilusões entre os grandes, e dos males da escravatura entre o povo [...]. O resultado da situação concorria, além dos danos morais, para tornar caríssima a vida portuguesa. É preciso notar, antes de qualquer conclusão apressada, que em Portugal ficaram as populações izoladas entre si. Não havia comunicações longe dos rios navegáveis por falta de estradas, o que por várias vezes provocou fomes, como ademais acontecia em toda a Europa. Daí ficarem izentas de sangue chamita as regiões que mandaram imigrantes para o Brasil (PRADO, 1935, p. 37-40).

Segundo: preocupação em levar a fé cristã a outros povos. A conversa dos viajantes, os boatos entre marinheiros que tramitavam após longo tempo no mar, os estudos, tudo levava a crer na existência de terras além mar e que o eldorado realmente existia. Os mapas cartográficos eram guardados a sete chaves. Portugal já tinha chegado ao norte da África (Ceuta-1415), ilha da Madeira (1419), depois o arquipélago dos Açores (entre 1427 e 1431), em 1434 é transpassado o Cabo Bojador, logo a seguir o arquipélago de Cabo Verde (1444) e em 1482 chegam a foz do rio Congo. A manutenção das colônias era vantajosa. Era preciso provar a redondeza da Terra - que por ironia coube a Colombo, financiado pelos reis espanhóis, após ter sido negada a ajuda dos portugueses. Essas novas terras descobertas por Colombo, as Antilhas, levou o papa, pela influência espanhola, a lançar a bula *Inter Coetera* para arbitrar a posse de tais terras, porém somente resolvido aparentemente tais impasses com o Tratado de Tordesilhas em 7 de julho de 1494, transformando os limites do antigo pacto para um novo acordo, onde todas as terras descobertas até o limite de 370 léguas (2500 quilômetros) a oeste de Cabo Verde seriam de domínio português, sendo as restantes de posse espanhola assegurando a Portugal sua autoridade sobre parte dos territórios do Brasil, que teria sua descoberta anunciada sete anos mais tarde.

Era preciso descobrir um novo caminho para a Índia contornando a África, já que os conflitos no Golfo Pérsico e Mar Vermelho devido à presença dos turcos eram iminentes. O comércio é prejudicado e buscar as especiarias na fonte era mais lucrativo. É o que pretendia Portugal. E o fez. Em 1487 Bartolomeu Dias contorna o então Cabo das Tormentas, extremo sul da África. Vasco da Gama em 1497

contorna agora o Cabo da Boa Esperança chegando à Índia. Pronto. Estava iniciando assim uma nova rota para o comércio via Oceanos Atlântico e Índico. Os sucessos das navegações portuguesas eram acompanhados de perto por outras nações, além dos espanhóis interessados diretamente pelas conquistas portuguesas, principalmente os italianos, as grandes casas germânicas, que mantinham com Portugal uma relação muito próxima no comércio. Outras expedições foram organizadas para viagem a Índia. Era preciso grande preparo e coragem. Uma viagem desse porte demorava cerca de um ano e meio a dois anos. Falta de higiene, doenças, alimentação, tempestades e calmarias eram oponentes diretos contra as embarcações em alto mar. Mas as expedições também eram custosas. Conforme AZEVEDO (1993): “a intromissão de particulares no tráfico, associados à coroa, continuou por algum tempo, até que, melhor provida de recursos materiais, a princípio escassos, ela pode emancipar” (p. 95) e ainda continua: “em Portugal, desde 1528, se não de antes, se vendiam padrões de juros, para acudir aos gastos das armadas” (p. 122). Era visível a situação precária da coroa nos idos de 1385 a 1495. Os recursos eram poucos.

As grandes navegações representaram um marco histórico diante da humanidade. Impulsionaram as ciências, desmitificaram mitos, obtiveram avanços tecnológicos e contribuíram para a consolidação do comércio e aumentar e difundir a fé cristã entre os povos todos.

1.2. Novas terras – Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz: Brasil¹⁷

Se as grandes navegações portuguesas foram intensificadas principalmente por D. João II, coube a D. Manoel – O Venturoso – seu sucessor, ter o privilégio de transpassar o Cabo das Tormentas, tomar posse do Brasil, dando continuidade às carreiras para a Índia. Após a volta de Vasco da Gama, imediatamente D. Manoel apressa-se para uma nova carreira. Vasco da Gama indica para chefia-la Pedro Álvares Cabral, outro fidalgo como ele. Esta sem dúvida, foi a mais importante viagem até aqui proposta.

¹⁷ Quando na vinda do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549, já era usado o nome de terras do Brasil – ver Dicionário do Brasil Colonial – 1500/1808, de Ronaldo Vainfas.

A nove de março de 1500 a esquadra de Cabral partiu de Belém, Portugal para a Índia, composta de 13 unidades¹⁸, com mil e quinhentos homens, duas pertencia a particulares, as restantes ao rei. Uma das particulares pertencia a D. Álvaro, tio de D. Manuel, associada aos italianos Marchione, Morelli e Sernige; a outra, pelo conde de Portalegre, que fora aio de D. Manuel, também sócio de vários mercadores (PRADO, 1935, p. 48). Após 44 dias de viagem chegaram em terras brasileiras. Era vinte e dois de abril de 1500 quando avistam o Monte Pascoal. Mera coincidência? Por quê o termo *achamento*¹⁹ na carta de Caminha? E as intrigas pelo Tratado de Tordesilhas? Independente do conhecimento prévio ou não das terras brasileiras pelos portugueses, novas terras foram descobertas. Orgulho para o rei:

[...] na carta de D. Manuel aos reis católicos, sobre a jornada do descobrimento, se vê o júbilo da ambição satisfeita que animava o soberano. Nela enumera os produtos trazidos: “canela, cravo, gengibre, noz-moscada e outros gêneros de especiaria”; ainda em quantidade pequenas porque mais não permitia a capacidade das embarcações. Além disso, “muita pedraria fina de muitas sortes” e, conquista suprema: “acharam terra em que há minas de ouro”. Então e sempre o metal fulvo era a mais fascinante das riquezas. Por enquanto em perspectiva. Abundante e acessível mostrava-se somente a especiaria (AZEVEDO, 1973, P. 90).

Cabral retorna a Portugal a nove de julho de 1501. Apesar dos infortúnios, cobriu duas vezes o custo da expedição e ainda trouxe o Brasil como nova colônia. É irrelevante saber se o Brasil foi descoberto acidentalmente ou não, mas devido à madeira vermelha, muito utilizada para tingir, que foi encontrada em todo litoral, e devido a sua lucratividade, o nome de Brasil passou a vigorar desde então. Ilha de Santa Cruz, Terra de Vera Cruz e finalmente Brasil.

A preocupação com o comércio com a Índia e a não constatação da presença de ouro na costa brasileira, fez com que o Brasil ficasse meio esquecido por Portugal:

[...] nas três primeiras décadas desse período, o contato dos portugueses com o Brasil praticamente limitou-se a mercadores e marinheiros de passagem que vinham trocar utensílios de ferro, bugigangas e ninharias originárias da Europa por pau-brasil, papagaios, macacos e comida de que

¹⁸ Os nomes das embarcações podem ser conferidas em: História do Brasil, de Afrânio Peixoto.

¹⁹ “Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que - para o bem contar e falar - o saiba pior que todos fazer” (CAMINHA, 1963, p.1).

necessitavam diante a estadia. Tais atividades não acarretavam nenhuma fixação permanente, apesar de vários proscritos e desertores terem “virado nativos” e se tornado membros de grupos tribais ameríndios. Essa economia de troca resultou em relações raciais razoavelmente fáceis e amigáveis, ainda que houvesse, evidentemente, os inevitáveis mal entendidos e choques. Além disso, durante esse período, marinheiros franceses e mercadores da Normandia e de Rouen freqüentavam a costa brasileira a fim de obter pau-brasil mediante trocas em escala bastante grande e possivelmente até maior do que os portugueses (BOXER, 2002, p. 100).

Sempre em comunhão com a Coroa, mercadores foram fazendo comércio com o pau-brasil, não havendo muitos registros desses feitos e as quais companhias pertenciam esses mercadores²⁰. Navios eram afundados, naufrágios eram comuns. Muitos manuscritos foram perdidos. Devagar foi se arrefecendo o interesse que a descoberta do Brasil causou em toda a Europa. O interesse maior ainda era a Índia.

A princípio os ameríndios não faziam distinção entre os diversos povos europeus que freqüentavam a costa brasileira. Mas por volta da década de 30 tinham aprendido e grupos tribais começaram a apoiar os franceses e outros os portugueses. A preocupação da instalação dos franceses em solo brasileiro pertencente a Portugal pelo então Tratado de Tordesilhas, fez com que D. João III, agora rei de Portugal, adotasse em 1534 o sistema de fixação e produção das terras brasileiras: as capitânicas hereditárias. Grandes faixas de terras que iam da costa até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas aos capitães-mores, que recebiam tais títulos de governadores de suas posses, não podendo comercializá-las. Por se tratarem de hereditárias, podiam ser transferidas de pais para filhos. O capitão donatário deveria administrá-la da melhor maneira possível: defendendo, fazendo justiça, cobrando impostos, povoando e cultivando. Das 14 capitânicas, as que mais deram certo, foram a de Pernambuco e S. Vicente. Graças ao sucesso obtido com a cana-de-açúcar, que era produto de exportação do momento, já que praticamente não existia na Europa.

Em terras brasileiras as Capitânicas Hereditárias não conseguiram atingir o mesmo êxito de outras colônias portuguesas. Propósitos iniciais eram defender a costa brasileira e internamento nos sertões, internamento paulatino e mediante autorização administrativa. O pequeno reino com seu escasso um milhão e duzentos mil habitantes, prezava, acima de tudo e como é natural, sua integridade política.

20 Ver J. F. de Almeida Prado - Primeiros Povoadores do Brasil – 1500 – 1530.

Velava, contra as forças dispersivas, contra as distâncias autonomistas, contra as empresas econômicas independentes, o estado maior de domínio – o estamento – dependente do rei e o senhor do reino (FAORO, 1997, p. 119-120).

O território brasileiro era maior, a inexperiência dos arrendatários, dificuldades de locomoção, clima, entraves com índios entre outros motivos, fizeram com que o rei instalasse um Governo Geral no Brasil.

Portugal opta por um sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a metrópole e ao mesmo tempo previne as entradas ao sertão:

A sociedade colonial não esgota a sua caracterização com o quadro administrativo e o estado maior de domínio, o estamento. Esta minoria comanda, disciplina e contrata a economia e os núcleos humanos. Ela vive, mantém-se e se articula sobre estrutura de classes, que, ao tempo que influencia o estamento, dele recebe o influxo configurador, no campo político. O patrimonialismo, de onde brota a ordem estamental e burocrática, haure a seiva de uma especial contextura econômica, definida na expansão marítima e comercial de Portugal.

A rede fiscal da Coroa se confunde com a direta apropriação de rendas, com os monopólios e concessões. A economia, por uma ou outra forma, obedece à regência material do soberano e seu estamento, em intensidade que ultrapassa os modos modernos de intervenção do Estado ou as interferências limitadas da concepção liberal. Tudo parte das origens: o rei é o senhor das terras, das minas e do comércio, no círculo patrimonialista em que se consolidou a e se expandiu o reino (FAORO, 1997, p. 145-203).

Portugal mantém uma administração patriarcal, via autoritarismo na colônia Brasil, diferentemente de outros países, como os Estados Unidos e a própria Europa. Conforme Faoro (1997)

[...] a América seria um reino a moldar nas formas dos padrões ultramarinos, não um mundo a criar. A inflexibilidade dos capitães da Índia será o modelo da dureza dos funcionários reinóis no Brasil, com mão direta na espada e a outra no chapéu, pronto este para a zumbaia ao superior, como em Portugal, das masmorras e dos castigos (p. 121).

Dessa forma foi o processo de formação do Estado. Sempre houve a mão da Coroa - através do Governador Geral e seus subordinados - que mantinha seu poderio mesmo estando a quilômetros de distância daqui, sem mesmo conhecer fisicamente a colônia, passando do governo para o modo de vida das famílias, tendo o pai como o cabeça principal e o centro das decisões.

Ao monarca português cabia a implantação da fé cristã nas terras brasileiras, onde tais privilégios levavam normalmente a uma identificação entre colonização e

cristianização. Portanto, a nova Igreja a ser instaurada no Brasil dependia diretamente dos monarcas portugueses, onde viam na organização eclesiástica um departamento de Estado, pensando em criar no Brasil em Estado cristão, tendo o catolicismo como religião oficial e cuja missão era subjugar e incorporar os indígenas à cultura portuguesa e à religião cristã (HOORNAERT, 1979).

Portugal e Inglaterra esperavam obter das colônias produtos aptos a satisfazerem os mercados metropolitanos. A Inglaterra estava em plena ascensão capitalista do capitalismo industrial, capaz de projetar para as colônias a completa mentalidade da metrópole, situação que lhes projetava autonomia, sem a dependência de satélite de Portugal, este também vergado a um contexto estranho a si mesmo (FAORO, 1997).

CAPÍTULO 2

A CRISE RELIGIOSA POR VOLTA DO SÉCULO XVI

SE TE SENTES INFELIZ...

*Eu sou a Luz e tu não me vês,
Sou o Caminho e tu não me seques,
Sou a Verdade e tu não crês em mim,
Sou a Vida e tu não me procuras,
Sou o Mestre e tu não me ouves,
Sou o Senhor e tu não me obedeces,
Sou seu Deus e tu não recorres a mim,
Sou teu grande Amigo e tu não me amas...
Se te sentires Infeliz, a culpa não é minha.*

Escrito encontrado em uma das igrejas da Itália

2.1. As Reformas

Na Europa a Igreja Católica passava por uma grande convulsão. Vive um período complicado. A posse de terras era grande, explorava o Império com cobrança de dízimo e das indulgências. A nobreza também desejava apoderar-se das terras eclesiásticas. Os camponeses precisavam de terras para sua subsistência. Muitos feudos eram controlados pelo clero, que se arrendava a terceiros: “A Igreja Católica, na verdade, essa Igreja que vai ser dirigida vez por um Bórgia (Alexandre VI), um Médicis (Leão X) e um Farnese (Paulo III), é uma cloaca” (LACOUTURE, 1993, p. 15).

As idéias de liberdade de culto e de liberdade de consciência individual, já pregada pelo padre Jan Huss, motivada pela promulgação de uma bula por parte do papa Leão X, em 1517, sobre vendas de indulgências, com o objetivo de construir a Catedral de São Pedro, em Roma, envolvendo acordos sinistros com a França, Inglaterra e banqueiros alemães, levou o monge agostiniano Martinho Lutero – doutor em teologia pela Universidade de Wittenberg - a impulsionar uma reforma religiosa, principalmente na região em que vivia, na Alemanha. Apresenta 95 teses, que eram críticas a toda forma da Igreja estar vivendo. Lutero não se retratando perante a Igreja, foi banido dos territórios imperiais. Os nobres alemães apoiavam Lutero assim também como outros príncipes que financiavam a divulgação de suas idéias. A Reforma Protestante, assim denominada, alastrou-se de forma muito rápida por grande parte da Europa, que foi se espalhando por outros países, como a Suíça, França, Reino Unido, Países Baixos, Países Bálticos, Hungria e Escandinávia, danificando seriamente o sistema católico romano (MOTA, BRAICK, 2005).

Na Inglaterra a Igreja também sofre queda, com a dinastia Tudor, levando Henrique VIII a obrigar o parlamento a proclamar o rei como controlador da Igreja, já que a mesma era contrária a um novo casamento seu, devido à sucessão do trono inglês.

Mesmo antes da Reforma Protestante, a Igreja tomava iniciativa através de alguns clérigos na tentativa de estabelecer a disciplina e regenerar a vida espiritual, porém as medidas eram tomadas em regiões locais. Mas a reação de Lutero e a reação dos camponeses levaram a um abalo profundo no poder político-econômico da Igreja, que era preciso fazer algo para conter o movimento em cadeia que se

apresenta. A Igreja reorganiza o Tribunal do Santo Ofício, que já atuava na Europa desde a Idade Média, onde julgava e punia os que eram contra as práticas religiosas em questão.

Os efeitos mais contundentes da Reforma Protestante foram à divisão da cristandade ocidental em diversas seitas hostis entre si. A liberdade de culto, a livre interpretação das Escrituras e a substituição do latim pelas línguas nacionais nas cerimônias religiosas incentivaram de certa forma o nacionalismo nos Estados. Entretanto, liberdade de culto não significou, num primeiro momento, liberdade religiosa. A intolerância, a perseguição aos adversários, a caça às bruxas, em sentido figurado e literal também fizeram parte da ortodoxia protestante (MOTA, BRAICK, 2005, p. 184).

O papado e todo o clero ficaram preocupados com a intensidade do movimento, procurando maneiras de conter esse avanço. Em 1534 é eleito Alessandro Farnese - chamado pelos romanos de *o nosso pequeno velhote* (LACOUTURE, 1993) - como Paulo III²¹ para assumir o cargo mais alto da Igreja de Roma, aos sessenta e sete anos.

Durante seus trabalhos anteriores no Vaticano, conhece Pierre Favre, Diego Lainez e Afonso Salmerón – futuros padres jesuítas – com quem mantém longas conversas e debates teológicos.

Sob seus paramentos, a Igreja realiza o Concílio de Trento²², encontro esse considerado um dos mais importantes durante toda a história da Igreja, tendo como objetivo principal tomar posições diante das críticas protestantes, no qual os jesuítas tiveram importante papel.

Principais decisões apresentadas: reafirmação dos dogmas católicos; manutenção dos sacramentos; confirmação da transubstanciação; hierarquia do clero; celibato; proibir abusos (como a venda de indulgências); fundação de

²¹ “Tendo servido seis papas em quarenta anos, de crise em guerra, de concílios em excomunhões, de autos-de-fé em desordens, fizera-se notar como um dos espíritos mais avisados da Cúria e só não foi eleito em 1522 e 1523 por falta de um empurrão do imperador. Mais do que os seus talentos, foi a idade e, sobretudo a sua perfeita neutralidade entre Carlos V e Francisco I que lhe valeram, aos sessenta e sete anos, suceder ao infeliz Clemente” (LACOUTURE, 1993 – p. 97)

²² (1545 a 1563) Quando se fala de Concílio, além dos ecumênicos (que foram 18 até hoje), há uma infinidade de provinciais ou regionais, e até locais. Quanto à importância – referindo-se sempre aos ecumênicos - não se pode dizer que um tenha sido mais importante que outro porque todos marcaram muito a Igreja, e não só a da sua época. A Igreja celebra e move a mesma fé e a mesma disciplina definidas por todos eles. Costuma-se dar mais importância ao impacto de um Concílio sobre Ela devido à proximidade entre a época que se vive e ele, mas isso é equivocado em relação à sua importância para a Igreja. A vida pessoal dos católicos de hoje não se confunde totalmente com a bi-milênar vida da Igreja. Não se pode dizer, portanto, qual Concílio foi o mais importante, porque a Igreja vive hoje de todos eles.

seminários de teologia para melhor formação do clero; lista de livros proibidos aos católicos; reestruturação de ordens religiosas (e entre elas a oficialização da Companhia de Jesus, sendo seus integrantes conhecidos como jesuítas) para angariar fiéis e expandir a fé cristã; redefiniu o pecado original; condenou a doutrina protestante da justificação pela fé; proibia a intervenção dos príncipes nos negócios eclesiásticos; declarou como texto bíblico autêntico a tradução de São Jerônimo, denominada vulgata; Indissolubilidade do matrimônio; culto aos santos e das relíquias; doutrina do purgatório (MOTA, BRAICK, 2005).

Para Burns (1975), “a Reforma Católica nunca teria sido tão completa e tão bem sucedida como foi se não participassem dela os jesuítas ou membros da Companhia de Jesus” (p. 479), onde veremos a seguir os apontamentos sobre a fundação da Companhia de Jesus e sua participação no Concílio de Trento.

2.2. A Companhia de Jesus - Os jesuítas²³

Alimária do universo²⁴ - assim se pode descrever Inigo Lopes de Oñaz y Loyola, ou simplesmente Inácio de Loyola, por ter nascido no castelo de Loyola – após um período de extrema vida desregrada, aberta aos prazeres do mundo e sua conversão. Nasce em 1491 – Colombo descobrirá a América no ano seguinte; a Espanha começa a se agigantar com a união dos reis católicos Fernando e Isabel, coroas de Aragão e Castela; os mares nunca foram tão riscados por caravelas, naus e galeões como agora; o mapa mundial começa a ser estampado de outra forma; o fim do mundo começa a não existir - em uma família nobre cortesã, no País Basco, localidade de Loyola, hoje município de Azpeitia. Décimo terceiro filho de Beltrão Yanez de Onaz Loyola e Marina Saez de Licona. Perde a mãe logo cedo e aos dezesseis anos o pai.

²³ “O próprio Inácio de Loyola não quis fundar uma Ordem Militar e por isso chamou sua instituição, em conformidade com o parecer de seu grupo inicial, de “Companhia de Jesus”. [...] Todo voltado para a pessoa e o nome de Jesus, quis que os seus se chamassem simplesmente “companheiros e amigos no Senhor”. Além disso, oportuno se faz lembrar que a Companhia de Jesus não se compõe apenas de “padres”, mas também de candidatos ao sacerdócio, ditos escolásticos, e de irmãos leigos, portanto não-sacerdotes, mas religiosos jesuítas no pleno sentido da palavra, chamados de “coadjutores temporais” (RABUSKE, 2005, p. 43).

²⁴ Vozes da África – Castro Alves.

É enviado para a corte, para completar seus estudos, onde trabalha junto ao Ministro das Finanças do reino. Adquire ali suas habilidades como pajem, escudeiro e secretário. Tinha uma vida leviana. E é como escudeiro que é chamado para defender Pamplona, onde é ferido na perna e levado para Manresa, na Catalunha, onde durante sua convalescença, converte-se diante dos escritos de Tomás de Kempis – A imitação de Cristo – e de Garcia de Cisneros – Exercitório. Escritos estes que foram imprescindíveis para formular, em 1522 e publicado pela primeira vez em 1548: Exercícios Espirituais.

Um deus, um louco, um feiticeiro? Está diante de muitas interrogativas, que tentará transformá-las em exclamações. Apenas mais um novo cristão. Porém, diferente. O que acontecera em sua recuperação? Alucinações, visões de Cristo e do Inferno. Transformar o mundo como Domingos ou Francisco. Nenhum efeito tem origem devido a uma única causa. Uma promessa: visitar a Terra Santa. Começa a viver de esmolas, começa a pregar e a arrumar polêmicas:

Sempre mendigando e pregando ao povinho, era por vezes alvo das graçolas e até dos insultos de quem passava, designadamente de padres. Abandonou a roupa de vagabundo andrajoso para usar, no que era imitado pelos companheiros, uma túnica comprida de pardillo, tecido acinzentado com que se vestia o povo. E anda novamente descalço (LACOUTURE, 1993, p. 42).

Com que autoridade prega e fala de Deus? A inquisição o cobrará. Será preso. Mal compreendido. É preciso entrar para uma ordem ou fundar uma instituição, porém não monástica! O primeiro passo são os estudos. A cidade da luz. Novas amizades, novas promessas. Conhece Pierre Favre (francês), Simão Rodrigues de Azevedo (português), Francisco Jaso de Azpilcueta y Javier, Nicolas Bombadilla, Alfonso Salmerón e Diego Laynez (espanhóis). Recebem o sacramento da ordem (Inácio em junho de 1537, em Veneza) e impedidos de irem à Terra Santa devido a conflitos na região pelos turcos, se apresentam ao Papa e se disponibilizam para servir à Igreja Católica e levar Cristo ao mundo inteiro. Nesse cenário, surge a ordem dos jesuítas²⁵, inicialmente inacianos, que começara em 15 de agosto de

²⁵ “Ordem religiosa chamada Companhia de Jesus, a qual, de tanto que se repete com pequenas variações, atinge facilmente o número superior a um milhar. É que devido a isso ou por disposição de seu fundador Inácio de Loyola, os membros da Companhia, chamada em latim “Societas Jesu” (Sociedade de Jesus), colocam após o seu nome abreviadamente as siglas “S.J.”. Por outro lado, nem sequer pelo fato de se voltarem de todo para o nome de Jesus, no passado, quiseram ser chamados de jesuítas e, muito menos na atualidade, pensam em passar por “inacianos” (RABUSKE, 2005, p. 15).

1533. Entre julho e agosto de 1539 é autorizada sobre a *Prima Societatis Jesu Instituti Summa* e reconhecida em 27 de setembro de 1540 pelo Papa Paulo III (1468-1549), papa desde 1534, pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, batizando-a com o nome de Companhia de Jesus, cabendo a Inácio de Loyola envergar a chefia desses apóstolos de Cristo e da Santa Sé, sendo seu Geral da Companhia a partir de 13 de abril de 1541: serviço ao povo cristão na defesa e promoção da fé; propagação da fé nos territórios de missão; a educação da juventude; a ciência e a cultura (MOTA, 2005).

A partir daí, observou Assunção, atuaram em diversos trabalhos para a Igreja Católica, tanto na área diplomática como desenvolvendo atividades na educação e no ensino universitário, criando colégios para a catequização e conversão dos infieis, tanto em missões na Europa como no estrangeiro, levando por vezes, a antipatia de outras ordens e de membros da sociedade em que atuavam.

A conquista da respeitabilidade pela obra, floresceu rapidamente em Portugal, impulsionada pelo então rei D. João III, que aconselhado pelo Dr. Diogo de Gouvea a requisitar a presença dos jesuítas para as novas terras descobertas por Portugal (ASSUNÇÃO, 2001, p. 63).

Um reino católico, um voto de obediência:

Daí o apelo à D. João III à companhia de Jesus, a quem, com todas as forças protegia, e de quem se tornara o maior, talvez dos benfeitores.

Era a Companhia dessa instituição apenas nascente, e no entanto, ascendia, num dos maiores e mais veementes surtos, jamais contatados pela história, como que encarnando o espírito da formidável reação católica quinhentista dos grandes papas e do Concílio de Trento. Nem uma década contava ainda de aprovada pela Santa Fé, e no entanto, enorme estado de força a agitava.

E, com efeito, dez anos não haviam decorrido, desde a efeméride de 27 de setembro de 1540, em que Paulo III lhe aprovava a constituição, após muitas hesitações e repulsas partidas da Corte romana. Para que mais uma ordem? Indagavam todos as porfia. Tantas havia já...

(TAUNNAY, 2004, p. 207).

Os jesuítas surgem, portanto, como uma das armas contra a Reforma, onde seus ideais missionários de levar Deus a todos os povos é traduzindo no lema da Companhia: *Ad majorem Dei gloriam* – Para uma maior glória de Deus.²⁶ À Cristo, que era, que é que há de vir, Senhor do tempo e da história, louvor e glória pelos

²⁶ Rito Eucarístico – Oração Eucarística - Igreja Católica Apostólica Romana.

séculos dos séculos. Bênção das bênçãos. Graça das graças. Nos ritmos e nas vicissitudes do tempo, recordamos e vivemos os mistérios da Salvação.

No Concílio de Trento foram os jesuítas que realizaram a parte mais difícil, trabalhando politicamente na capacitação dos papas a dominar esse conclave nas sessões mais importantes. Foram também ao rebanho católico, trazendo de volta ao catolicismo à Polônia e o sul da Alemanha. Em todo o trabalho, seguiram como guia infalível a orientação da Santa Madre igreja, não levantando dúvidas e nem tentando resolver mistérios. Não se limitaram a defender a fé católica contra os ataques de protestantes e heréticos, ansiando em propagar essa fé aos mais longínquos recantos do planeta, fazendo católicos os budistas, os mulçumanos, os indianos e os novos recém descobertos selvagens do novo mundo. Antes mesmo do término da Reforma, já havia jesuítas na África, no Japão e China, na península do Sul e do Norte. Cabendo também a eles outra atividade importante, a educação, como a fundação de colégios e seminários. Quando da morte de Inácio, em 1556, a companhia já tinha cerca de 1500 membros (BURNS, 1975).

Os primeiros países que aceitaram as resoluções do Concílio foram Portugal, Espanha, Polônia e os Estados Italianos. A França demora mais de meio século para aceitar as reformas.

Conforme Rabusque (2005) a Ordem religiosa tomou como monograma as letras "IHS", sendo o H da metade para o alto colocado acima por uma cruz e tendo posto por baixo três cravos, cercando todas elas o círculo solar, que irradia fulgores em todo o seu derredor. Eis, pois, o sentido exato dessas três letras maiúsculas, não sendo em resumo nada mais do que o nome grego de "Jesus" ou então, na mesma língua, o início das nossas palavras "Jesus", "Cristo", "Salvador".²⁷ (p. 15).

A nova ordem nasce praticamente dentro do Concílio de Trento, regozijada no espírito da Contra Reforma, foi herdeira, conforme Faoro (1997) pela "inassimilação secular do clero, da voz dos profetas, defendeu uma causa, só eles coerentes num

²⁷ "Pode-se denominar, outrossim, esse "I.H.S." de distintivo característico da Companhia de Jesus, evitando de propósito os termos "escudo" ou "armas", pois haverá quem desde logo se ache no direito de qualificar essa Ordem religiosa de militar, o que apenas tem a sua aplicação correta no sentido de considerar-se a vida humana e cristã como uma "milícia" espiritual. "I.H.S." também teve no idioma latino sua versão interpretativa, ou seja, a de "Jesus Hominum Salvator" (Jesus, o Salvador dos Homens). Outras variações latinas resultaram nas seguintes expressões: "In Hoc Signo Vincas" (Hás de vencer neste sinal), considerando então o conjunto dos três cravos como um "v" simples, daí "vincas"; e "In Hoc Salus" (Neste a Salvação), subtendendo em "Hoc" encontrar-se, obviamente, a salvação" (RABUSKE, 2005, p. 15)

mundo subvertido pelo caos: a disciplina da sociedade a padrões religiosos”. Diferentemente de outras ordens, “vinculam-se a mais estrita obediência ao papa, por meio de solene voto” (p. 198).

Os votos de pobreza e obediência são amplamente difundidos dentro da Companhia de Jesus. Sobre o voto de pobreza, a Summa é inesgotável, não sem formular uma restrição importante, no que se refere explicitamente à sua experiência:

[...] não há vida mais alegre pura [...] do que está mais ao abrigo dessa praga que é o amor pelo dinheiro [...]. Que cada um e todos juntos se sintam felizes por só receberem esmola. Mas a fim de juntar ao seu grupo alguns estudantes bem dotados e formá-los [...] poderão adquirir bens estáveis e de rendimento [...] para manutenção desses alunos” (LACOUTURE, 1993, p. 108).

No que se diz respeito ao voto de pobreza, é exigido dos professos e dos membros já formados a renúncia a todos os bens de rendimentos:

Queremos que todos e cada um de nós façam voto de perfeita pobreza, de modo que não possam os professos, nem suas casa e igreja, nem em comum nem em particular, adquirir direito alguma para ter ou possuir frutos, rendas ou propriedades ou quaisquer outros bens de raiz, excetuando o que forem convenientes para seu próprio uso e habitação, antes sejam contentes com o que lhes for dado por caridade para os usos necessários da vida (ITAICI, 1978, p. 63).

Essa severa regra é retirada quando na criação de casas de formação, que por experiência da vida pessoal de Loyola e de seus membros, o que se refere à insegurança econômica em relação aos estudos e a preocupação com a manutenção dos colégios:

Parece muito oportuno que alguns jovens, com inclinação para a virtude e bons dotes para os estudos, se preparem para ser obreiros da mesma vinha do Senhor e sejam como seminário da mesma Cia professa. Para isso queremos que esta seja lícito possuir, para comodidade de seus estudos, colégios de estudantes, onde quer que algum. Por sua devoção, se mover a construí-los... Poderão estes colégios possuir rendas, frutos ou propriedades que sejam necessários para a vida e sustento dos que estudem... de maneira que nem os estudantes possam usar mal desses bens, nem a Cia professa os possa aplicar a seus usos, mas unicamente para correr às necessidades dos seus estudante (ITAICI, 1978, p. 63).

A evangelização, cumprindo a ordem direta de Jesus Cristo de transmitir a fé a todos os povos, foi providencial e de diversas formas extraordinárias e de modo digno de admiração da História, não somente na História da própria Igreja. Diante de

momentos difíceis que se via excruciante pela revolução dos percalços do Concílio de Trento, teve energia para lançar seguidores a difundirem a fé de Cristo pelo mundo, não cabendo somente aos argumentos de ordem econômica para explicar todos os empreendimentos de trabalhos e pesquisas de Portugal (FAUSTINO, 2000).

Ora, estamos vivenciando uma época em que a conjuntura social está em grande transformação, em grande mudança do período feudal para a modernidade e a ação dos inicianos em seu comportamento direto e participativo no trâmite social é que começa a dar o embasamento de construção para uma unidade cristã, seja no combate aos hereges, seja no atendimento ao menos favorecidos, sejam aos doentes e na obediência incondicional a Igreja Católica Apostólica Romana. Dessa forma, é correto afirmar que as doações de particulares, as heranças e benefícios estiveram presentes desde o começo das atividades de Inácio de Loyola em Paris, a ponto de senhoras espanholas, impregnadas pelo ardor da fé, financiassem seus estudos nos idos de sua formação. Não só a falta, mas como a inconstância de recursos financeiros comprometeriam a formação dos futuros jesuítas, sem poder contar com um eficiente planejamento da ação religiosa. É certo que auxílios seriam necessários e que viriam acontecer somente após o reconhecimento da Instituição pelo Papa Paulo III, igualando-os diante das outras ordens religiosas que já recebiam benefícios e auxílios necessários para sua sobrevivência e para agir no mundo (ASSUNÇÃO, 2004).

Benefícios, doações, favorecimentos desprendidos pela Coroa às ordens religiosas era absolutamente normal, desde o início do feudalismo, onde havia distribuição de alimentos pelos bispos para sustentar o clero, distribuição de rendimentos, onde

[...] o papa possuía o poder absoluto de prover qualquer benefício, dentre eles o direito de padroado²⁸, que era um direito horífico, oneroso útil sobre

²⁸ “Geralmente, significa direito de protetor, adquirido por quem fundou ou dotou uma igreja. Direito de conferir benefícios eclesiásticos. Nos textos historiográficos, o termo Padroado se refere ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa a Igreja Católica, nos territórios de domínio Lusitano. Esse direito do Padroado consistiu na delegação de poderes ao Rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551. A partir de então, no Reino Português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) Zelar pelas Leis da Igreja; b) Enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) Sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do Padroado, que eram: a) Arrecadar dízimos (poder econômico); b)

alguma igreja ou renda eclesiástica que compete a alguém que, com o consentimento do Ordinário, erigia uma igreja ou benefício ou os dotou os que herdou esse direito de que o tenha feito dotado (ASSUNÇÃO, 2004, p. 93).

Conforme Assunção (2004), a posse desses bens, chamados de bens temporais, é que davam ao clero uma sobrevivência tranqüila, e por assim dizer, confortável. Porém, não era a única fonte de enriquecimento. Era permitido receber rendas vindas dos fiéis, dentro de sua freguesia, na quantidade e maneira que mandava o direito consuetudinário. Era a forma de o religioso garantir seu sustento e manter rituais do culto e na dividida em duas categorias distintas, uma os bens adquiridos pela igreja ou por contrato ou por deixas testamentárias e pelas dízimas eclesiásticas, que era o pagamento da décima parte do fruto “tanto da terra e de casas, como da indústria humana”, feita pela população como forma de reconhecimento do ministério sacerdotal (Idem, p. 94).

Era claro para os inicianos que para a sua sobrevivência e da Companhia de Jesus, bem como para o seu desenvolvimento de forma progressiva era necessário que “os colégios e as residências pudessem se manter, já que seus membros não podiam possuir bens para sustentação particular. Os membros da Companhia não tinham bens” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 99). Era imprescindível que os jesuítas atuassem diretamente no poder monárquico e diante da corte, sendo esta uma forma de alicerçar confiança e obter privilégios, prestígios que garantiriam ainda mais o crescimento da missão jesuítica, privilégios estes temporais, que conduziram a humanidade para o cristianismo, onde aprenderam não só a praticar obras de caridade e de espiritualidade. O material se completou ou superou o espiritual, sendo que “com trabalho e esforço construíram um colégio auto-suficiente e com rendas invejáveis”, levando a cabo uma empresa com recursos consideráveis e invejados por muitos, através de uma administração e gestão sobre seus patrimônios (ASSUNÇÃO, 2004, p. 105). Os meios utilizados não foram diferentes das demais ordens já existentes e que já eram praticados por outras ordens religiosas, ou seja, petições, requerimentos, audiências e solicitações diversas,

Apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele” (Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado3.htm>. Acesso em 20 mai. 2011).

trabalhando-se com afinco não só junto à Corte, como também junto à Santa Sé. Trabalhava-se com ardor para alcançar a confiança e a credibilidade dos reis e papas, onde o reconhecimento era convertido, normalmente, em privilégios e regalias. As insatisfações diante da comunidade eclesiástica eram evidentes, mesmo assim ampliam suas propriedades e, por conseguinte, suas fontes de recursos (Idem, p. 106). A influência dos jesuítas diante da coroa portuguesa era tal, que permitiram a utilização do sistema governamental para serem efetuadas cobranças dos devedores da Companhia de Jesus, chegando D. João III a “emitir alvará determinando que os almoxarifes e recebedoras do regimento da fazenda arrecadassem e executassem os débitos dos devedores dos colégios do mesmo modo que procediam nas questões da coroa” (Ibidem, p. 115).

Muitos foram os benefícios recebidos pelos eclesiásticos durante o governo de D. João III, parte recebida de impostos²⁹ que eram cobrados, parte de dízimos sobre o produto final dos lavradores, chegando os privilégios em Universidades e outros artigos:

A Universidade de Coimbra recebia isenções por pagamentos de selos, escrituras, peitas, fintas, talhas, “cisa do pão, vinho, azeite, carne, pescados, bestas, assim como de qualquer outro móvel que comprassem ou vendessem ou escambarem” que forem para o meneio dos religiosos Além desses privilégios, encontramos as doações de terra, donativos, escravos, especiarias, incensos, ornamentos sacros, relíquias de santos, cera de demais bens materiais para o ritual litúrgico, dentre outros privilégios circunstanciais (ASSUNÇÃO, p. 114-115).

Os jesuítas conquistaram grandes benefícios e privilégios que permitia a eles terem uma autonomia em relação ao sistema jurídico e fiscal vigentes, recebendo mais favorecimentos que outras ordens religiosas, tendo o cuidado de legalizar todas as posses de propriedades e devido registro das mesmas em cartórios, tanto na aquisição, venda ou troca de imóveis, como nos recebimentos de doações, heranças e testamentos em geral. Sem contar com o padroado e a encampação dos bens de outras ordens que se findavam ou estavam em dificuldades e passaram a ser administradas pelos jesuítas, dessa forma “a utilização do sistema mercantil,

²⁹ Sisas – principal tributação interna, aquela que a população mais sentia, imposto sobre tudo o que se vendia e comprava, era, na origem, municipal; a partir de 1387, generalizou-se e instalou-se para ficar. Só com D. Manuel o clero que isenta parcialmente de um tributo a que ele mesmo, mais privilegiado dos estados, até então não conseguia escapar (MATTOSO, 1993, p. 99).

acrescidas das isenções reais, ampliava a possibilidade de ganhos” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 116-117).

Nem sempre as concessões de privilégios eram feitas por períodos longos, sendo renovadas ou não pelos sucessores. Muitos desses privilégios foram perdidos com a morte de D. João III em 1557, tendo que os eclesiásticos sempre estarem investindo nos sucessores da coroa para a manutenção dos mesmos ou até melhorarem esses privilégios (MATTOSO, 1993).

Assim, toda a ajuda material e financeira que a Companhia de Jesus recebeu da coroa, somada com os bens terrenos, ora de doações de fiéis, ora dos legados pios e testamentos, “permitiu que os religiosos reunissem recursos para sua manutenção, conseguindo a ordem a acumular um imenso patrimônio fundiário, privilégios e regalias” (ASSUNÇÃO, 2004, p 146) tendo neste momento o interesse do Estado em reagir contra qualquer ingerência que praticassem, sendo obrigados a “pagarem dízimos no que diz respeito à posse de títulos por meio de compra, herança, legado, ou doação em vida ou morte” (p. 147).

Quer pela habilidade dos jesuítas, quer pela necessidade de sustentabilidade, essas prerrogativas vão se estendendo em outras partes do império português, não sendo diferentes as formas ou com variações, seguindo o crescimento patrimônio jesuítico, a ponto de Paulo de Assunção a considerá-lo em Portugal, “como uma empresa de vulto” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 87), o que não seria diferente no Brasil.

Foi notória a constatação do crescimento da Ordem da Companhia de Jesus em Portugal, de forma pioneira, porém, como obra apostólica, pedagógica e missionária em primeiro lugar e depois passou a serviço desta no campo econômico ou temporal. Onde se notou o serviço para a glorificação de Deus, sejam em ambos os planos, como no bem espiritual ou humano. A boa administração das coisas terrenas e materiais tanto pela sua valorização e não apenas como produto e comércio (RABUSKE, 2005).

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO DE BENS TEMPORAIS

O memorável é o que pode ser sonhado de um lugar.

Michel de Certeau, SJ (1925-1986)

3.1. Os jesuítas³⁰ no Brasil

A vida portuguesa estava embasada em uma cultura, conquistada há séculos por lutas, sofrimentos e glórias. Havia uma monarquia, um rei. Seus súditos. E o rei sendo autoridade máxima. E juntamente com essa realeza vemos a presença da Igreja Católica, de braços dados com o rei e fazendo parte desse governo. Dessa forma, vemos a vida portuguesa impregnada do religioso em todos os seus atos e afazeres. O religioso tinha sua influência em reis, rainhas, chefes de gabinetes e na população em geral. E essa forma de cultuar essa religiosidade será trazida também para terra além-mar, para a nova vida colonial: uma via portuguesa com certeza, em terras brasileiras. A fé católica irá acompanhar de forma significativa todo início da colonização portuguesa e dando assim a característica do viver cotidiano: “tudo feito para o homem, homem feito Jesus Cristo. E Cristo para o Pai”³¹.

Por muitos anos as novas terras descobertas foram esquecidas por Portugal. Apenas em 1532 D. João III envia uma expedição para a colônia – exploração de pau-brasil, exploração da costa da nova terra e dois anos depois instaura as Capitanias Hereditárias, onde se encontrou no momento uma forma de organização para a colônia. Porém a maior parte das Capitanias fracassou. Somente São Vicente, com o mandatário Martim Afonso de Souza e Recife, com o mandatário Duarte Coelho, prosperaram (PRADO, 1935).

Portugal mantém uma administração patriarcal, via autoritarismo na colônia Brasil, diferentemente de outros países, como os Estados Unidos e a própria Europa. Conforme Faoro,

[...] a América seria um reino a moldar nas formas dos padrões ultramarinos, não um mundo a criar. A inflexibilidade dos capitães da Índia será o modelo da dureza dos funcionários reinóis no Brasil, com mão direta na espada e a outra no chapéu, pronto este para a zumbaia ao superior, como em Portugal, das masmorras e dos castigos (FAORO, 1997, p. 121).

³⁰ “A denominação “jesuítas”, usada com carga depreciativa desde a Idade Média, já no decênio de 1540 veio a ser aplicada a seus companheiros por um protestante e teve desde logo a reação de um (São) Pedro Canísio, que insistiu em informar que a Ordem da Companhia pertencia a Jesus e que seus membros apenas se consideravam “companheiros de Jesus”. Curioso, porém, é que, com o passar do tempo, a palavra “jesuíta”, após perder sua carga depreciativa, entrou no linguajar explícito da Igreja de Confissão Católica e Romana” (RABUSKE, 2005, p. 43).

³¹ Doutrina Católica – Tudo é vosso; mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus – 1 Cor 3, 16-23.

Dessa forma foi o processo de formação do Estado. Sempre houve a mão da Coroa - através do Governador Geral e seus subordinados - que mantinha seu poderio mesmo estando a quilômetros de distância daqui, sem mesmo conhecer fisicamente a colônia, passando do governo para o modo de vida das famílias, tendo o pai como o cabeça principal e o cerne das decisões.

Portugal inicia assim na colônia, um novo sistema de administração: um governo Geral para o Brasil. Conforme Assunção, a monarquia redireciona a política de administração da colônia com a criação do governo geral, que não substituiu as capitanias, mas sobrepuja-se a elas. A criação do governo geral respondia então aos interesses básicos da Coroa que eram incentivar o desenvolvimento da economia açucareira e do tráfico de escravos, estabelecendo povoamentos para defender o território, dando base a um desenvolvimento que se frutificasse. A vinda dos jesuítas para a Nova Terra coincide e é integrante do novo direcionamento da política econômica e administrativa de Portugal:

[...] enquanto colonos, os jesuítas percebiam não só a posse da terra como condição da expansão da fé e do mercantilismo, mas principalmente a alteridade que o Novo Mundo lhes revelava. Uma cultura e uma visão de natureza que são registradas em suas cartas (ASSUNÇÃO, 2001, p. 70-71).

Para tanto, foi nomeado Tomé de Souza como o primeiro Governador Geral e com ele vieram também os primeiros jesuítas:

Entre as muitas praias que circundam a cidade de Salvador na Bahia, uma se destaca, não tanto por sua extensão, pois é bem pequena, mas sobretudo por sua importância histórica. É a praia do Porto da Barra. Aí, em 29 de março de 1549, desembarcou o fundador da cidade, Tomé de Souza, e primeiro Governador Geral do Brasil. Acompanhavam a expedição seis companheiros de Santo Inácio de Loyola, o primeiro grupo de Jesuítas a tocar as terras da América. Eram eles os Padres Manoel da Nóbrega (Superior), Leonardo Nunes, Antônio Pires e João de Azpilcueta Navarro e os Irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Pormenores: a Companhia de Jesus fora aprovada pelo Papa Paulo III, oito anos antes. Nóbrega e seus companheiros, ao pisarem pela primeira vez aquele solo, estavam iniciando um empreendimento que logo se espalharia para o Sul e para o Norte, e assim marcando as povoações da costa atlântica; mais tarde também do interior, com o sinal da sua multiforme presença (www.jesuítas.org.br em 17 abr. 2010).

Começa nova fase na nossa história religiosa com a chegada dos primeiros jesuítas. O rei recomenda em carta a Tomé de Souza, que lhes "fosse dado tudo o que para as ditas causas houvessem mister" e em cumprimento de tal ordem o

governador fixou em 5600 réis o auxílio real para cada um.³² Tal obra compreende um dos setores principais na colonização, sendo que no terreno das missões pelo fato da fundação das aldeias indígenas, na educação pelo estabelecimento de colégios, e na defesa da população indígena, dando base de toda cultura colonial (AB´SABER, 2004, p. 56).

São marcados, portanto, pela visão planetária de uma obra a se cumprir, a se concretizar, já que é o lugar – todo o globo – onde a maior glória de Deus deve se revelar na salvação de todos os habitantes, e de sobre maneira aqueles que vivem além das fronteiras instáveis da cristandade. Testemunha deste desejo de universalidade é a ausência de topônimos nas cartas apostólicas que fundam a Companhia. Os primeiros jesuítas desejam ser enviados entre os fiéis e os infiéis, entre os hereges e os cismáticos, qualquer que seja o país (KOLVENBACH, 2007, p. 25).

Os jesuítas chegam ao Brasil, marcados com a expressa ordem do Rei, com exclusividade - que por Sua obrigação diante da posição como representante de todo um reino e responsabilidade administrativa de gerir da melhor forma os negócios - de catequizar os indígenas, levando a fé católica e mantendo colégios para perpetuar a cultura portuguesa e formação humana e cristã.

3.2. Um preocupante início³³

1549. Eis o ano. Ao aportar na Bahia, os primeiros jesuítas desembarcaram na Povoação de Pereira, do primeiro donatário da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, futuramente chamada de Vila Velha, devido a uma nova vila que se construiria naquele Recôncavo. Embriã da cidade do Salvador, era habitada com mais de cinqüenta portugueses, que receberam esses jesuítas festivamente, onde

³² “É sabido que os Jesuítas exerceram, nas aldeias que fundaram, direta ou indiretamente, o governo temporal” (LEITE, 1938/1950, p. 61).

³³ “Todo aquele que pretender combater por Deus sob a bandeira da Cruz, na nossa Companhia, que desejamos se assinalar com o nome de Jesus, e servir somente ao Senhor e à sua Esposa, a Igreja, sob a direção do Romano Pontífice, Vigário de Cristo na terra, depois dos votos solenes de perpétua castidade, pobreza e obediência, persuada-se que é membro da Companhia, instituída principalmente para a defesa e propagação da Fé e o aperfeiçoamento das almas... Foi também instituída para pacificar os desavindos, piedosamente ajudar e servir os que se encontram presos nas cadeias, os enfermos nos hospitais, e exercitar as outras obras de caridade... E procure ter diante dos olhos, enquanto viver, principalmente a Deus e depois a Regra deste Instituto, que é um caminho seguro para ir até Ele. E este fim, que lhe foi proposto por Deus, procure alcançá-lo com todas as forças (Tomada da Bula de Confirmação do Instituto por Júlio III - 1551)” (BOTERO, s/d, p.16).

Manoel da Nóbrega celebraria a primeira missa jesuíta em terras brasileiras. Foi aí que construíram a primeira igreja dessa ordem no Brasil, a de Nossa Senhora da Ajuda e em lugar determinado por Tomé de Souza, começaram a construir o colégio e uma igreja da própria Companhia de Jesus – feita pelos próprios padres – ainda não terminada, eram os idos de 1566 (HERNANDES, 2010).

Logo que chegaram os jesuítas (1549-Bahia) foram abrindo suas ‘casas’, modestos estabelecimentos de ensino elementar, com capela e moradia, que situavam nas vilas, zonas rurais e aldeamentos indígenas. Mais tarde, fundaram os colégios, grandes complexos construtivos (CARVALHO, 2007, p. 172).

Os primeiros passos foram dados, porém naqueles primeiros tempos, “a exigüidade de recursos financeiros e a sua inconstância constituíam obstáculos a uma ação evangelizadora eficiente” (CATÃO, 2005, p1).

As condições de propagar a fé a todos os povos, base missionária dos jesuítas, estão comprometidas nesses primeiros anos de colônia e se arrefecem devido às dificuldades de manutenção de uma estrutura, como a manutenção de material das missões, falta de recursos financeiros e de condições de sobrevivência desses primeiros jesuítas. As missões nesses primeiros tempos que seriam sustentadas em conjunto com a Coroa e pela província jesuítica de Portugal não seriam suficientes para tal. Os apelos dos jesuítas se intensificam, mostrando o sofrimento à indignação de um trabalho não ser concretizado a contento: “Está esta casa [da Baía] tão falta de coisas pra fundar igrejas, que nem cálices, nem pedra de ara, nem retábulos, nem missais, nem vestimenta, frontal, toalhas, etc..., temos. Este grito de extrema penúria foi ouvido em Lisboa” (LEITE, 1938/1950, p. 321).

Em 3 de maio de 1556, Manuel de Nóbrega retorna à Bahia - onde a partir de 1553 partiu para a região sudeste do Brasil - agora como o primeiro Provincial da Companhia de Jesus no Brasil. Antes de embarcar, escreve para o padre Simão Rodrigues de Azevedo, notificando sobre as dificuldades financeiras por que passavam os estabelecimentos jesuíticos em São Vicente, deixando claro que “a casa de São Paulo cumpria, como um colégio, a função diferenciada da Igreja, residência religiosa e educandário, mas que ainda não possuía uma frente de renda

fixa, para reforçar sua manutenção” e por isso pede que a mesma seja efetivada como colégio³⁴, pois, só

[...] assim poderiam ter bens temporais a sustentá-los, conforme determinavam os estatutos da Ordem. Justificava também seu pedido pela privilegiada e conveniente situação do estabelecimento de Piratininga, quer geográfico, quer econômico, com grande capacidade de expansão para o interior (CARVALHO, 2007, p.177).

Algumas medidas são tomadas, mas não o suficiente para a grandeza do vulto que se fazia necessário. Terras imensas, rios e matas, índios e animais, clima e doenças. Dificuldades intensas, recursos mínimos.

Segundo Ângelo (2010) “os colégios jesuíticos encontravam nas suas propriedades instrumentos de manutenção alternativos às doações de particulares e às provisões da Companhia de Jesus na Europa” (p.1). O que não foi diferente do acontecido aqui, em terras brasileiras, onde a Companhia de Jesus, segundo Paiva (1982), era encarregada de evangelizar os gentios, os índios; de levar a Fé e os bons costumes para o conhecimento da verdade européia, haveria de formar seus colégios. Essa tradição portuguesa, sua cultura, em Novas Terras era o que se trabalharia nesses colégios, não havendo contradições que perturbassem essa realidade. A religião confirmava o modo de ser e garantia a sociedade. A religião era um suporte intocável, era a única explicação; referência de unidade social centrada em séculos sustentando a unidade do povo. Os colégios, por sua vez, eram responsáveis diretos pela fomentação da fé cristã, da fomentação dos bons costumes – apoiados na fé, nos mandamentos. Era o responsável pelo ensino da Letras. As Letras sintetizavam os conhecimentos próprios dessa cultura, de forma de um caráter disciplinador, onde a gramática era a grande mestra da sociedade. Para manter a hierarquia, para manter a disciplina social. Ligada diretamente a estrutura que a sociedade era formada e por sua vez, estabelecia a ordem. As Letras seriam muito importantes na vida portuguesa, em especial na colônia, pois formavam àqueles que iriam empreender a cultura, formando os mantenedores da cultura portuguesa em terras longínquas: preparar pessoas competentes para cultivar a

³⁴ “Os Colégios, em contínuo crescimento, serão sempre e cada vez mais um meio disponível para elaborar uma cultura humanística e cristã, no respeito pelos valores profundos do homem e da pessoa. Por isso, tornou-se urgente construir, desde o início, um método educativo e didático, comum à enorme dispersão concreta das iniciativas, capaz de realizar um tão vasto e ambicioso projecto formativo. A *Ratio Studiorum* nasce, assim, como uma metodologia pedagógica que tenta responder às múltiplas exigências dele emergentes, a nível humano e religioso” (MIRANDA, 2009).

tradição portuguesa. A mobilidade social era difícil, e aceitação pelo povo dos letrados era normal, obtendo assim, esses estudantes, determinados privilégios perante a sociedade. Tinham uma posição social, independente de sua idade. No futuro, esses homens iriam ocupar cargos magistrados, seriam homens formados e respeitados pela sociedade antecipadamente, já que se dispunha a serem tomados para a manutenção dessa cultura (PAIVA, 1982).

A falta de bens para essas empreitadas é que era preocupante:

Agrupam-se em choças indiáticas em torno do rudimentaríssimo colégio. De janeiros até o presente tempo, permanecemos, algumas vezes, mais de vinte em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palha, tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão, ao mesmo tempo, a escola, a enfermagem, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa, narra Anchieta [...] Desconfortável, em extremo, a humílima choça, mas para aqueles homens, absortos no prosseguimento do mais elevado ideal, significava o primeiro marco da conquista espiritual de milhares, que então se iniciava (TAUNAY, 2004, p. 224).

Em carta para o Padre Inácio de Loyola, em 1556, o padre Manuel da Nóbrega é mais eloqüente, apresentando toda sua insatisfação diante dos problemas vividos e na falta de recursos necessários, até para a própria sobrevivência:

[...] a manutenção da casa, a principal, é o trabalho de índios, lhe dão seus mantimentos, e é a boa indústria de um homem leigo que, com três ou quatro escravos da casa e outros tantos seus, faz mantimentos, criação, com que mantém a casa, e com algumas esmolas, que fazem à casa, e com a esmola que El-Rei dá; tem também esta casa umas poucas vacas, as quaes, por nossa contemplação, se deram aos meninos, quando estavam em São Vicente, e do leite dellas se mantém a casa; a casa um irmão Ferreiro, que, por cencertar as ferramentas aos de São Vicente se ficou para viver de esmolas, os nella pudessem sustenta, que serão dois ou três somente" [...] As vacas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas; a esmola del-Rei é incerta; para não ser collegio, sinão casa, que viva de esmolas, é impossível poderem se sustentar os Irmãos daquela casa em toda esta capitania (NÓBREGA, 1988, p. 152-153).

Um ano após, em 1557, ainda a preocupação de Nóbrega é evidente em relação aos poucos recursos e forma de vida, expressada em carta enviada para o Provincial de Portugal:

A manutenção de todos agora é as esmolas da cidade, a qual tomou a cargo mater-nos até havermos algum remédio com a vinda dos mais, que esperamos; porque del-Rei não nos dão nada, nem ha que dar, e si, Nosso

Senhor não abrisse este caminho, não sei que fôra de nós, porque nem com vender os ornamentos, e cálices da Igreja, fôra possível manter-se toda a gente. Esperamos maneira de sustentação (NÓBREGA, 1988, p. 171-172).

A dependência de bens temporais nos primeiros anos por parte dos jesuítas sustentados pela Coroa e pela Província jesuítica de Portugal, recursos esses, a princípio bem modestos, dificultava diretamente a ação missionária e tornavam as atividades da Companhia de Jesus inteiramente dependentes das vontades de outrem e não fornecia recursos suficientes e necessários para uma rápida expansão da propagação missionária junto aos gentios. Método esse, que desagradava o padre Manuel da Nóbrega, que entendia e defendia (e por assim constatar, vivenciava) outra maneira de angariar condições para uma obra evangelizadora mais contundente, a princípio projetada. A solução de Nóbrega era aceitar terras cedidas pela Coroa, ou mesmo por admiradores da Ordem, deixando a cargo dos jesuítas a administração e responsabilidade o total o controle efetivo desses bens, que diante dessa posse, estariam autorizados a possuir cativos negros, já que a mão de obra sacerdotal era escassa, conseguindo assim produzir o necessário e o suficiente para a provisão e manutenção das missões, das igrejas, de seus colégios e suas residências; criando “aldeias jesuíticas” que dependiam de significativos recursos materiais (CATÃO, 2005).

As ideias do agora providencial do Brasil, Manuel da Nóbrega, não eram bem aceitas pelo adjunto do provincial de Portugal, o então padre Luís da Grã – sucessor de Nóbrega como provincial em 1559 - que entendia de maneira oposta e diferente o fato da Companhia possuir bens, dedicando a atividades outras e nem sequer pensar em utilizar da mão de obra escrava. Estava o padre diretamente ligado e relacionado nos embasamentos dos regimentos da Ordem:

“Normas Complementares” da sexta das Constituições, sobretudo as que se encontram na seção IV sobre a “pobreza” religiosa, como elas a entendem, ou em quatro capítulos inteiros com seus respectivos artigos e parágrafos. Eis alguns exemplos textuais, dos muitos que poderiam ou deveriam entrar em questão:

- Capítulo terceiro, nº 215: sobre o evitar toda aparência de ambição e negócio. § 1. Devemos evitar com diligência até a aparência de ambição de fazer negócio e tirar lucro. § 2. Na Companhia, o Geral é a autoridade competente para permitir uma atividade comercial, necessária e conveniente ao apostolado (por exemplo, uma gráfica).

- Capítulo quarto, nº 216, parágrafo 1 e 2: Sobre a administração dos bens econômicos. § 1. Os bens econômicos da Companhia devem ser considerados como bens próprios de Jesus Cristo nosso Senhor e patrimônio dos seus pobres; desses bens dependem também em grande

parte os bens espirituais e o bom estado da Companhia, pois sem eles nossos ministérios espirituais dificilmente podem ser realizados. § 2. Os Superiores e seus auxiliares devem administrar os bens econômicos com grande diligência e fidelidade, não como donos que podem dispor à sua vontade dos próprios bens, mas como mandatários que devem administrar, de acordo com as leis da Igreja e da Companhia, bens a eles confiados” (RABUSKE, 2005, p.25).

Segundo AB'Saber (2004) , o grande marco na sustentação e na solidificação dos jesuítas quando na sua chegada ao Brasil e no início de suas atividades, foi à luta de Manuel da Nóbrega para fortalecer principalmente a sustentação dos Colégios, e por conseguinte, seus empreendimentos, ao ser promulgado em 1564 um alvará por D. Sebastião, que fixou o padrão de “redízima de todas as dízima e direitos que pertencessem a El-Rei em todo o Brasil de que sua Alteza faz esmola para sempre para a sustentação do Collégio da Baya” , (p. 317) fortalecendo os jesuítas dos recursos financeiros de que até então precisavam. O plano da redízima foi prodigiosamente trabalhado e preparado por Nóbrega, onde havia opinado anteriormente sobre essa necessidade de haver uma ajuda que pudesse não só assegurar, mas perpetuar os estabelecimentos dos jesuítas, sem que houvesse a necessidade de ficar dependendo sempre de uma possível intervenção ou ajuda direta de terceiros. Apesar de não ser o suficiente, os colégios começam a ser recompensados, o que ocorreu em 1564 no colégio da Bahia, depois seguindo os benefícios para os colégios do Rio de Janeiro em 1568 e o de Olinda em 1576. Inicia-se, portanto, uma nova fase através do alvará de D. Sebastião, onde a Companhia de Jesus se solidifica e se acumula de recursos financeiros que irão permitir uma atuação mais ativa e que garantam dar maior conforto na continuidade do trabalho catequético (AB'SABER, 2004).

Porém, a partir de 1568 os representantes das províncias jesuíticas apoiaram as proposições de Nóbrega - já não mais como provincial, pois perde o cargo devido aos atritos com Luis da Grã - diante de uma Congregação provincial, e assim a Companhia não encontra mais obstáculos e nem impedimentos para a posse de bens de raiz e do trabalho escravo. A posse dos bens materiais começa a fazer parte da vida dos jesuítas, cabendo aos mesmos o necessário discernimento entre o que seria excesso e o verdadeiramente necessário para a manutenção de suas obras, o que daria uma posição de estabilidade ao desenvolvimento direto da obra. Porém, começa a gerar questionamentos de terceiros, e de vulto cada vez maior

com o passar do tempo, à medida que as posses começam a se avolumar (ASSUNÇÃO, 2004).

Alguns anos depois, D. Sebastião

[...] para a cômgrua sustentação do culto divino, tem a data de 04/01/1576, manda dar 500 cruzados, anualmente, durante um decênio e determinando que as dízimas ao gentio novamente convertido, ou se converta, não serão para a fazenda real, mas para as 'suas igrejas, confrarias e espirais'. Isto por espaço de seis anos (LEITE, 1938/1950, p. 322).

O caminho estava aberto, mas ainda dificultoso. As primeiras investidas começam a ser feitas. O processo é longo a princípio, porém, mais eficiente. Em 1598, cinqüenta anos após dos primeiros desenhos de estabelecimento em terras brasileiras dos inacianos, a situação da Companhia de Jesus se modificara imensamente, sustentados financeiramente pelo auxílio real, cresceram e se multiplicaram a partir do século XVII (AB'SABER, 2004).

Tanto que, podemos observar no relato do padre Fernão Cardim, na época ministro do colégio d'Évora, como acompanhante do padre Christovão de Gouvêa em visita ao Brasil, durante uma Missão Jesuítica, entre de 1583 a 1590, percorrendo a Bahia, Ihéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, entre outros lugares, apresenta alguns empreendimentos que começam a tomar corpo, como por exemplo, na Bahia, dando aos jesuítas uma vida confortável:

[...] o collegio tem três mil cruzados de renda, e algumas terás adonde fazem os mantimentos; residem nelle de ordinário sessenta; sustentam-se bem de mantimentos, carne e pescados da terra; nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual não sustenta bem a natureza por a terra se desleixada e os mantimentos fracos (CARDIM, 1925, p. 290).

A economia na época colonial portuguesa teve como característica principal a mão de obra escrava, pelos latifúndios, pela cultura de produtos tropicais, exploração de metais e pedras preciosos. A agro-indústria, principalmente a do açúcar foi a primeira dessas atividades, estrategicamente realizada pela mão e obra africana, proporcionando o monopólio português junto a Europa. No Brasil era produzido o açúcar branco, destinado ao mercado externo e o mascavo que devido

a inexistência de refinarias em Portugal, era refinado pelos engenhos³⁵ brasileiros, que depois de branqueado era embalado em caixa e enviado para Lisboa (MOTTA, BRAIK, 2005).

Conforme Santiago (2010), na época havia o seguinte modo de corte e manufatura do açúcar:

[...] a cana cortada era levada para a moenda, onde era moída para a extração do caldo, que era resfriado, condensado e, depois, levado à casa das caldeiras para ser engrossado ao fogo, em tachos, até se transformar em melaço. Na fase seguinte, na casa de purgar, o melaço era colocado em formas para secar, atingindo o chamado ponto de açúcar. Os blocos secos retirados da forma, chamados de pães de açúcar, eram acomodados em caixas que suportavam cerca de 750 quilos e remetidos para Portugal. Dali, o produto seguia para a Holanda, onde era beneficiado e distribuído para o restante da Europa. Da cana-de-açúcar retiravam-se ainda outros produtos, como a rapadura, utilizada como complemento alimentar, e a aguardente, que servia inclusive como moeda na aquisição de escravos na África (p. 259)

Esse sistema de produção do açúcar foi organizado principalmente no nordeste, chamado de *plantation*, ou seja, na forma de grandes propriedades rurais, destinado ao mercado externo, onde exigia para tanto, grandes propriedades, grande número de escravos, pastos para animais de tração, transporte e árvores de florestas para a madeira e proteção dos canaviais. Da mesma forma, a criação de gado passa a ser importante, chamados gado de quintal, trazidos pelos portugueses no início da colonização, empregados no engenho, transporte de cargas ou de pessoas, chegando a certo ponto de criar problemas para os proprietários de grandes engenhos, pois devastavam o canavial (MOTA, BRAICK, 2005).

Dada a vasta vegetação e florestas, os portugueses começaram a enfrentar o sertão em busca de produtos exóticos e drogas do sertão, como gergelim, anil, guaraná, salsa, corantes, baunilha, castanha do Pará e cacau. Nesse contexto as ordens religiosas, exerciam papel de grande importância para a consolidação do projeto português, devido a catequese que assegurava a submissão espiritual e política dos indígenas e a mão de obra necessária para o extrativismo. As missões por sua vez, acabaram se transformando em empreendimentos lucrativos para as

³⁵ “Entre os engenhos, havia muitas diferenças, desde a energia empregada até o tipo de produto que fabricavam. O engenho real, movido pela força hidráulica, processava maior quantidade de cana. O trapiche – movido por tração animal ou pessoas escravizadas – apresentava menor capacidade produtiva. Por fim, havia os molinetes ou enghocas, voltadas para a produção de aguardente” (SANTIAGO, 2010, p. 259).

suas respectivas ordens, mantendo à disposição enorme contingente de mão de obra de baixo custo, sendo que a atuação dos jesuítas na América portuguesa como educadores e catequistas limitasse a expansão de outras ordens religiosas que atuavam nessas terras, com especial monção ao monopólio na educação e no estabelecimento das missões, “que eram núcleos de povoamento de indígenas que tinham como atividade principal a agricultura e pecuária, e contribuíram dessa forma pra que esses religiosos conquistassem grande poder político e econômico na época” (MOTA, BRAICK, 2005, p. 55).

Novas terras, novos costumes. Novas práticas. Os jesuítas deveriam incorporar novos valores que até então desconheciam, tanto de práticas como de comportamentos. A necessidade de expansão da fé levou à necessidade de expansão de suas propriedades, e conseqüentemente a passagem de homens de Deus para a de homens administrativos ao mesmo tempo, cuidando de um rol de ofícios dentro dos colégios, que se tornou de suma importância logo de imediato para o bem gerir e fazer crescer a Ordem, tanto na rotina do dia a dia, nos seus afazeres, dentro das igrejas, escolas e residências: limpeza, cozinha, paróquia; também para a manutenção normal: artesãos, ferraria, pastagem. Tudo era feito para com o propósito de solidificação da Ordem, através de sua expansão e cristalização da fé católica. Era necessário incorporar as novas estruturas oferecidas pela colônia, sincronizando o fim mercantil e expansionista assumido pela Coroa com o servir religioso que a religião imprimia (ASSUNÇÃO, 2007).

O acúmulo de bens se fazia então necessário. Muito se questiona a posse desses bens temporais. O âmago da questão é:

“Poderia a Companhia de Jesus possuir bens temporais para a sua atuação? Nas Constituições da Companhia de Jesus, que deliberavam sobre estas práticas, constava que a própria Sé aprovara o conteúdo das determinações” (ASSUNÇÃO, 2007, p. 63).

A falta de constância e mesmo o pouco subsídio da Coroa eram insuficientes para o sustento e manutenção das atividades mais básicas e a procura de recursos próprios foi o caminho utilizado para suprir tais necessidades, adequadas e amparadas pelo comércio. Explorar as grandes quantidades de terras, tomar conta de engenhos e fazendas se mostrou atividades novas para esses missionários, diferentemente da agricultura portuguesa. Cultivar a cana de açúcar, saber do solo, épocas de plantio e colheita, pastos e gados, escravos, índios, acondicionamento,

embarque, sem contar os tipos de plantas, salários, pagamentos e recebimentos. Compra e venda. Novas funções administrativas que se apresentavam e que deveriam ser geridas da melhor forma possível,

[...] dentro dos limites de uma ética católica, possível de ocorrer, pois a sua férrea vontade e seu sentimento permitiam compreender que todos os meios eram justos para aumentar o patrimônio divino e com ele consolidar as bases da conquista cristã do mundo. Temente a Deus, as atividades eram vistas como parte de uma atitude grandiosa para o aumento da seara divina, sustento dos estudantes e religiosos, construção de igrejas e capelas, obtenção de objetos para o culto, fruto do trabalho nas terras jesuíticas (ASSUNÇÃO, 2007, p. 64).

O acúmulo de bens temporais e o crescimento com o passar do tempo, deu-se não só por doações e favorecimentos, patrimônio esse, apreciável em si mesmo; mas também pelo trabalho, empenho e serviços gratuitos desprendidos pelos jesuítas, que operavam em todo o território, tanto civil como no religioso, onde viam nessas práticas os meios para manutenção e o crescimento das obras apostólicas (RABUSKE, 2005, p. 176).

Haveria de se ter uma sinergia buscando atingir os objetivos primordiais da parte religiosa e ao mesmo tempo com as opções que o mundo de então oferecia, aspergidos no ardor missionário e na fecundidade da terra. Renovar as forças para se enfrentar dignamente as tribulações que a vida lhes impunha. Redentores da graça divina, viver o paradoxo de servir a Deus e ao mesmo tempo o mundo, seguindo os preceitos da Santa Madre Igreja, dando suporte e sustentáculo à Ordem, cristificando o trabalho cotidiano. Fazer o que se deve. Estar no que se faz³⁶.

Sobre os bens da Companhia, fomentando a discussão sobre legitimidade e legalidade ou não dos mesmos, o Pe. Serafim Leite (LEITE, 1938-1950) os defende, admoestando que a Igreja em si pode possuir bens e sempre foi possuidora deles, desde que se tornou uma sociedade, fazendo uso de “meios materiais para seu fim espiritual. É a condição orgânica da sua existência visível” (p. 166). A Companhia de Jesus, por sua vez, e de acordo com as Constituições escritas por Santo Inácio –

³⁶ “As relações com o Poder’ também devem ser analisadas mais sofisticadamente para evitar que se imaginem relações fixas entre atores que representaram vários papéis em várias peças. Uma destas – tomada a título de ilustração – é a que separa jesuítas de colonos e que fazia da busca da aliança com o Estado ibérico objetivo político central. Mas podemos ver, também, os padres se aliarem a leigos para evitar a entrada em cena de um quarto ator que, mascarado, fingia ser o rei, mas que sequer era ventríloquo, já que tinha voz e desejo próprios. Antagônicos – porque antes deturpavam que representavam o rei – aos de todos os cristãos que habitavam a Colônia” (NEVES, 2006, p 18).

avalizada pela própria Igreja da qual faz parte – “pode possuir toda espécie de bens que lhe advenham por qualquer título legítimo, segundo as mesmas Constituições, meios conducentes a assegurar e facilitar materialmente os seus fins de ordem superior” (Idem, p. 166). Podendo, pois, trabalhar com a agro-pecuária e também com a produção industrial, porém alerta que é vedado a todos os eclesiásticos – também, portanto, aos jesuítas – “por menos decoroso ao seu estado: é o comércio propriamente dito [...] o que se entende por mercatura ou comércio é comprar objectos para os tornar a vender. Com lucro, naturalmente” (Ibidem, p. 166).

A prática da venda de produtos que eram naturalmente cultivados ou fabricados por qualquer Instituição eclesiástica foi sempre realizada, desde o início da Igreja, e se algum jesuíta por ser desconhecedor de tais leis viesse a praticar algum dolo, era repreendido pelos seus superiores e caso algum recebesse porcentagens pela intermediação de alguma transação, a mesma era colocada como contribuição para os gastos da Província. “Segundo as Constituições da Companhia de Jesus, só os Colégios e casas de formação possuem bens próprios, de cujos rendimentos se sustentam” (LEITE, 1938-1950, p. 167) sendo esse comércio de movimentação de armazenar e vender, dando condições de sustento aos índios, para que os mesmo não ficassem no ócio, era para muitos, motivo de escândalo. “Porém, sem esta organização de trabalho e de vendas, não poderiam subsistir os Colégios, nem as próprias Aldeias” (LEITE, 1938-1950, p. 171).

Muito se pesava contra esses privilégios dos jesuítas nas missões do Maranhão e Grão-Pará, mobilizando os fazendeiros e até homens do governo a moverem ações contra a Ordem e a questionarem tais regalias, sendo bem amparadas pelas leis e pela Sé:

Estes bens da Companhia eram lícitos, como entidade canonicamente capaz de os possuir. Admittido o princípio verdadeiro e legítimo, tudo é questão de mais ou menos, excepto par o imperador-sacristão o Maranhão, que como o da Áustria, metido a canonista, declarou que os bens dos Missionários eram ilícitos.

Hoje, porém, que a correspondência desse período se publicou, nós sabemos que antes de se fazer teólogo, Mendonça Furado tinha de seu irmão Sebastião José, alguns anos antes, em 18 de Fevereiro de 1754, esta sugestão ou ordem que esclarece tudo: é ‘impossível restabelecer a prosperidade do Estado *sem retirar aos Regulares todas as fazendas que possuem*’ (LEITE, 1938/1950, p. 194-195).

Em outro quadro, Serafim Leite expõe sobre a dotação dos Colégios do Maranhão e Grão-Pará , que foram dotados pelos Jesuítas segundo a provisão de

D. João IV (24 de julho de 1652), sendo oferecidas também as isenções de dízimos, as quais já existiam no Brasil desde o século XVI, “onde estabelecia a cômputo de 35\$000, enquanto os Jesuítas ‘não tiverem bens próprios deixados por particulares de cuja renda se possam sustentar’ “(LEITE, 1938/1950, p. 196-197).

Cabe-se ressaltar, que nem todos os padres eram administradores, apenas alguns deles e em determinadas comunidades e nenhum deles era o verdadeiro dono de qualquer propriedade – rural ou não. Os serviços prestados pelos jesuítas eram gratuitos, nunca havendo cobrança de encargos quaisquer e que deviam ser de forma honrosa e caprichada e sabiam que estavam inseridos numa obra de alcance educacional e, se a produção dos bens materiais era realizada com o trabalho afincado dos membros da Companhia era com o intuito de glorificação divina e entrega ao próximo. Fechados ao voto de obediência religiosa. O resultado positivo de tais ações devia ser comemorado, dando crédito aos seus protagonistas, não podendo ser comparados com os proprietários normais de terras e engenhos, no que se diz respeito as demais práticas administrativas (RABUSKE, 2005, p. 181).

Diante do progresso alcançado pela Ordem onde souberam unir o amor a Deus em comunhão com a virtude do trabalho, simbiose esta primordial para a manutenção e sustentáculo de continuidade em terras brasileiras, a administração desses contingentes, não só para a vivência diária, mas também como forma de prestação de contas de seus negócios para a Ordem, para a Fazenda e a sociedade em si, contabilizando seus eventos de forma meticulosa e transparente dentro das normas até então utilizadas para tal, através das contas correntes e faturas.

3.3. Bens humanos – bens divinos

Com o intuito de se obter uma administração mais segura e eficaz, partindo do exemplo da divisão eclesiástica de territórios e dioceses, os jesuítas criaram as Províncias: agrupamento de vários estabelecimentos da Ordem. O Brasil colônia era composto da Província do Brasil³⁷, e depois a Vice-Província do Maranhão (denominada também de Grão Pará-Maranhão). Uma Vice-Província ainda não é

³⁷ A Província do Brasil foi criada em 1553 e a do Maranhão em 1727. “Ao todo existem, já no fim do primeiro século de existência da Companhia, 32 Províncias diferentes, espalhadas pelo mundo de então. Certo é que essas Províncias todas não importavam em qualquer posse territorial da Ordem,

totalmente autônoma, dependendo do apoio e decisões da chamada “Província-Mãe”, sendo que no caso do Brasil foi a Província Jesuítica de Portugal. (RABUSKE, 2005).

Diante das empreitadas dos jesuítas junto aos monarcas quanto ao recebimento de favores e privilégios, entre doações e dízimos, os jesuítas começaram a obter o necessário de seus empreendimentos e de suas posses para que não precisassem ficar dependentes exclusivamente dos favores da Coroa, que nem sempre eram suficientes, vinham atrasados ou simplesmente não vinham. Os bens temporais em terras tupiniquins começam a tomar vulto, favorecidos desde a chegada e instalação nessas terras, justificadas as regalias, como real necessidade de dar impulso à doutrinação indígena, expedindo mandados para se pagar sustento aos padres, e neste mesmo ano de 1550, o “governador Tomé de Sousa cedia a sesmaria³⁸ da Água os Meninos para o sustento dos missionários” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 152) sem contar as quantias de alimentos, vestimentas e também dinheiro que recebiam da Coroa, “já que as concessões feitas aos jesuítas alocados na colônia eram o reconhecimento aos serviços prestados à Coroa, além de constituir um desdobramento da política da Companhia na metrópole que tanto favorecia a Ordem” (Idem, p. 153).

Como vimos, o colégio da Bahia era uma das casas mais prósperas e gerando lucros, já que

[...] recebera a sesmaria da água dos Meninos, metade da terça de Diogo Álvares Caramuru, as terras do Camamu, do Passe, casa de aluguel, além de outros lotes de terras comprados ou recebidos por meio de doação de particulares, além do padrão da fundação do colégio feito por D. Sebastião (ASSUNÇÃO, 2004, p. 159).

Segundo o padre Fernão Cardim é notório em seu relato que em todos os colégios visitados pertencentes aos jesuítas pelos idos de 1590, produziam frutas, vegetais, criavam gado e também pesca em abundância, sendo alguns providos de

mas obedeceram à mera limitação do campo de trabalho apostólico ou a simples fins de uma administração mais condizente e eficaz” (RABUSKE, 2005, p. 26-27).

³⁸ Sesmarias eram terras ou região que se encontra abandonada, inculta que os reis de Portugal davam a sesmeiros para serem cultivadas (LAROUSSE, 1999) - Anexo 2.

esmolas e alguns tinham fácil suprimento, apesar de pouco dinheiro (CARDIM, 1925).

Os favorecimentos continuaram no século seguinte, a ponto de, em 1605 o rei Felipe II enviar ordens ao governador do Brasil, Diogo Botelho, para “que repartisse entre os religiosos o valor de duzentos mil réis, dando vinte mil pra cada aldeia pelo tempo de dois anos, prática essa que a dinastia de Avis tinha iniciado” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 160) sendo que neste momento a remessa de produtos para Portugal já era comum, havendo troca de presentes e produtos que eram raros na Europa entre os religiosos, tanto na parte de plantas úteis à medicina, madeira, açúcar e algodão, como também animais. É certo que o controle das pretensões religiosas em algumas circunstâncias preocupava o rei, que chegou a enviar petições sobre os registros de tais privilégios. Cabe aqui ressaltar, “que os privilégios conquistados para uma província não eram extensivos às demais” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 163).

A Companhia de Jesus crescia e seguia com doações de devotos para a construção de novos colégios e novas igrejas, onde era comum receber tais doações por prazos de até dez anos ou também pelo recebimento de caixa de açúcar que tinham grande valor econômico na época. A expulsão dos holandeses em 1654 garantiu aos jesuítas o templo calvinista de Pernambuco, passado aos mesmos pelo governador juntamente com outras propriedades sendo também autorizados pela coroa, em 1655, a construírem um colégio e uma igreja nas instalações pertencentes aos protestantes. Outras doações foram sendo feitas, desde dinheiro e caixas de açúcar a ornamentos de altar, fazenda na região do São Francisco, sete moradas de casas, três casas térreas, rendimento de casas para festas em comemoração a dias de santo, além de outros rendimentos de casas e armazéns onde seria aplicado no colégio, ajudas nas festas do colégio. Estas doações em Pernambuco, somadas a outros favorecimentos reais permitiram que os religiosos “constituíssem um patrimônio formado pelo Engenho da Luz, a fazenda Urubumirim, a fazenda Nossa Senhora do Rosário (ou da Barreta), terras nas salinas, sítios arrendados e vinte e seis casas de aluguel” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 176-177).

No Rio de Janeiro não era diferente. Os jesuítas eram beneficiados com doações até de pessoas que queriam entrar para a ordem com idade avançada, sendo um senhor propenso à doar dezesseis mil cruzados, doze escravos de Guiné, um partido de canas de açúcar, duas moradas de casas e mais prata e dinheiro

(Idem, p. 177). É certo que a Coroa tinha cuidados especiais com os jesuítas através de favorecimentos e de regalias concedidas, o que projetava aos parentes de religiosos também pedirem e procurarem favorecimentos à Coroa ressaltando os bons serviços prestados pelos religiosos (Ibidem, p. 178).

Já na metade do século XVII a Instituição atinge grande apogeu:

[...] com a abertura de novo colégios como o de São Miguel em Santos, no litoral de São Paulo, o de Santiago, no Espírito Santo, o de Nossa senhora da Luz, em São Luís do Maranhão, o de Santos Alexandre, em Belém do Pará, além do seminário de Belém, na região de Belém da Cachoeira, no sul da Bahia. O crescimento de alguns colégios foi rápido e significativo. O colégio de Santo Alexandre, em 1718, possuía a fazenda Marajó, nas proximidades do rio Arari com extensão de 18,9 quilômetros e, na metade do século, contava com mais de 134 mil cabeças de gado e 1.500 cavalos. [...] No Rio de Janeiro possuíam muitas fazendas em todo o distrito. As propriedades se estendiam por todo o litoral, começando pela praia da Ilha Grande, onde possuíam terras e gado; outras fazendas se encontravam no raio de oito a cem léguas (ASSUNÇÃO, 2004, p. 188-189).

As terras dos religiosos estavam em tão grande quantidade, que um deles chegou a propor que se reduzissem todas as fazendas de Goitacazes, Macaé e Macucu, pois era difícil visitá-las, tanto pela distância, quanto pelo caminho muito difícil de conduzir o gado, para que ao vendê-la se ganhasse juros em Portugal, que assim poderiam sustentar dois colégios iguais ao do Rio de Janeiro e que a venda de algumas fazendas aplicadas a juros em Portugal permitiriam, com outros recursos, uma sobrevivência confortável no colégio do Rio de Janeiro, mas não adiantaria nada se os religiosos favorecessem parentes à custas do colégio, sendo mais interessante aplicar o dinheiro na melhoria da fazenda de Santa Cruz (ASSUNÇÃO, 2004, p. 190).

A Companhia de Jesus já estava ramificada economicamente em todo o mundo católico, possuindo participação ativa nas transações de especiarias, tão cobiçadas na época. Também estavam presentes praticamente em todos os continentes, como na América portuguesa, atuando em quase todo o território, possuindo casas e imensas propriedades de terras em quase todas as capitanias, sendo que seus colégios e residências possuíam também outros investimentos e propriedades, onde a finalidade mor seria a de prover financiamentos a obras da Companhia. Os próprios Colégios possuíam várias outras propriedades. Uma das poucas a serem excetuadas foi a capitania de Minas Gerais, onde a ordem não

possuía bens de raiz, devido à proibições régias. Mas os jesuítas ali também atuaram (CATÃO, 2005).

Fato era, que as riquezas da Companhia de Jesus se tornaram imensas e que qualquer medida que se tomasse contra os jesuítas gerava grande repercussão, já que suas atividades não se restringiam apenas às questões missionárias, sendo respeitados e admirados diante de assuntos temporais pela maior parte da população, dentro dos domínios portugueses (CATÃO, 2005) e “que as fazendas surgiram como tentativa de libertação econômica por parte das ordens religiosas” (HOORNAERT, 1979, p. 40) sendo que as mesmas eram mantidas principalmente por escravos, já que não havia como existir fazendas sem escravos, questão essa imensamente discutida principalmente devido aos que trabalhavam nas fazendas dos religiosos, que eram considerados escravos “dos santos” , onde gozavam de privilégios, “como não poder ser vendido, receber maior instrução religiosa estar regularmente sacramentalizados segundo as normas da Igreja, sem que o casamento acarretasse alforria, é claro” (Idem, p.40), provindo daí o nome de família “dos Santos”.

Conforme Santiago (2010) os jesuítas obtiveram através da exploração da mão de obra indígena, principalmente na extração de especiarias e agro-pecuária, enormes lucros, fazendo da Companhia de Jesus uma das mais importantes, influentes e poderosas Instituições da América Portuguesa.

Pertencente ao colégio jesuíta do Rio de Janeiro, a Companhia de Jesus possuía uma das maiores fazendas das Américas, chamada de Santa Cruz, chegando a medir três milhões de metros quadrados de área total, localizada a catorze léguas da cidade do Rio de Janeiro, onde compreendia uma grande quantidade de terras que ia do litoral até a serra do mar. Era otimizada por obras de saneamento, empregando tecnologia holandesa para fazer partes alagadas em lugar de pastagem, onde também existiam terras muito férteis, florestas com madeira de lei, muitas vertentes de água, grandes rios que eram navegáveis e desembocavam diretamente no mar, apresentando uma área litorânea espetacular e fácil acesso portuário. Estrategicamente localizada entre São Paulo, Minas Gerais e Parati, onde era passagem obrigatória quando no deslocamento para tais regiões, sendo também rota para navios que vinham de São Vicente e mais do sul, onde era local adequado para reabastecimento e manutenção dos navios, onde os estaleiros eram jesuítas, porta aberta para o escoamento de produtos para a Europa.

Os jesuítas possuíam nesta região embarcações, que eram utilizadas tanto para a locomoção entre as propriedades, como no transporte fluvial e marítimo das mercadorias, “já que a fazenda possuía fábrica de móveis, serraria, olaria, ferraria, estaleiro, forno de cal, engenho, senzala e armazéns, além de ser produtora de arroz, feijão, mandioca, algodão, legumes, frutas, artigos de couro e outros produtos” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 339).

Havia em Santa Cruz um estaleiro localizado nas margens do rio Guandu e próximo a uma mata rica em madeiras próprias para a construção de embarcações, de onde saíram vários navios da Companhia, alguns de guerra, como a nau *Província*, apreendida na cidade do Rio de Janeiro na ocasião da expulsão daqueles religiosos do mundo português, em 1759.[...] As naus utilizadas no transporte de mercadorias entre as propriedades da Companhia de Jesus espalhadas pelo mundo e não sofriam qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades régias, devido aos privilégios conquistados ao longo dos anos (CATÃO, 2005, p. 7).

A fazenda pertenceu aos jesuítas pelo período de 170 anos, proporcionando a manutenção e o projeto missionário no Rio de Janeiro, onde era desenvolvido o “sistema de reprodução endógena, aliado às regalias para com os cativos, uma forma de investimento e de controle social inseridos em um contexto de organização estrutural característica da Companhia de Jesus” (ANGELO, 2010, p. 2-3), tendo início aproximadamente em 1569 ao ser enviado gado para aquela região pelo padre Luiz da Grã, onde a partir de 1584 houve a necessidade do Colégio:

Cristóvão Monteiro, ouvidor-mor do Rio de Janeiro e morador de São Vicente, casado com a Marquesa Ferreira e pai de dois filhos, recebeu uma sesmaria de terras que ia de Sapiaguara a Guaratiba. Com Cristóvão e um dos filhos do casal mortos, Marquesa resolveu dividir as terras de Guaratiba e Guarapiranga em duas partes iguais. Doou uma parte à filha Catarina, e outra à Companhia de Jesus. Catarina, no entanto, também cedeu sua parte à Ordem de Santo Inácio: esta foi a gênese da fazenda Santa Cruz. A posse se deu no ano de 1589 e, a partir de então, essas terras jesuíticas passariam por aquisições, aumentando sua capacidade produtiva. Com dez léguas quadradas em seu auge produtivo, a fazenda era considerada a mais importante propriedade inaciana do sul do Brasil. No século XVII, os jesuítas compraram um terreno vizinho, contíguo a Guaratiba, dos herdeiros de Manuel Veloso de Espinho e, mais tarde, no mesmo século, adquiriram terras de Tomé Correia de Alvarenga (ANGELO, 2010, p. 2).

No auge da fazenda, século XVII, com a região de São Cristóvão, onde se localizava o colégio, havia cerca de mais de 22 currais com aproximadamente 11 mil cabeças de gado de diversas raças e outros animais sendo que essas unidades que

por lá existiam funcionavam com grupos de trabalhadores livres e havendo mais de 1.500 escravos (ASSUNÇÃO, 2004).

Outras propriedades se destacavam na região além da fazenda Santa Cruz, como as propriedades do Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão e também o arrendamento de várias outras terras. Perto dali havia a quinta do Rio Comprido (vendida em 1722 por 13.000 cruzados) e outra fazenda perto às ilhas de João Damasceno e de Pombaba, (São Francisco Xavier) que era alugada por 640 réis anuais. Dessa forma, o Colégio chegou a possuir duzentos e setenta rendeiros no Andaraí, em São Cristóvão, Inhaúma, Pedregulho, Caju, parte da Tijuca e São Gonçalo que devido às infra-estruturas realizadas pelos inicianos se mostrou uma posição de destaque na conjuntura econômica da cidade do Rio de Janeiro (ANGELO, 2010, p. 3-4).

Devido às visitas canônicas do Provincial nas casa e colégios, a Província do Brasil devia contar com navio próprio para fazê-las – e já o possuía desde o tempo de Anchieta. O fato de ter seu próprio navio criou-se a indústria naval dentro da Companhia, porque se algumas vezes compraram navios feitos, o mais comum foi a da fabricação própria, desde a segunda metade do século XVIII. As embarcações pequenas foram feitas logo de início da chegada dos jesuítas, onde andavam por suas fazendas, com pequenas canoas e as confeccionavam com as melhores madeiras. Os estaleiros maiores localizavam-se no Rio de Janeiro e principalmente na Bahia. Grandes construtores que entraram para a Ordem com mais idade já trabalhavam com isto antes. Era o caso do português Luiz Manuel e de Honorato Martins de 46 anos, que entrou na Companhia para ser enfermeiro dos escravos e acabou nos estaleiros devido as suas experiências anteriores. Possuíam uma frota de sete navios classificados, sem contar com inúmeras embarcações de menor porte. Até armada com canhões, para dar salvas à chegada do Provincial (LEITE, 1938/1950).

No processo de colonização do Brasil por D. João III, de uma maneira racional, onde mostrou que Portugal entrou “de maneira decisiva nos planos salvíficos de Deus, ao afirmar que a principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse à nossa fé católica” (HOORNERT, 1979, p. 24), encontrou nos jesuítas o pilar de sustentação para essa obra, que se mostraram verdadeiros artífices na cristianização do temporal em bem comum ao divino, tendo

adquirido durante esse tempo, propriedades e bens para tais realizações, praticamente em todas as capitanias, de norte a sul do Brasil.

3.4. Um império a ser administrado

A solidificação da Ordem na colônia, apesar das dificuldades provenientes e peculiares da época, fez com que os jesuítas administrassem um complexo sistema de produção, como o cultivar das terras, a pecuária, os artigos que produziam, os engenhos, portos e o comércio em geral. Era mister que se tomasse um controle efetivo de todo o sistema, que envolvia a produção e o escoamento para todos os colégios e as casas espalhadas pelo mundo todo. O trâmite dos insumos por toda a parte necessitava de um acompanhamento e devidamente adequado, seja no transporte por terra ou mar, seja no armazenamento desses produtos, sendo comparado aos das grandes Companhias comerciais que se tinham na época, já que possuíam investimentos em diversas áreas produtivas, levando-os à vanguarda mercantilista da Europa, onde adotavam as mais modernas práticas econômicas em uso (CATÃO, 2005).

Naqueles tempos, é certo que não havia as tecnologias para recuperação de solo, que ficavam exaustos e cansados, sendo que era necessário a não utilização por anos. Sem contar com os riscos normais ambientais e geográficos, como enchentes, pestes, geadas, secas, roubos, transportes terrestres, fluviais e marítimos. A preocupação era principalmente do auto-sustento dos religiosos, dos colégios e suas casas, próprias da Ordem no Brasil, sendo o uso para o comércio somente o excedente de tais produções. “Nesse caso, também não se pode falar de um capitalismo comercial propriamente dito e muito menos daquele comércio selvagem de tempos posteriores” (RABUSKE, 2005, p. 167).

Todo controle, atividades e negócios realizados pelos jesuítas eram registrados por eles através de cartas, devidamente elaboradas e que serviam não só para informação das atividades do dia a dia, como a conversão do gentio. Com o tempo revelaram fatos edificantes, como o sistema de funcionamento da Companhia e indicava soluções de problemas principais quanto as atividades desenvolvidas. Eram devidamente guardadas, principalmente as que se referiam ao trato das

questões “das propriedades, como concessões e privilégios reais outorgados, cópias de determinações legais, contratos e registros de operações comerciais realizadas com terceiros, dentre outros documentos convenientes à administração” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 229-230).

As cartas e documentos, apesar de manterem um padrão de estrutura próprio dos jesuítas eram confeccionados de forma clara, transparecendo um sistema administrativo rígido empreendido pelos jesuítas, notando-se a preocupação com os bens temporais e uma obediência a hierarquia, onde eram descritas as práticas que utilizavam, as decisões tanto para os superiores como para os procuradores, demonstrando que a estrutura produtiva era complexa, onde os administradores tinham que vigiar os subordinados no sentido de evitar desmandos, dívidas exageradas e manter a lucratividade das empresas, que com o crescimento da Companhia gerou necessidades financeiras, que conforme prevista nas Constituições, obrigavam a ter um controle minucioso em relação ao patrimônio e lutar constantemente para a sua manutenção:

[...] o sistema de controle era feito por meio de livro-caixa, onde eram registrados os débitos e créditos, com subtotais e totais anotados com destaque. Este controle servia para tomar ciência da produção de gastos, bem como das dívidas pendentes. As cartas de negócios surpreendem pela sua objetividade; seguindo um procedimento comum, elas são marcadas pela brevidade e clareza com que os assuntos são tratados, onde os esclarecimentos sobre os problemas, as observações, os conselhos e os posicionamentos pessoais surgem sem dissimulação, sempre marcados pelo desejo de atingir os objetivos da Instituição (ASSUNÇÃO, 2005, p. 230).

Na época predominava a “arte de contas” sobre o pensamento patrimonial, sendo o jesuíta italiano Ludovico Flori³⁹ um dos maiores nomes da contabilidade do século XVII, século este inserido num período Pré-Científico da Contabilidade. Segundo Flori, conforme Silva (2007), “para poder, sempre que necessário, prestar boas contas de qualquer administração ou verificar em que estado se encontravam as nossas coisas, é necessário fazer uma boa escrituração”. A menção da palavra *administração* implica que os registros contábeis tivessem o objetivo de esclarecimento de como estava o patrimônio, dentro de um controle e de uma organização administrativa que era peculiar ao mesmo. Percebe-se, portanto, um

³⁹ Ludovico Flori (1579 – 1647), escritor contábil famoso, aonde na época já conduzia a razão contábil, se preocupando com a interpretação dos Balanços.

sentido mais amplo e gerencial na técnica de escrituração, onde as informações são ordenadas, acompanhando o processo da riqueza ou os diversos estados da saúde da empresa analisada. Essa forma de registros para se fazer uma boa escrituração, passava pela ordenação, disposição e guarda dos livros dessas referidas contas.

As prestações de conta deveriam ser de uma fidelidade ímpar, demonstrando as realidades dos acontecimentos, das entradas e saídas, devidamente apontadas com a maior clareza e presteza possível, já que era uma conta não só de bens temporais, mas também de conta de consciência. Estas contas deveriam ser para toda uma hierarquia que se vivia no Colégio ou fora dele, “desde a formação religiosa, a Mestres de Noviços, a Reitores e a Provinciais” (RABUSKE, 2005, p. 183), podendo ser apresentada a visitas canônicas e a outros superiores que se faziam necessários para dar satisfação de como andavam os afazeres da administração dos diversos negócios e empreitadas que compunham seus bens. Era normal e notório que o administrador, independente do bem que administrava, quer fosse um engenho ou uma fazenda, ou uma simples paróquia, prestasse contas de seu trabalho diário, tanto de seus planos, de seus resultados, de como andavam seus investimentos e de tudo que se disponibilizava para o bem estar de seus pares. A princípio deveria anotar em livros especiais, primeiro para seu próprio governo, por determinado tempo ou período, ou mesmo diário, e também para que se desse a conhecer um controle sobre seu ofício e sobre o exercício de seu cargo, para que outras pessoas pudessem compreender, mesmo que o responsável não estivesse ali para explicações convenientes (RABUSKE, 2005).

Conforme Rodrigues (1979) nos escritos do Padre Estevão Pereira⁴⁰, sobre o Engenho de Sergipe, declara que ele “é um dos melhores e mais célebres que tinha o Brasil, em razão do sítio em que está, no meio de infinitos canaviais com extrema serventia” (p. 391) e que o mesmo é servido por muitos rios navegáveis e seu preço chegando de 40 a 50 mil cruzados. Sua safra de cana é moída a cada nove meses e vai enumerando as necessidades em cobres, barcas, obras e escravos e essas despesas com escravos estão detalhadas:

⁴⁰ Padre Estevão Pereira (São Miguel das Marinhas, Portugal (1589 (?)) – Portugal (?)) – vivia em 1614 no Colégio de Braga, com 25 anos de idade e 8 de Companhia. Já tinha estudado teologia moral por 2 anos e dispunha de poucas forças; em 1622 era ministro do Colégio de São Miguel (Açores) e como procurador do Colégio S. Antão de Lisboa esteve na Bahia, no Engenho de Sergipe do Conde, de 1629 a 1633. Escreveu a “Dá-se Descrezão da Fazenda que o Colégio de Santo Antão tem no Brasil e de seus rendimentos” (1635) (RODRIGUES, 1979, p. 390).

[...] comida, mezinha, roupa, sal, etc. Todas as despesas necessárias de caixões, pregos, coadores, azeite de peixe, formas, barcada de barro, fretes, loja na cidade, e assim chega seus cálculos à renda total em 3.874\$000 réis e a despesa em 3.308\$635 (p. 391).

E ainda aconselha que não se venda o açúcar no Brasil e sim em Portugal, onde vale muito mais e também não se pagam direitos, sendo conveniente trazer de Portugal todas as coisas necessárias para o fornecimento do engenho.

Descreve ainda sobre as terras em Sergipe do Conde no Recôncavo baiano onde está localizado o Colégio de Santo Antão, em que está situado numa “sesmaria de três léguas e meia de largo pela costa e quatro para o sertão” (p. 390) cujas terras com o tempo foram sendo introduzidas pessoas e possuindo muitas propriedades, sem serem admoestadas pelos Condes, nem seus feitores, e, portanto, não podiam mais ser retiradas. Destas terras cobertas por canaviais, foram vendidas três partes e uma só é que possuía a fazenda, não sendo juntas, porém divididas em dez ou doze partes, denominadas quinhões, misturando propriedades alheias, sendo que as terras que estão ao longo do mar ou de rios “recebe a fazenda de partido a terça parte do açúcar; há partidos de quatro, ou seja, a quarta parte do açúcar” (p. 391). O valor e a renda das terras dos partidos, bem como outras obrigações como as terras vendidas, ou as terras que os lavradores possuem sem ter o direito de posse e as improdutivas foram devidamente analisadas sob o olhar de Pe. Estevão Pereira. Diante dos fatos emite o seguinte parecer sobre os rendimentos:

1) que de todos os açúcares que um engenho faz brancos e mascavados a metade é do engenho e a outra do lavrador; 2) o preço do açúcar não é certo, nem fixo, no Brasil, mas varia conforme a saca, mas de ordinário corre de oito até mil réis, sendo que o mascavado vale a metade do branco; 3) que é prática e se tem por averiguado que o preço do açúcar de dois cruzados só pode o Senhor pagar os gastos de sustentar parcamente a casa, e, quando é menos, causa prejuízo, e quando passa dá lucro; faz o balanço a receita do Engenho do Sergipe, por uma safra, valendo ordenados do feitor-mor, do menor, do médico e cirurgião, e vários outros ofícios, inclusive um letrado ordinário que ganhava tanto o quanto o médico e menos que o solicitador (RODRIGUES, 1979, p. 391).

Podemos notar em algumas contas correntes e faturas da época a riqueza dos detalhes e a preocupação nos lançamentos, tanto em despesas como em receitas. Nas despesas podemos analisar os lançamentos de materiais miúdos usados no

dia-a-dia, como a compra de velas, papéis, breviários, anzóis e até alfinetes; como também a preocupação em lançar as despesas com a compra de artefatos para embalagem dos produtos a serem enviados via navio para o exterior, como caixotes e barris. Observa-se também até despesas com o frete pago para tais envios. Importante salientar as despesas com juros, devidamente registradas à base de “3 para 100”, ou seja, atingindo um percentual de três por cento.

Quanto às receitas, temos as vendas dos produtos agrários, como o “líquido” de sacas de cravo, cacau e salsa. Outra curiosidade são os créditos de esmolas, doações e até moedas de ouro recebidas pelos jesuítas, devidamente lançadas nessas faturas.

Ao final de cada fatura são lançados os totais de despesas e receitas, fazendo um comparativo e informando se houve déficit ou superávit durante o período em questão (para elucidar tais proposituras, apresentamos o lançamento das contas dos anos de 1699 e 1715 nos anexos 5, 6 e 7).

Não nos cabe aqui analisá-las sob o ponto de vista de moderna para a época ou não, ou se era pré-capitalista ou não, sendo que foi praticada ininterruptamente por diversos jesuítas e por outras ordens religiosas pertencentes aos mosteiros antigos e em muitas casas da Companhia, onde era uma forma de imposição obrigatória e de uma responsabilidade por se assim dizer, social e real de informação, e ao mesmo tempo de prestação de contas, de certo que uma administração de Província era independente de outra, e cada uma se processava de acordo com o ambiente e necessidade que se fazia necessária naquele momento e tempo. Devido à sua formação e vivência cotidiana, das tarefas e habilidades que se faziam apresentar e que se tornavam intrínsecas às obrigações dos eclesiásticos em questão, os jesuítas se demonstraram hábeis negociadores e administradores de uma estrutura muito complexa e imensamente diversificada, apontando para uma necessidade não imposta, mas naturalmente aceita pela sociedade (RABUSKE, 2005).

Numa terra a priori inóspita, num contato com criaturas de Deus, difíceis de se trabalhar e educar, levando as primeiras letras, coube aos jesuítas a marca do controle, da ordem, da individualização, para se manter um melhor controle e estar senhor da situação. Regras. Dar formas. Registrar. Apresentar e mostrar resultados. Todos os empreendimentos e afazeres levarão a esse estágio, de controle e disciplina:

[...] uma das características do imaginário daqueles jesuítas é a prática de tudo enumerar, contabilizar, cobrir com seqüências, pesos, hierarquias. Isso é importante para não haver espaço para o demônio, mas igualmente introduz novos tipos de planejamento e aumenta as possibilidades de previsões mais corretas, que é mais que relevante para a *prospectiva política* da Companhia. Não é quantitativismo cego e tonto; procura nada deixar escapar ao entendimento racional e às diferentes formas de supervisão da construção da razão na terra. A “contabilidade” jesuítica não é, assim, uma simples tentativa extremada de tudo conhecer; é uma forma de em tudo se exercitar em benefício do desenvolvimento individual-religioso e uma forma de estabelecer disciplinas sociais que possam ser adequadamente implantadas e supervisionadas (NEVES, 2006, p.12).

Não podemos enxergar todas as propriedades jesuítas como tamanho avultoso. Certo é que muitas propriedades rurais eram de tamanhos relativamente pequenos, onde sua importância era de igual forma idêntica às de grande envergadura, principalmente no que tange as obras educacionais e apostólicas, não podendo esquecer do cultivo às hortaliças, granjas, suínos e árvores frutíferas, entre arroz, milho, mandioca, cacau, feijão, que formavam a base diária da alimentação e que a vida diária de então exigia. As dificuldades que se apresentavam também não eram inerentes somente aos jesuítas. Manter, administrar economicamente e juridicamente um engenho, uma fazenda ou os latifúndios requer práticas e instruções que os fazendeiros também teriam que ter (RABUSKE, 2005).

As transformações que o mundo estava passando dentro de um processo de artesanato para um processo de industrialização, onde os bens de capital eram prioridades para o acúmulo de riquezas, se refletia na vida e forma de administração da colônia, sentida não só pelos jesuítas. O comércio se fazia necessário e obrigatório. O trabalho com a venda, exportação e comércio internacionais os levavam a tomarem decisões importantes e significativas para o progresso e manutenção de seus bens, sempre se preocupando em como se portar diante do sustento dos Colégios e de novas formas de levar e catequizar os gentios. Tudo aquilo que fazia, era de certa forma a troca de bens terrestres com a troca de bens celestes. Indubitavelmente a forma de posse e manutenção sofreria viés que se interrogariam com o bem e o mal. Com o direito de posse e uso. Com o meu e o seu. Com o certo e o errado. Glória de Deus, castigo dos homens. O sentido de posse e o de não perder – inferido na certeza de rebusca, de se fazer e lutar novamente pelo perdido, por ver a possibilidade de não atingir os objetivos traçados, não se ter um horizonte para seguir – os tornariam dispostos a lutar pelos seus. Era a única

realidade palpável e vigente às mãos no momento. As dificuldades iniciais não poderiam se refletir novamente, após tantos anos de investimentos e busca de glória. O mercantilismo se impõe e se apresenta mais vivo reforçado antes pelos pequenos tragos ingeridos de um comércio ingênuo, insignificante no início dos séculos X e XI e agora sustentados e guiados por sua força adolescente industrial⁴¹, num mundo que se desflorava para a globalização.

O sistema de funcionamento da Companhia devia ser claramente expresso nas cartas enviadas aos padres provinciais, já que o mesmo era o responsável por todo o recebimento de informações referentes aos encaminhamentos que se faziam das atividades compreendidas na colônia, como o andamento das principais propriedades, dos problemas enfrentados para se ter uma rápida resolução e apresentar as mais cabíveis soluções para tais questões. Certo é que os padres recebiam de tempo em tempo as recomendações e os aconselhamentos para cada tipo de situação. As variações eram notórias de tempo em tempo, já que os administradores de cada local mudavam e não obtinham o mesmo desempenho dos outros anteriores, porém nas Constituições havia as instruções de como deveriam agir na administração das casas e colégios (ASSUNÇÃO, 2004).

Segundo Assunção (2004), não se pode precisar a periodicidade desses registros, sendo que no início “os relatórios eram quadrimestrais, com informações detalhadas sobre as ações, conforme a determinação dos superiores” (p. 231) e com o passar do tempo os relatórios foram sendo mais formais:

A redação das cartas sobre os negócios era feita de forma clara, deixando transparecer em alguns registros um sistema administrativo rígido empreendido pelos padres, bem como uma preocupação acentuada com os bens temporais. Pelos registros, nota-se que a observância quanto à obediência e à hierarquia continuava. Descrevendo as práticas utilizadas ou explicando a tomada de decisões para os superiores e procuradores, os textos permitiam vislumbrar o funcionamento de uma estrutura produtiva complexa, onde o vigiar dos administradores era comum, como forma de

⁴¹ As Revoluções industriais foram classificadas metodologicamente por vários sociólogos, onde cada etapa da história é determinada por acontecimentos relevantes e peculiares à época em questão. Segundo o sociólogo Mattoso (1999) a Primeira Revolução ocorrida em 1750 na Europa (origem do Sindicato, tear mecânico, máquina a vapor, carvão, ferro), a Segunda Revolução em 1860 nas Economias Retardatárias (petróleo, eletricidade, telefone, crescimento da produtividade), e a Terceira Revolução em 1950, nas Industrializações Tardias (empresa multinacional em rede, microeletrônica) – (MATTOSO, 2009). A primeira máquina a vapor foi patentada em 1690.

Adam Smith (escocês, 1723-1790) – Escreve em 1776 o livro ‘A Riqueza das Nações’, considerado uma das obras fundadoras da ciência econômica.

evitar desmandos de dívidas exageradas, ao mesmo tempo em que viabilizavam a lucratividade da empresa (ASSUNÇÃO, 2004, p. 231).

As obrigações financeiras surgem na medida em que a crescimento da Companhia toma vulto, obrigando a realização de um controle mais efetivo, detalhado e pormenorizado do patrimônio administrado e sua manutenção, tendo esses controles redigidos dentro de uma prudência, que se dificultava com as mudanças dos padres. Os registros se tornavam importantes, na medida em que se procurava dar uma melhor opção de investimentos e de se ter um melhor resultado, já que todos os membros dependiam desse resultado, envolvidos em uma estrutura que gerou inúmeros documentos e registros, devido a forma burocrática e centralizadora de informações. Mas não se pode ter uma noção precisa dos valores das propriedades, certo é que nem todas as negociações de compras e vendas efetuadas foram devidamente registradas, e apesar dos ataques feitos através de críticas ou denúncias, justificando que não haveria de se ter resultados para a manutenção de todo o complexo sem o subterfúgio dos bens (ASSUNÇÃO, 2004).

É oportuno ressaltar (ou relembrar) que os Colégios eram partes importantes da estrutura de funcionamento, “pois lhes era facultado terem propriedades”, segundo as Constituições da Companhia de Jesus, os colégios poderiam “tornar-se proprietários, nomeando para sua administração um reitor que teria como responsabilidade a conservação e administração dos bens temporais” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 239):

[...] esta condição permitia serem o centro controlador dos domínios jesuíticos, definindo a administração das propriedades produtivas sem que houve nesta situação algum tipo de anormalidade. Para o bom desenvolvimento dos colégios, definia-se que o padre-reitor era responsável pela conservação e administração dos bens temporais, pelas necessidades do edifício e dos escolásticos, bem como daqueles que tratavam dos assuntos concernentes ao colégio e que ali não residissem. Cabia o superior geral ou ao padre provincial “defender e conservar as propriedades e rendimentos dos colégios, mesmo em tribunal, quando tal fosse útil ou necessário” [...] Dentro desta estrutura de funcionamento, eram importantes também os padres-procuradores,⁴² que tinham como função tratar dos assuntos da Companhia na cúria do sumo pontífice ou junto a cortes dos reis (Idem, p. 239-240).

⁴² Nos anexos 3 e 4 apresentamos contas correntes de 1685 e 1690 do Colégio do Pará, devidamente manuscritas e assinadas pelos procuradores da Europa.

Dentro da organização jesuíta, formada por uma comunidade, apresenta seu procurador próprio, chamado de ecônomo. Na Província ou Vice-Província possui seu procurador, que está obviamente a serviço do Provincial. Para ilustrar, tomemos como exemplo as reduções guaranis, onde seu procurador estava em Buenos Aires. Ele era o encarregado de colocar no mercado os produtos de cada uma das reduções e comprar com o superávit o que elas queriam ou que precisassem, seja localmente ou para o mercado europeu. Várias cidades portuárias na Espanha e em Portugal tinham também padres procuradores que eram os responsáveis para dar assistência às missões em outros países. Cada Província elegia dois procuradores, que deveriam ir à Congregação dos Procuradores em Roma para examinar se era necessário realizar um Congresso Geral da Ordem para assuntos emergentes, sendo que o próprio Padre Geral (Gerais da Companhia – anexo 8) dispunha de um procurador especial para toda a Ordem (RABUSKE, 2005).

Os séculos seguintes foram marcados pelo engrandecimento da Companhia de Jesus nas terras coloniais portuguesas, onde ao assumir as práticas vigentes a mão de obra escrava acompanhou as posses de fazendas e terras, que visava o sustento de uma estrutura missionária, levando a construir seus patrimônio “perante a escravatura, legítima perante a fé” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 248).

Portanto, suas práticas diante do sistema jurídico deviam ser devidamente legalizadas, a qual foi pertinente durante todos esses anos, e ao fortalecimento dos bens materiais, dentro de uma ação colonizadora, efetivando o poder da fé, assumindo os valores e práticas dos comportamentos usuais que a colônia oferecia, onde o trabalho e o ganho impulsionaram toda expansão territorial jesuítica. A simbiose colonial tornou-se então, uma prática também jesuítica. Participavam do sistema produtivo vigente atuando no espiritual, na missionária. Fez com que o jesuíta se tornasse colono. Essas práticas e necessidades

[...] fizeram com que os jesuítas assumissem o papel de médico, farmacêutico, advogado, administrador, enfim, ofícios fundamentais para a continuidade do projeto de conquista e colonização, e tão importante quanto aquele do ministério sacerdotal (Idem, p. 252).

Estas atividades se tornaram importantes e de grande utilidade para a Ordem bem como para a sociedade em geral, que era carente de artesãos e trabalhadores nessas áreas, fazendo com que a base produtiva dos jesuítas aumentasse ainda mais. As atividades passaram a ser consideradas de caráter industrial e não

comercial, o que era proibida pelas normas, apesar de muitas vezes os jesuítas serem acusados de tais práticas (ASSUNÇÃO, 2004).

Neves (2006), ao analisar o princípio básico das Missões Jesuíticas, dentro do plano humano-divino, salienta que “os jesuítas não são “contra” nem “a favor” d’A Escravidão; aceitam certo tipo de escravidão para determinados contingentes populacionais sob precisos controles legais e religiosos” (p. 18).

Para Rabuske (2005), é necessário não se esquecer que as práticas de escravidão negra existiram no Brasil até 1888, o que era “institucionalizada e universalmente aceita e opor-se a ela teria sido o mesmo, também para os jesuítas, que passar por rebelde, contrário à lei vigente e ser passível das respectivas sanções punitivas” (p. 164).

Novos padres entravam para a Ordem, e eram enviados para os colégios e fazendas. Para o trabalho nas fazendas os padres mais experientes solicitavam companheiros de idade mediana, com vocação para o trabalho do campo, especialista com a manipulação da cana, que já fosse preparado para o trabalho difícil da terra, sendo estes àqueles que já estavam acostumados a essa lida antes mesmo de entrarem para o seminário. Esses administradores de engenhos seriam gestores e fiscais, atuando de forma incisiva no poder judiciário, garantindo a produção dos bens e ao mesmo tempo ter habilidades suficientes para trabalhar diretamente com os colonos, escravos e funcionários. Os padres de mais idade e os que não demonstravam habilidades práticas para tais ofícios não eram aceitos para tais fins (ASSUNÇÃO, 2004).

Várias práticas jesuíticas foram sendo executadas ou sendo propostas para o aumento e manutenção da Ordem, onde era notória a capacidade de negociação dos padres. Como havia trabalhadores assalariados e os gastos com os mesmos eram volumosos, os administradores aconselhavam a mão de obra escrava para diminuição de custos, como ocorreu no colégio de Santo Antão. As safras seguintes demonstraram que a proposta não foi aceita. A compra de terrenos fronteiriços com outros engenhos era praticada. O fabrico de açúcar em uma terra seria melhor do que a produzida em outra, devido às facilidades de água, terreno e lenhas próprias. Vendas de propriedades rurais eram feitas para construção de casas na cidade para serem alugadas. O estímulo ao casamento de escravos e sua procriação era também observado. Todos estes fatos foram registrados detalhadamente em cartas entre os jesuítas, mostrando a sensibilidade dos administradores em relação aos

outros proprietários “sendo todas as atividades realizadas com um prazer religioso exultante” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 253-269).

Os jesuítas foram aprendendo com as experiências cotidianas e práticas de mercado a se estruturarem diante do mercantilismo que se apresentava, e foram captando pouco a pouco e conjuntamente o conhecer das engrenagens dos negócios, suas artimanhas e formas de manipulação, não só pelas influências que foram conquistando como também pela aprendizagem experimental necessárias à fundamental sobrevivência humana.

Os inicianos eram, sob essa perspectiva, funcionários de uma louvável empresa divina, fundindo em suas estruturas elementos da tradição tomista medieval às mais recentes iniciativas do campo econômico (CATÃO, 2007, p. 14).

Muitos padres não se sentiam confortáveis para as atribuições que lhes eram confiadas, mas seguiam para os locais, respeitando aos votos de obediência e hierarquia da Ordem, e diante das dificuldades apresentadas pelo empenho e desgastes diferentes dos colégios, as reclamações eram inevitáveis, oferecendo e suportando essa entrega em sacrifício divino, da melhor forma possível. Eram muito distintas as atividades empreitadas dentro de um colégio e na vida do campo, levando ao desânimo alguns membros da ordem, fazendo com que as terras fossem devidamente aproveitadas, já que os padres não tinham condições para fazê-lo diretamente ou cobravam demasiados encargos para quem desejasse cultivar, causando dessa forma descontentamento com os moradores, que notavam o mau uso e aproveitamento das terras. Sem contar com a incompetência de alguns padres que não se dedicavam ao trabalho mais duro, com a solidão de determinados lugares sem nenhum contato com outros padres e alguns de idade avançada, que não conseguiam mais se dedicar aos negócios, levando ao cabo grandes investimentos, ocasionando prejuízos e déficits. Colonos, empregados e vagabundos viviam à mercê desses engenhos, fazendo uso das terras e também habitando sem que pagassem nada e sem a austeridade do jesuíta local para que se colocassem reparos, vivendo numa cumplicidade amistosa (ASSUNÇÃO, 2004).

Ao mesmo tempo em que a habilidade e o tato comercial deviam estar impregnados no padre que estivesse diretamente ligado principalmente aos negócios da terra, muito tinha que se observar quanto às características e talentos pessoais de cada um, haveria outros que não foram criados ou não tinham tais

habilidades. A vida no campo é mais ríspida e traz características e nuances específicos. Os padres entravam para a Ordem devido a sua vocação cristã, ao serviço de Deus, nem sempre esta vocação estava disposta ou em paridade com as práticas de ofícios específicos. Tais virtudes deveriam ser garimpadas e realmente pesquisadas caso a caso, para que a administração não se arrefecesse e se mantivesse num alto nível produtivo, colaborando com a colônia e em seu desenvolvimento:

[...] era tal a preocupação dos inacianos com os meios de subsistência e manutenção de suas obras que uma expressiva parcela dos inacianos tornou-se especializada na administração dos bens terrenos. A Ordem contava em seus quadros com especialistas em todas as áreas ligadas a esse fim, como os padres “administradores”. Em muitos casos, esses padres com funções específicas no que diz respeito à administração e a manutenção dos bens terrenos eram oriundos de famílias tradicionais no ramo comercial e utilizavam-se dessas práticas e competências em benefício da Ordem (CATÃO, 2005, p. 4).

O caminhar cobra novos ânimos. Novas angústias surgiam. O peso da vida vai se achegando, e tudo leva a um olhar perfeito e sublime de um dever cumprido. Ou ainda a cumprir? Mais cordeiros para o rebanho divino. Constantemente o mundo passa, a terra gira, o tempo voa. Conforme registro abaixo, apesar da apologia de um jesuíta do século XX, é possível perceber o trabalho realizado pelos mesmos:

O jesuíta colaborou nos descimentos, usando os meios de aliciamento e de paz; colaborou nas guerras com os Índios (nas guerras justas, a que chamaríamos antes guerras legais, que nem sempre legalidade é sinônimo de justiça) e colaborou , porque o jesuíta no Brasil teve que ser tudo, sob pena de não ser nada. Mas com uma vantagem e esta foi a sua cruz e sua glória. O Jesuíta foi mestre-escola e lavrador, construtor e mecânico, professor das Faculdades Acadêmicas, e criador de gado, escritor e senhor de engenho; enfermeiro e médico, explorou os rios e as terras, fundou povoações; foi confessor e conselheiro de Governadores e Vice-Reis e como que secretário de Estado (LEITE, 1938/1950, p. 10).

Pelos registros dos jesuítas se nota a diversidade dos empreendimentos por eles enraizados, tomando as devidas preocupações em mudar os destinos dos negócios de acordo com que o mercado flutuasse. As produções se alternavam devido à baixa de preços de alguns produtos, centralizando assim a produção em outros, buscando alternativas para manter o equilíbrio das contas e dos ganhos. Outro fator era a instabilidade dos produtos agrônomo que poderiam variar de safra a safra de acordo com o clima ou peste.

Para elucidar tais apontamentos, apresentamos as informações de Paulo de Assunção (2004) que nos apresenta uma contabilidade dos bens pertencentes ao colégio de Recife entre 1759 e 1763, quando no inventário realizado após a expulsão dos mesmos:

O confisco do numerário resultou na arrecadação de.....	3:392\$751 réis
A alienação da botica arrecadou.....	1:616\$600 réis
Do gado das fazendas pertencentes ao colégio do Recife.....	446\$625 réis
Das miudezas em geral.....	89\$980 réis
Dos móveis de madeira.....	160\$600 réis
Das ferragens (candeeiros, caldeiras, martelos, etc.).....	34\$610 réis
Roupas (colchões, cobertores, lenços, tecidos, etc.).....	219\$660 réis
Livros da Biblioteca do colégio.....	461\$060 réis
Couros.....	2\$000 réis
Açúcar branco e mascavado.....	444\$250 réis
Artigos diversos (órgãos, balsas de pedra).....	29\$280 réis
Escravos.....	1:744\$000 réis
BENS IMÓVEIS	
Engenho de açúcar N. Sra. Da Luz.....	12:000\$000 réis
Fazenda de N. Sra. Do Rosário da barreta.....	5:300\$000 réis
Fazendas de criação de gado.....	6:400\$000 réis
Prédios rústicos e urbanos.....	36:292\$535 réis

(ASSUNÇÃO, 2004, p. 350-351)

Nota-se a grande diversificação dos bens e a eficiência da administração, permitindo o seu crescimento. Outros inventários apresentados, como a Bahia permite ter a noção das propriedades jesuíticas, onde compreendia engenhos, sítios diversos, fábricas, casas, lojas, fazendas de cana e terras diversas espalhadas pela região, além dos aluguéis de vários desses imóveis, patrimônio este constituído durante os anos, que proporcionava a estabilidade financeira para a Ordem. Perante a população eram considerados “homens de negócio” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 353), pois se dedicavam a diversas atividades. Assumiam os negócios como agentes financeiros, procurando obter lucros, calculando riscos e investindo no mercado, de acordo com cada região e cada país, assumindo as características provenientes das necessidades que se faziam mais importantes. Os colégios, casas e residências eram abastecidos pelas produções, sendo o excedente comercializado no mercado interno e externo. Toda essa gama de investimentos e da forma participativa dos jesuítas nos negócios em geral, fez com que tivessem fama e prestígios governamentais, sociais e políticos⁴³ (ASSUNÇÃO, 2004).

⁴³ “O poder espiritual atribuído à Companhia de Jesus não se deve confundir com o poder da hierarquia eclesiástica, pois os jesuítas por meio de suas constituições não podem ser bispos a não ser

Há de se sublinhar que pela complexa rede de sistemas envolvidos pelas práticas jesuíticas, em direção a uma época de dificuldades temporais e burocráticas pertinentes aos processos administrativos cartoriais, problemas acabariam acontecendo. Desde a posse de terras, desmandos pela falta de postura de uns, aliados a falta de experiência ou escrúpulos de outros, desde cedo a Ordem se via em apuros, tanto no caráter jurídico como no religioso, tanto na forma de administrar como no trato com os escravos e índios.

3.5. As estruturas abaladas

Desde a vinda dos jesuítas para o Brasil a Ordem foi passando por dissabores, como resistores, que foram sendo colocados num circuito elétrico, culminando com a interrupção da energia:

[...] os primeiros abalos que afetaram a imagem da Companhia de Jesus se fizeram presentes vinte anos após a chegada dos primeiros religiosos à terras do Brasil. Em 1569, alguns religiosos passaram para a Ordem Religiosa da Cartuxa⁴⁴, mudança que causou problemas e desgostos para os que defendiam a província do Brasil (ASSUNÇÃO, 2004. nota da p. 399).

Outros padres foram acusados de desobediência e indisciplina quanto às Constituições, fugindo aos procedimentos da Ordem, dando margem a outros novos padres que entravam para a Ordem que procedesse da mesma maneira.

A falta de experiência de alguns jesuítas bem como a falta de preparo para determinados afazeres foram incorporando saldos negativos. Engenhos e fazendas endividados provenientes de uma administração desastrosa, compras de material fiado, refinanciamentos onerosos, venda de produtos abaixo do custo, roubos e desvios das fazendas muitas vezes praticados pelos escravos ou colonos,

excepcionalmente em países pagãos, onde ainda não haja tais autoridades constituídas. Não era este, porém, o caso dos domínios lusos e hispânicos na América, onde durante todo o tempo colonial não houve sequer um único bispo jesuíta. Por sua condição clerical, o sacerdote jesuíta não passava disso e, caso ele aspirasse por si a tal dignidade, era desligado sem mais de sua Ordem religiosa” (RABUSKE, 205, p. 93).

⁴⁴ A ordem de Cartuxa da Torre – Cartusianos – foi fundada por São Bruno Von Köln (Colônia, Alemanha, 1030 – Squillace, na Calábria, 1101) em 1084 na cidade de Chartreuse (Cartuxa), na França. Como alguns jesuítas não se acostumaram com as realidades da colônia, solicitaram então à volta para Europa, que foi negada. Puseram a se ingressar na Ordem de São Bruno, pois na época essa Ordem não estava instalada em terras locais. Dessa forma teriam que regressar a Europa.

devidamente acobertados pelos padres, favorecendo esses membros. Outras péssimas administrações culminaram com sérios problemas às propriedades da Companhia. Canaviais perdidos, materiais não embarcados, manutenção das casas e residências a desejar, sem nenhuma condição de moradia. Caridades efetuadas dando condições de colonos fazerem moradia, que vinham com seus escravos e acabavam desfrutando em benefício próprio das terras sem o pagamento de aluguel ou arrendamento algum. Compra de material a preços exorbitantes. Dívidas não eram cobradas, já que alguns padres não faziam uma contabilidade adequada dos créditos e dos débitos (que era uma determinação dos superiores), dificultando tais recebimentos, quer pela irresponsabilidade de uns, incompetência de outros, aliadas à velhice e fragilidade de alguns. Sem contar com favorecimentos a terceiros. Feitores usando escravos e funcionários jesuíticos para trabalharem em suas terras, deixando as terras dos jesuítas a mingua. Benefícios particulares causaram grandes prejuízos. Dessa forma, entre troca de gentilezas com homens do governo para favorecimentos, foram incorporados a outros problemas de administração, críticas começaram a ser levantadas diante da conduta dos jesuítas, já que entre eles havia também sérios entraves e acusações, divergências e arestas mal acabadas, portugueses e espanhóis e agora os nascidos na terra. Acusações diversas, como a compra de terras para parentes (indo contra as Constituições), maus tratos a escravos e colonos por parte de algum jesuíta mais arrojado. Os excessos e desmandos foram sendo notados pela população (ASSUNÇÃO, 2004).

As rígidas determinações incorporadas à Ordem - marca de nascença – não impediu alguns abusos e procedimentos equivocados:

O exercício de atividades econômicas pôs os jesuítas em contato direto com a sociedade colonial. Esta proximidade gerou uma série de conflitos, especialmente na fruição de propriedades que também decorreria, muitas vezes, de disputas com questões de heranças deixadas aos colégios devido às imprecisões dos testamentos (ASSUNÇÃO, 2004, p. 431).

Conforme Assunção (2004) o contato longínquo com os provinciais, interesses pessoais e individuais, “gestores sendo acusados de improbidade administrativa acabaram por desabar uma estrutura descompassada entre os deveres espirituais e os temporais” (p. 432).

Em São Paulo também houve problemas com os moradores por volta de 1640⁴⁵, culminando com a expulsão dos jesuítas, entrave estes devido à liberdade dos índios, conforme bulas recentes do Papa Urbano VIII, de 22 de abril de 1639, e oposição de interesses entre os planos de evangelização da Companhia e o comercial dos bandeirantes pela escravização indígena:

Nesse momento, vivia em São Paulo um punhado de brancos, mamelucos, índios, jesuítas, que deram início à instalação de aldeamentos, por meio dos quais os nativos eram entregues aos cuidados da Companhia de Jesus. O sistema causou forte descontentamento entre os colonos, ao restringir o acesso à mão-de-obra indígena. O confronto culminou em novas estratégias de aprisionamento do gentio, com a formação das bandeiras, e na expulsão dos religiosos em 1640 (SETUBAL, 2004, p. 48 e 49).

Os jesuítas foram exilados para o colégio do Rio de Janeiro, armistício efetuado treze anos depois, em 1653.

Outros três reveses enfrentaram a Companhia de Jesus em terras brasileiras e na Europa, que culminaram com a expulsão da Companhia do Brasil, e, por conseguinte, com a extinção da Ordem em praticamente todo o mundo (menos na Rússia), problemas estes que remetem aos anos compreendidos entre 1750 e 1760, entre uma década praticamente.

Primeiro: Portugal e Espanha ainda se resvalam nos problemas de terras descobertas entre os dois países. Aqui na América Latina se remontam ao antigo tratado de Tordesilhas, entre outros, que vão inflamando os direitos de posse, sustentados pelos benefícios que as colônias representavam para ambos os países, quer fosse pelo comércio ou pelas riquezas em ouro que se descortinavam. Diante dos impasses o Tratado de Madri é celebrado em 13 de Janeiro de 1750, “que dava a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento para a Espanha” - onde os jesuítas espanhóis mantinham as suas reduções entre os índios guaranis – “enquanto Portugal ficava com os Sete Povos das Missões⁴⁶, e reconhecia o domínio português na região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso, assim como a posse definitiva das Filipinas pelos espanhóis” (ASSUNÇÃO, 2004, p. 32). Os jesuítas se mostraram contrários a tais determinações. Teriam que se transferir para outras terras, deixando todo manancial de propriedades, construções e benefícios para trás. Os

⁴⁵ Ver Serafim Leite, *Histórias da Companhia de Jesus no Brasil, 1938/1950, Volume VI*, p. 258.

⁴⁶ Os Sete Povos eram formados pelas reduções de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo Custódio. Atual estado do Rio Grande do Sul.

índios também se revoltam, sendo os jesuítas acusados de estarem instigando tais atitudes. Sem contar que os jesuítas eram acusados de transgredirem a bula papal de 1741, que rezava sobre contra a escravidão dos índios, que os serviam em suas terras (ASSUNÇÃO, 2004).

É certo que as determinações governamentais acarretariam o descontentamento dos jesuítas bem como tensões entre os que viviam a realidade das missões e os que viviam distantes, alimentados por interesses régios e da sociedade portuguesa de então.

Segundo: As missões em Maranhão e Grão-Pará se viam em sérios apuros sendo acusadas pelos favorecimentos que a Ordem se beneficiava, bem como do uso de mão de obra indígena. Portugal se via obrigado a se reorganizar comercialmente na colônia portuguesa:

[...] durante o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, um dos objetivos principais era a nacionalização do comércio externo português de estímulo à produção e à industrialização manufatureira no reino e da exploração racional das colônias. Esta fase também correspondeu a uma nova gestão no Estado do Maranhão e do Grão-Pará, o qual passou a constituir, em 1751, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, tendo como governador o meio irmão de Carvalho, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. O norte do Brasil, em especial a região amazônica sempre fora teatro de acirrada disputa entre colonos e religiosos, sobretudo jesuítas, acerca da liberdade dos índios e da mão-de-obra compulsória dos mesmos (RODRIGUES, 2010, p 1).

A Companhia Geral do Comércio Nacional é instalada em 1754, para que os colonos tivessem capital para importação de mão de obra escrava e incentivar a produção e o comércio da capitania, extraíndo dos religiosos o controle que tinham sobre a mão de obra, principalmente indígena, e sobre o comércio local. O controle passa a ser de civis, onde a coroa iria ter mais frutos, imaginando que a prosperidade através da manufatura atrelada ao desenvolvimento colonial, sem contar com privilégios dados a terceiros, poderiam auferir mais impostos e dízimos à Coroa (RODRIGUES, 2010).

Terceiro: em setembro de 1758 o rei de Portugal D. José I sofre uma tentativa estranha de assassinato, sendo acusados os membros da alta nobreza e recaíndo também sobre os jesuítas, que estariam cominados com esses membros, devido a não aceitação do Tratado de Madri (1750 – que reconhecia aos portugueses a posse dos territórios a oeste do meridiano de Tordesilhas). Nesse contexto, temos que:

[...] o Grão-Pará era peça central nesta nova política de fomento. Daí que o extermínio dos jesuítas propiciaria o estabelecimento de um controle do Estado sobre todos os aspectos da sociedade civil, permitindo a construção de uma sociedade cujas atitudes sociais futuras seriam mais adequadas com a visão que Sebastião José tinha das Luzes do século XVIII (RODRIGUES, 2010, p. 1).

O grande império temporal que os jesuítas formam desde as Reduções, Sete Povos, Maranhão e Grão-Pará, preocupa a Coroa, onde vêem os jesuítas prostrados diante de um governo independente aos interesses da Coroa e introduzidos nos âmbitos comerciais, sociais e governamentais, impondo respeito e ditando ordens.

A vitória agora seria mais difícil. Um grito no escuro. Um tiro na noite. As consciências estariam gritando ou esperando – quem sabe – um dia raiar?

Segundo Mota (2005), os governantes portugueses temiam “a formação de um reino paralelo ou Império Temporal cristão, isto é, na tentativa de um reino independente da metrópole, nos dois extremos da colônia” (2005, p. 55). A preocupação de um governo independente jesuítico era preocupante, e era obstáculo para o plano de projeto político que se queria implantar, que detona na quebra de um processo de auto-ajuda mútua de mais de dois séculos:

[...] sublinhe-se que esse rompimento é compreendido como a salvaguarda dos interesses políticos e económicos da Coroa no Maranhão e Gram – Pará, que entendia estarem ameaçados pelo poder dos jesuítas, uma vez que estes tinham o propósito de independência nas suas acções religiosas, comprovando-se com a resistência que tiveram às investidas da Coroa, lutando tenazmente para manter a hegemonia. É fora de dúvida que desejavam para a América portuguesa um plano de grandes proporções para nela assentar um imenso temporal da Igreja Católica sob sua jurisdição. A assertiva se confirma pelas missões de origem portuguesa e espanhola que subiram pelo Rio Amazonas, formando um bloco imenso e coeso de territórios plantados em toda a extensão na região do Gram Pará – Maranhão no tempo em que lá permaneceram nos séculos XVII e XVIII (FERREIRA, 2010, p. 14).

Por muito tempo os jesuítas eram acusados de enriquecimento ilícito à custa de mão de obra escrava e indígena, de privilégios e isenções, onde a parcimônia e sua organização resultaram em grandes prosperidades, causando inveja; incorporadas às acusações de usurpação na delimitação e demarcação de terras, rebeliões no Uruguai.

Na ocasião, intensificou na região do Grão Pará-Maranhão uma campanha violenta dos colonos contra os jesuítas, sem que o novo governante pudesse contornar a situação pacificamente. D. José I assume o trono de Portugal e um dos

seus primeiros atos foi o de nomear como Governador do grão Pará-Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que era irmão do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o primeiro Marquês de Pombal. Encarregado em 1753 para tratar da demarcação de limites das fronteiras entre Portugal e Espanha – definida pelo Tratado de Madri em 1750 – esperava contar com o apoio dos jesuítas, o que não aconteceu, resultando desse fato uma convivência hostil entre tal governante e os membros da Companhia de Jesus, que duraria algum tempo. Portanto, não vira no sistema dos jesuítas uma relação que pudesse ser viável, conforme Ferreira (2010) “para a Pregação da Fé, a Administração da Justiça ou o Comércio que pudesse ser aproveitado entre a Coroa e a Religião Católica” (p. 14). Comunica então ao Rei, sua preocupação com os jesuítas, com os quais perdera a confiança e notava a força desses eclesiásticos.

A expulsão dos jesuítas do Grão-Pará⁴⁷ foi apenas um estopim desfazendo uma tradicional política missionária e colonizadora, confortada desde o reinado de D. João III, que fomentariam sua expansão em todo território brasileiro. Defendiam-se e contra atacavam. O colo do rei não mais é bem vindo, já que todos os seus confessores são despedidos em 1757 – instigados pelo atentado ao rei (SABER, 2004).

Os jesuítas perante todas as ordens religiosas que se fizeram presentes em terras brasileiras (franciscanos, capuchinhos, beneditinos, carmelitas, oratorianos) responsáveis pela educação dos homens públicos,

[...] nenhuma foi mais irredutível aos interesses econômicos dos colonos, nenhuma mais rebelde aos ditames da administração. Representou na dissolução de costumes dos invasores brancos a *moral romana e européia* (FAORO, 1997, p. 198).

É inegável a presença marcante dos jesuítas em todo o processo inicial de civilização e educação brasileiras, onde sua pedagogia trazia a compreensão que eles tinham da sociedade portuguesa e europeia da época, onde a hierarquia explicitava a concepção real de uma ordem social, dispondo as partes e objetivando

⁴⁷ Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal – 1º conde de Oeiras) – Nasceu em Lisboa, a 13 de Maio de 1699. Falecendo em Pombal, a 8 de Maio de 1782. Estudou direito e história, sendo estadista e secretário de Estado do Reino português durante o reinado de D. José I (1750-1777).

o bem comum. O corpo social traduz-se com a sociedade da época. A disposição em partes visava à realização de um todo. Regulamentos pedagógicos frutos da experiência de cinquenta anos, dispostos em mais de trezentos colégios jesuítas no mundo (1599 – *Ratio Studiorum*). A vida contemporânea foi mudada, tanto no comércio como no religioso. Ir ao encontro do outro. Para “a maior glória de Deus”.

Suas ações se confundem entre a educação, comércio e governabilidade:

Os jesuítas, que tinham, exercido no Brasil a sua influência profissional de Apóstolos pela catequese, como Missionários e pela caridade, como Bemfeitores; exerceram também a influencia social de Civilizadores, formando a intelligencia como Mestres e o caráter como Educadores, e utilizando todos os recursos que, ou encontraram em o Novo Mundo, ou para o Novo Mundo trasladaram, como verdadeiros guias do progresso (CABRAL, 1925, p.216)

[...] Com a sua influencia profissional de Apóstolo, exerceu o Jesuíta, para a colonização do Brasil o apostolado de catequese, e foi seu primeiro Missionário; o apostolado da caridade, e foi Educador, e foi seu insigne Bemfeitor. Com a sua influencia social de Civilizador o Jesuíta civilizou pela pedagogia integral, e foi Educador, pelo progresso omniomodo, e foi Guia. Com a sua influencia nacional Patriota, soube alliar o patriotismo de Colonizadores e Colonizados, fazendo-se na Colônia o Medianeiro entre uns e outros; e preparou , numa evolução orgânica e por isso mesmo vital, a plena maturação da nova Pátria, sendo verdadeiramente um Precursor par o glorioso Brasil-independente (CABRAL, 1925, p. 276).

A Lei de 3 de setembro de 1759, onde era extinta a sociedade dos jesuítas nos reinos de Portugal, aponta-os como

[...] Notórios Rebeldes, Traidores, Adversários e Agressores que têm sido e são actualmente contra a minha Real Pessoa e Estados, contra a paz pública dos meus Reinos e Domínios e contra o Bem comum dos meus fiéis Vassallos, ordenando que como tais sejam tidos, havidos e reputados. E os hei, desde logo, em efeito desta presente Lei por desnaturalizados, proscritos e exterminados, mandando que efectivamente sejam expulsos de todos os meus Reinos e Domínios para neles mais não poderem entrar. E estabelecendo debaixo de pena de morte natural e irremissível e de confiscação de todos os bens para o meu Fisco e Câmara Real (Lei de 3 de setembro de 1759 – Anexo 9).

A efetiva retirada dos padres das terras brasileiras se completam em 1760, quase um ano depois da lei que permeava a expulsão dos *desnaturalizados, proscritos e exterminados*, fazendo com que os jesuítas fossem deportados para Portugal, outros para o Vaticano, sendo que as despesas com viagem fossem pagas após a venda de seus bens, que foram absorvidos pelo reino. Muitos ficaram presos, encarcerados, morreram nessas prisões ou durante a viagem de volta, sendo

liberados somente após a queda de Pombal, em 1777. Segundo Ab´Saber (2004) no “Brasil grandes fazendas irão arruinar-se” (p. 43).

Quanto às fortunas em ouro acumulados pelos jesuítas, pouco se pode comprovar, o que era muito comentado pelos opositores. Castiçais, ostensórios, cálices e outros objetos foram encontrados, mas nenhum sinal de minas de ouro ou cofres abarrotados de ouro e jóias. O certo é que sob pressão ou não, o Papa Clemente XIV, em 1773, duzentos e trinta e três anos após a sua instituição solene pelo Papa Paulo III, extingue a Companhia de Jesus, através do breve *Dominus ac Redemptor* (ASSUNÇÃO, 2004).

Rabuske (2005) nos adverte que a aprovação da Ordem ocorrida em 1540

[...] veio através de uma carta apostólica e não por meio de um breve, como se deu na sua abolição em 1773, aliás condicionada (p. 54). Isto significa que a Ordem nunca morreu total ou definitivamente, mas por algum tempo sobreviveu na Prússia Protestante e desde 1773 em diante até 1814, na Rússia Ortodoxa, e isso com a ciência e aprovação do papa (idem, p. 55).

A Ordem em 1773⁴⁸ no Brasil apresentava o seguinte quadro de jesuítas – entre padres ou não:

Pará.....	115
Pernambuco.....	119
Bahia.....	133
Espírito Santo.....	17
Campos.....	4
Rio de Janeiro.....	107
Santos.....	11
São Paulo.....	23
Paranaguá.....	5
Total.....	534 jesuítas

(AB´SABER, 2004, p. 43).

Para Cabral, a Ordem era composta por 510 membros (24 a menos) disposta nas seguintes situações: 113 residências⁴⁹, sendo 9 colégios, 1 seminário (Belém) e 1 noviciado (Bahia) (1925, p. 154).

As grandes extensões de terras e propriedades dos jesuítas eram cobiçadas por parte dos membros da elite colonial e também pela própria Coroa portuguesa, de tal forma que a maioria dessas propriedades, tanto urbanas quanto rurais, foi

⁴⁸ “Neste momento, a Companhia de Jesus tinha 22.589 jesuítas que trabalhavam distribuídos em 669 colégios e universidades, 61 noviciados, 340 residências religiosas, 171 seminários, 1542 igrejas e 271 missões” (ASSUNÇÃO, 2004, notas p. 71).

⁴⁹ Ver relação dos bens brasileiros - Anexo 10.

arrematada em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes da época. As igrejas de maiores expressão foram para as dioceses de bispos não integrantes em ordens religiosas. Outros colégios jesuítas se tornaram moradas de governadores e até hospitais militares. Desperdícios diversos foram caracterizados, especialmente na cultura, como bibliotecas, consideradas coisa de pouco valor (FAUSTO, 2009).

Apresenta-se assim um hiato no ensino da colônia, que já era precário. Portugal passa a ser responsável pelo ensino, tomando algumas medidas, como a criação de um novo imposto, chamado de subsídio literário, com a finalidade de sustentar o ensino promovido pelo Estado, que “deveria garantir aos professores régios ordenados que lhes permitissem decente honestidade de habitação e de independência” (AB´SABER, 2004, p. 85).

Os recursos desses subsídios nem sempre foram aplicados na manutenção das aulas. Estas reformas comandadas pelo então Marquês de Pombal na instrução da colônia teve como objetivo de reconstrução do ensino suprido aos jesuítas como também foi uma forma de sugestão de estancar uma crise espiritual que rondou nas esferas portuguesas (AB`SABER, 2004).

Em Pernambuco, o bispo criou um seminário em Olinda, onde parte dos estudos se voltou para o ensino das Ciências e da Matemática. Surgiram outros grupos de intelectuais no Rio de Janeiro e na Bahia. Os estudos menores lentamente foi implantado, devido as dificuldades do alcance de região para região e das desigualdades de favorecimentos (FAUSTO, 2009).

As medidas de Pombal contra as ordens religiosas faziam parte de uma política de subordinação da Igreja ao Estado português. Este, porém, evitou de entrar em conflitos diretos com o papa. A Igreja, por sua vez, aceitou a expulsão dos jesuítas (FAUSTO, 2009, p. 112).

Encerram-se assim as atividades jesuíticas no Brasil, deixando espaço para a criação de uma nova forma de enfrentar e entender momentaneamente esse novo mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Seja o que for que imaginemos, é finito.
Portanto, não existe qualquer idéia, ou concepção,
de algo que denominamos infinito [...]
Quando dizemos que alguma coisa é infinita,
queremos apenas dizer que não somos capazes de
conceber os limites e fronteiras da coisa designada,
não tendo concepção da coisa,
mas de nossa própria incapacidade.*

Hobbes (1588-1679) – Filósofo inglês

Abraçados pela fé católica desde os primeiros séculos, os países da Europa vivem nos séculos XV e XVI um período complicado em relação a essa Igreja, sustentada desde seus primórdios com favorecimentos, doações de particulares e depois da proteção de reis e funcionários reais, onde se via acuada por uma nova forma de vida constituída principalmente pela prática mercantil, comum desde o século X, porém agora intensificada pelo acúmulo de riquezas. A maioria do clero se ostentava e se impunha pelo poder divino, em função dos bens materiais, esquecendo de viver essa fé, se preocupando mais com o mundo temporal.

A base espiritual, princípio e fim da fé católica, começa a ser questionada pelos homens, que procuram servir a Deus, mas independente da Igreja e de seus fins comerciais. Esses questionamentos muitas vezes foram sufocados pela Igreja, mas nessa época em questão a sociedade se vê propícia, interessada tanto política quanto economicamente para indagar sobre essas condutas e tomar medidas que pudessem favorecer seus interesses mercantis e espirituais ao mesmo tempo. A Reforma na Igreja surge como a expressão desse processo, marcada pelo descontentamento de muitos que a viam como concorrente e encabeçada por um sacerdote católico. As estruturas católicas foram seriamente abaladas pelo movimento que protestou contra ela. Muitos países aderem aos novos preceitos e começam a tomá-los como religião oficial.

A Igreja católica se vê obrigada a rever seus princípios e tomar medidas contra o avanço das novas ideias e continuar sua missão diante do mundo. Dentro dessa reforma, surge a Companhia de Jesus, liderada por recentes sacerdotes que queriam levar a todo o mundo o nome de Cristo e seus ensinamentos.

No começo, tudo ainda é possível. Cada expectativa, cada sonho. E o caminhar cobra-nos novos ânimos, novas angústias e novos lugares. O peso da vida parece nos esmagar. Insignificantes a princípio, porém nascida sob o olhar enternecido dentro da Reforma Católica diante de uma Igreja em pedaços, a Companhia de Jesus foi desde seu início devota ao papa e com o espírito missionário: levar a todos os povos os ensinamentos de Jesus Cristo, fazendo com que todos fossem católicos, apostólicos e romanos, dentro da axiologia por ela fundamentada e direcionada sob o olhar dos Exercícios Espirituais de sua doutrinação religiosa.

As grandes navegações surgem dentro destas práticas mercantis. O interesse por novas terras e a oportunidade de vida melhor nas colônias recém

descobertas, entre elas o Brasil. Portugal, reinado por reis católicos, procura manter nas novas terras os princípios de levar a religião católica visando à conversão dos gentios e a defesa dessa mesma fé. Com esses créditos chegam os primeiros jesuítas em terras da América Portuguesa, juntamente com o primeiro Governador Geral, em 1549.

A construção de uma base sólida para as missões nas novas terras era de capital importância, com igrejas, residências e principalmente os colégios, para captação de recursos necessários para o sustento dos sacerdotes e estudantes, dentro do projeto de salvação das almas. Diante desse projeto houve a necessidade da conquista de favorecimentos, doações e benefícios diante da coroa e de particulares, que já era comum à Igreja. Foram dessa forma, acumulando um patrimônio vultoso, onde reunia engenhos, fazendas, terras, estaleiros, casas de aluguel que levaram os jesuítas a realizarem negócios chamados temporais, já que desses resultados dependiam toda sobrevivência do grupo inaciano. Por isso a construção de um colégio era primordial para a captação de recursos e sua funcionalidade se baseava numa consolidação de patrimônios.

Dessa forma foram construindo colégios para base missionária em todo o território colonial, começando pela Bahia, depois Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; Mais tarde indo para a região norte. As práticas adotadas pelos jesuítas eram as mesmas utilizadas pelos colonos da época. Eram comuns os grandes latifúndios, já que o número de habitantes nessa época era pouco e não havia assim necessidade de comércio local; o solo não era recuperado e o maquinário era precário. Também era interessante a criação de gado para uso na agricultura. A administração, portanto, dos bens deveria ser para a garantia de lucros que possibilitassem a sobrevivência dos colégios, não valendo um bem pelo simples fato de possuí-lo e sim, de torná-lo útil para a Companhia em si. Era importante a análise pelos responsáveis diante da aquisição de um patrimônio e de sua importância, como benefício ou que acarretasse prejuízo num futuro, cabendo aos procuradores esse exame detalhado e minucioso.

Em certos momentos apresentaram habilidades na administração dos negócios, controlando e gerenciando todo complexo diversificado de suas estruturas, que envolvia uma gama muito grande de atividades, como os canaviais, os engenhos, o cultivo das terras, a compra de materiais, os trabalhadores assalariado e escravos, o trâmite da produção do cultivo até o embarque desses

produtos, mostrando destreza e se adequando aos recursos naturais e às estruturas coloniais pertinentes à época. A administração foi direcionada em normas fixas para que as tarefas tivessem um fluxo normal e não dependesse de análises superiores, que demorassem ou mudassem o rumo de suas necessidades. Já em outros momentos, apresentou problemas de insolvência, alegando problemas climáticos, ou a queda de preços dos produtos, em especial a flutuação do açúcar no mercado europeu. Dificuldades tiveram com o trato com os escravos, solos não recuperados e falta de aptidão de muitos membros da ordem ou até mesmo pela velhice de outros, que não tinham mais condições de levarem adiante os empreendimentos e não eram substituídos.

Muitas faturas jesuíticas apresentaram prejuízos, sendo que o patrimônio podia ser grande, mas não apresentavam liquidez para saldar seus compromissos. Independente disso, esse crescimento patrimonial levou a conflitos com os moradores da colônia, primeiro devido a utilização da mão de obra indígena, condenada pelos jesuítas e depois pelos favorecimentos e isenções que dispunham perante a Coroa. Esse conforto material era palco de inveja de muitos, quer pela forma de vida que levavam, quer pela prosperidade dos engenhos e fazendas, com benfeitorias. O nascimento de um colégio estava, portanto, ligado a uma estrutura de apoio para novos campos missionários.

O acúmulo de riquezas e a grande influência política, tanto em Portugal como nas terras brasileiras e benefícios diversos levaram funcionários reais a se preocuparem com tal situação, começando inúmeras acusações contra os jesuítas pelas práticas utilizadas, concomitantemente com as acusações dos colonos.

As práticas jesuíticas na administração temporal foram marcantes no início do Brasil colonial, que nos serve de mostras para novos estudos e aprofundamentos, principalmente na forma de contabilizar e mensurar seus negócios. E o novo mundo, catalisado pela sua forma de viver e de pensar foi meticulosamente marcado pelos seus ensinamentos e pelas características de agir, de criar e atuar dentro de uma administração temporal, sempre para a glória de Deus. Ou melhor, para a maior glória de Deus. Conforme Cristóvão Colombo, “a vida tem mais imaginação do que carregamos em nossos sonhos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib, et al. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo I. A época colonial – V. 2 – Administração, Economia, Sociedade. 11.ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.

ANGELO, Leonardo Bassoli. **Santa Cruz: uma fazenda jesuítica na economia brasileira (1589-1759)**. Projeto de pesquisa Unidades de produção jesuíticas, séculos XVI-XVIII. Trabalho apresentado no XIV Encontro regional da ANPUH-RIO – Memória e Patrimônio, 2010.

ALBUQUERQUE, Luís de. **Ciência e Experiência nos Descobrimientos Portugueses**. Lisboa: Oficinas Gráficas de Veiga & Antunes, 1983.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia – Geral e Brasil**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2008.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A Terra dos Brasis: A Natureza da América Portuguesa Vista Pelos Primeiros Jesuítas (1549-1596)**. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. **Negócios Jesuíticos – O Cotidiano da Administração dos Bens Divinos**. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Colégios jesuíticos e o servir a Deus: a experiência e o tempo ensinam tudo**. Em Aberto, Brasília, v. 21, n. 78, p. 59-76, dez.2007.

AZEVEDO, J. Lúcio de. **Épocas de Portugal Econômico – Esboços de História**. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1973.

BARRETO, Maria Laura; NETO, Rodolfo Galvani. **O Ouro de Minas**. São Paulo: Fotoinverso, 2001.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. 4.ed. – Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Edição Claretiana. Ave Maria, 1993.

BINGEMER, Maria Clara Luchetti; NEUTZLING, Inácio; MAC DOWELL, João A. **A globalização e os Jesuítas: origens, história e impactos – Anais**. V 1 e 2. Pe. Peter Hans Kolvenbach, sj – Superior geral da Companhia de Jesus em Roma: “As origens universais da Companhia de Jesus”. Rubens Ricupero – FAAP, SP – Embaixador: “Os jesuítas no processo de globalização do mundo moderno”. Chris Lowney, J. P. Morgan e Co. New York: “Quem são os novos líderes? Características da liderança em uma organização: o caso da Companhia de Jesus”. Nicolas Extremera Tapira – Universidade de Granada: “Anchieta e Nóbrega: jesuítas

fazendo a história do Brasil”. José Vieira Leite: “O sentido do trabalho à luz dos exercícios espirituais de santo Inácio de Loyola”. Anna Maria Fausto Monteiro de Carvalho: “O colégio dos jesuítas na formação da cidade de São Paulo. Articulação espacial e arquitetura”. São Paulo: Loyola, 2007.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português – 1414 – 1825**. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRODRICK, James. **Origines et Expansion des Jésuites**. Paris: Editions Sfelt, 1950.

BURNS, Edward MacNall. **História da Civilização Ocidental – Do homem das cavernas até a bomba atômica – O Drama da Raça Humana**. Tradução de Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 3.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

CABRAL, Luiz Gonzaga. **Jesuítas no Brasil (séc XVI)**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel, Dominus**. Publicações eletrônicas. São Paulo: Nupill – Núcleo de Pesquisa em Informática, Literatura e Linguística, 1963.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** 7 Reimpressão. Digital Source. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Paz e Terra, 1996.

CATÃO, Leandro Pena. **O Império Jesuítico: um olhar sobre a evolução patrimonial da Ordem na América Portuguesa**. In: Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 1993.

COSTA, Manuel Fernandes. **As Navegações Atlânticas no Século XV**. Portugal: Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand, 1979.

DI PIERO, Iria Aparecida Storer. **Ratio Studiorum, Educação e Ciência nos Séculos XVI e XVII: Matemática nos Colégios e na Vida**. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação). Unimep, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro**. V. 1 e 2. 12.ed. São Paulo: Globo, 1997.

FAUSTINO, Evandro. **500 anos – Reflexões Sobre a Evangelização**. São Paulo: Quadrante, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13.ed. São Paulo: Edusp, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado** – A construção do Sebastianismo em Portugal Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERNANDES, Paulo Romualdo. **A companhia de Jesus no Século XVI e o Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 222-244, dez.2010 - ISSN: 1676-2584.

HOORNAERT, Eduardo e outros. **História da Igreja na América Latina**. Tomo II: História da Igreja no Brasil – Primeira Época. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. São Paulo: Zahar, 1981.

ITAICI, Equipe de. **Os Jesuítas**. São Paulo: Loyola, 1978.

KARNAL, Leandro. NETO, José Alves de Freitas – Organizadores. **A Escrita de Memória** – Interpretações e Análises Documentais. Instituto Cultural Banco Santos: São Paulo, 2004.

LACOUTURE, Jean. **Os Jesuítas** – 1. A Conquista. Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 1.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LÊ GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. V. III, IV e VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938/1950.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História Territorial do Brasil** – Sesmarias e Terras Devolutas. Fac Símile 4.ed. São Paulo: Governo do Estado De São Paulo – Secretaria de Estado da Cultura – Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e Educação** – Alegorias, Tecnologias e Temas Afins. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Matemática e Realidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MAGERA, Márcio. **O Novo Complexo da Reestruturação Produtiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Papel & Virtual, 2001.

MAINKA, Peter Johan. **Resenha Jesuítica**. Universität Würzburg/Alemanha, 2011.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

- MATTOSO, José. **História de Portugal**. Volume III – No Alvorecer da Modernidade (1480-1620). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides** – Breve História da Literatura Brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MIRANDA, Margarida. **Código Pedagógico dos Jesuítas** – Ratio Studiorum da Companhia de Jesus. 1.ed. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.
- MOTA, Myriam Becho. BRAICK, Patrícia Ramos. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. V. 1 e 2. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- NEVES, Luiz Felipe Baeta. **Os Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**. Conferência apresentada no dia 26/09/2006 no Seminário Internacional — A Globalização e os Jesuítas: origens, história e impactos. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos , 2006.
- NÓBREGA, Manuel de. **Cartas Jesuíticas I** – Cartas do Brasil – 1549 – 1560. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. **Religiosidade e Cultura** – Brasil séculos XVI e XVII. São Paulo, PPGE/Unimep: 2008.
- PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. São Paulo: eBooks Brasil. Digitalização 2. ed. em papel, Biblioteca do Espírito Moderno – Série 3ª - História e Biografia, 2008. Cia Editora Nacional, 1944.
- PRADO, J. F. de Almeida. **Primeiros Povoadores do Brasil** – 1500 - 1530. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- RABUSKE, Arthur. **Apontamentos de uma Leitura do Livro Negócios Jesuíticos, de Paulo de Assunção**. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2005.
- RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. 1ª parte – Historiografia Colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.
- SANTIAGO, Pedro; CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida. **Por dentro da História**. V. 1. São Paulo: Escala Educacional, 2010.
- SANTOS, Mario Ferreira dos. **Convite à Filosofia e à História da Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Logos, 1964.
- SETUBAL, Maria Alice (org). **Terra paulista, histórias, arte e costumes: A formação do Estado de São Paulo, seus habitantes e os usos da terra**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.
- SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Contexto, 1998.

TAUNNAY, Afonso de Escragnolle. **São Paulo nos Primeiros Anos 1554-1601 – Ensaio de Reconstituição Social.** São Paulo no século XVI – História da Vila Piratininga. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____, Afonso de Escragnolle. **São Paulo no século XVI – História da Vila Piratininga.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TRESE, Leo J. **A Fé Explicada.** 5.ed. Tradução de Isabel Perez. São Paulo: Quadrante, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Dicionário do Brasil Colonial – 1500/1808.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

SITES

Bula Inter Coetera e Tratado de Tordesilhas. Disponível em:
<<http://www.mundoeducacao.com.br/historiageral/bula-inter-coetera-tratado-tordesilhas.htm>> Acesso em: 31 jul. 2010.

Capitânia Hereditária - Brasil Colônia - História do Brasil. Disponível em:
<<http://www.vilaboadegoias.com.br/brasil/capitania.htm>> Acesso em: 04 ago. 2010.

Província do Brasil Nordeste da Companhia de Jesus. Disponível em:
<www.jesuítas.org.br> Acesso em: 17 abr. 2010.

Lei da Separação da Igreja do Estado. Disponível em:
<<http://www.sardoalmemoria.net/home/sardoal-1900-1920/centenario-da-republica-i>>
Acesso em: 13 jun. 2011.

O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira. Companhia de Jesus. Disponível em:
<<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=279&sid=41&tpl=printerview>> Acesso em: 13 jun. 2011.

BOTERO, Horácio. **S. Inácio de Loyola e o exército de Cristo.** Título original em Castelhana: Inácio de Loyola – Fundador de La Compañía de Jesús. Tradução de Benno Brod. Edição original: Arte Publicaciones (Bogotá, Colômbia). S/d. Caderno de História, nº 20 – Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/loyola.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2011.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt. **Pensamentos Fundadores na Educação Religiosa do Brasil Colônia.** Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado3.htm>

Acesso em 20 mai. 2011.

FERREIRA, Anete Costa. **Os 250 anos da expulsão dos Jesuítas no Gram Pará-Maranhão**. Comunicação apresentada na Academia de Marinha em 18 de Maio de 2010. Disponível em:

<<http://www.marinha.pt/PT/amarinha/atividade/areacultural/academiademarinha/Conferencias/Documents/18MAI10.pdf>>

Acesso em: 13 jun. 2011.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. **A expulsão dos Jesuítas do Grão-Pará e Maranhão**. Por Patrícia Fachin. Entrevista para a Revista do Instituto Humanistas, no. 333 – ano X – 14.06.2010. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3307&secao=333> Acesso em: 13 jun. 2011.

SANTANA, Miriam Ilza. **Sesmarias**. Disponível em:

<<http://www.infoescola.com/historia/sesmarias/>> Acesso em: 25 mai. 2011.

SILVA, Rodrigo Antônio Chaves da. **Evolução Contábil**. Artigo. 2007.

Disponível em:

<http://www.acionista.com.br/mercado/artigos_mercado/290107_rodrigo_antonio.ht>

Acesso em: 07 jun. 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Ratio Studiorum – XI: Regras para o professor de Matemática

Que autores devem ser dados, em que momento e a quem

1. O professor de matemática dará aos alunos de física os Elementos de Euclides, durante cerca de três quartos de hora da aula. Depois de os alunos se exercitarem cerca de dois meses nesta matéria, acrescente algumas noções de geografia ou [do tratado] Da Esfera, ou de outras matérias que habitualmente são mais do seu agrado, mas faça-o juntamente com Euclides (no mesmo dia ou em dias alternados).

Problema

2. Todos os meses, ou pelo menos de dois em dois meses, procure fazer com que um dos alunos resolva problema conhecido de matemática, na presença de um público alargado de filósofo e de teólogos. No fim, se parecer oportuno, faça-se a argüição.

Repetição

3. Uma vez por mês ao sábado, em lugar da prelecção do mestre, repetir-se-ão, em público, as principais questões dadas durante aquele mês.

Anexo 2 – Sesmarias

Conforme Lima “a história territorial do Brasil começa em Portugal” (1991, p. 15) – data-se do governo de D. Fernando (1367-1387) - onde as leis portuguesas foram transportadas para essas novas terras, conforme ocorrera em Portugal, as sesmarias foi *o tronco de que ramificou a nossa propriedade imóvel* (Idem).

A ocupação de nosso solo pelos capitães descobridores, em nome da Coroa portuguesa, transportou inteira, com um grande vôo de águias, a propriedade de todo o nosso imensurável território para além-mar – para o alto senhorio do rei e para a jurisdição da Ordem de Cristo (LIMA, 1991, p. 15).

A esse antigo costume realizados em algumas regiões portuguesas, que eram divididas conforme o número dos habitantes e sorteadas entre eles para que fossem cultivadas e desfrutadas, chamando de sexmo, devido às dificuldades que Portugal tinha para o cultivo e empregabilidade do solo. Com o passar do tempo, as ordens régias foram se aplicando juridicamente às posses das terras, conforme as ordenações chamadas assim de Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, de sorte que a lei das sesmarias nunca foi executada convenientemente (LIMA, 1991).

Conforme o mesmo Lima (1991), temos que:

[...] na própria palavra sesmaria, estão resumidos as características principais do instituto, como se transmitiu à legislação posterior sesmaria deriva, para alguns, de sesma, medida de divisão das terras do alfoz; como , para outros, de sesma ou sesmo, que significa a sexta parte de qualquer cousa; ou ainda, para outros, do baixo latim caesina, que quer dizer, corte (p. 19).

[...] Tantas nas Ordenações Manuelitas, como nas Filipinas, a destinação de sesmarias é a seguinte: - ‘sesmarias são propriamente as dadas de terras, casaes, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns senhorios , e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são’ (p.25).

[...] Já, as terras do Brasil estavam sob a jurisdição eclesiástica da Ordem de Cristo, e lhes eram tributárias, sujeitas como lhes ficavam ao pagamento do dízimo, para a propagação de fé. Eram, nesse sentido, terras da Ordem (LIMA, 1991, p. 35).

Após as doações através das Capitânicas Hereditárias, o primeiro governador geral, Tomé de Souza trouxe em seu regimento de 17 de dezembro de 1548, o embrião de transformação, que lentamente viria operar-se na legislação das sesmarias, sob a influência do meio colonial em questão. A legislação das sesmarias

aplicadas entre nós foi o latifundiário. Trata-se, conforme Lima (1991) “da concessão de terras para a construção de engenhos de açúcar e estabelecimentos semelhantes; reclamam-se ao pretendente de concessões dessa natureza posses bastante para fazê-lo e ainda para elevar as torres e fortificações necessários à defesa do gentio” (p. 40):

Segundo a Lei das Sesmarias, se o proprietário não fertilizasse a terra para a produção e a semeasse, esta seria repassada a outro agricultor que tivesse interesse em cultivá-la. Somente aqueles que tivessem algum laço com a classe dos nobres portugueses em Portugal, os militares ou os que se dedicassem à navegação e tivessem obtido honrarias que lhes garantissem o mérito de ganhar uma sesmaria, tinham o direito de recebê-la. Cada colono receptor de um pedaço de terra tinha um registro feito pelas autoridades competentes, denominado cartas de sesmaria – por meio destas, várias informações importantes a respeito desses colonos eram checadas, tais como: o local de moradia dos indivíduos, informações de caráter pessoal e familiar, se a propriedade adquirida pelo colono era herdada, doada ou ocupada e seus limites, se haviam trabalhadores e que tipo de mão-de-obra era utilizada, o local da propriedade, entre outros dados.

As sesmarias adquiridas, sem exceção, foram validadas em registros públicos efetivados junto às paróquias locais, unidas nesta época ao Estado em caráter oficial. Assim sendo, quem subscrevia os registros de terras ou certidões – nascimento, casamento, entre outras – eram os vigários ou párocos das igrejas (SANTANA, 2011, s/ p.).


O regime de sesmarias com seu caráter administrativo, foi imposto e difundido pelos legisladores de Portugal, para acentuar seu conteúdo dominial, começa a gerar grande propriedade, sendo a propriedade uma afirmação aristocrática. A grande propriedade começa a tomar corpo. A sesmaria não serve mais ao cultivo e ao aproveitamento do solo, mas imobiliza o status do senhor de terras, utilizada menos em proveito da agricultura da cultura do que expansão territorial, estimulada estas pelos agentes de rei no Brasil. Decretada o seu fim em 17 de julho de 1822 (FAORO, 1997, p. 407-408).

Esse tipo de ação colonizadora portuguesa nos primeiros séculos foi de suma importância e de forma decisiva na formação do país, principalmente de grande extensão territorial como o Brasil. Fez com que tomasse corpo, diante das conquistas através de seguidos tratados – como Tordesilhas, Madri, Santo Idelfonso (ANDRADE, 2010).

Anexo 3 – Conta Corrente dos Colégios do Pará e do Maranhão com a Procuratura de Lisboa (Dezembro de 1685)

Autógrafo do Procurador do Brasil em Lisboa, P. Francisco de Matos.

Fonte: Serafim Leite, 1938/1950 – Volume IV, entre p. 182-183.

	
Colégio do Pará — Deu de diuitias suas proprias. —————	560 ⁰ 59
Deu de gastos gerais da bilhetada. —————	366 ⁰ 36
Conta total —————	<u>926⁰95</u>
..	
Estado da Bahia Col. — 1.000 ⁰ 984	Ajustam ^{to} da conta.
Alm. de 00 ⁰ de braco, porem visado, porem mais, ou menos. —————	180 ⁰ 000
<u>1.181⁰984</u>	Credito — 1.181 ⁰ 984
	Debito. — 926 ⁰ 907
	<u>Cred. — 255⁰077</u>
..	
Colégio do Maranhão — deu de diuitias suas proprias. —————	620 ⁰ 420
Deu de gastos gerais da bilhetada. —————	366 ⁰ 36
Conta total. —————	<u>986⁰780</u>
..	
Estado da Bahia Col. — <u>760⁰118</u>	Ajustam ^{to} da conta
	Credito — 760 ⁰ 118
	Debito. — 986 ⁰ 780
	<u>Cred. — 251⁰338</u>
<p>(Não se entende, abalizada toda a parte feita até este de conta de 1685 E isto he de hypotheca, porem da Bahia, 00⁰ de braco. Sobretudo, porem de 000 a R.)</p>	

Anexo 4 – Conta Corrente do Colégio do Pará com a Procuratura de Lisboa (1690)

Assinada por Francisco de Matos, Procurador do Brasil em Lisboa, e depois Provincial e um dos bons escritores seiscentistas do Brasil.

Fonte: Serafim Leite, 1938/1950 – Volume IV, entre p. 198-199

—⁴1690—

Conta ajuntada do Collegio
do Pará.

Despeza.

Deu na maior despeza dai contas do anno passado, como se ve a Fol. 105 — . — . — .	1.188@199
Deu nos gastos do Ornao D ^o da Costa em Coimbra de sustentento, e medicam ^{to} . a r ^o Junho todo de 90 —	16@825
Deu pela carregação q ^{ta} he foi no Sol dourado. ibi.	76@735
Deu nos gastos com a Missão de S ^o cos Religioz, q ^{ta} he f ^o no mesmo Navio Sol dourado. ibi —	276@990
Deu nos gastos em Coimbra com adoenca do Sr. Joam Xavier. ibi — . — . — .	2.558@749
Deu nos jurros de 3 mil # ^o a 5 por 100 ibi —	40@000
Deu pela resto das porções dos Novicos, q ^{ta} foram o anno passado, cujas contas se aruulturam, depois de elles idos. ibi — . — . — .	60@000
Deu em troco de Nero a 5 por 100. ibi —	90@922
Deu neste anno toda a despeza por q ^{ta} não viu a Realta algeria	20@000
	<u>1.688@671</u>

F^o de Matos

F^o de Matos, q^{ta} vive em Lisboa, e he
em Lisboa a meu secretario

Anexo 5 – Contas Correntes e Faturas – Ano de 1699⁵⁰

Carregação feita por mim, o Padre João da Rocha, da Companhia de Jesus, Procurador Geral da Província do Brasil, para o Colégio do Pará, dia com o mestre Pascoal Machado, a entregar ao Padre Bento de Oliveira, reitor do dito Colégio do Pará, ou a quem seu lugar servir com a marca de fora [um círculo com uma cruz dentro] (LEITE, 1938/1950 – Volume IV, p. 381-384).



ANO 1699

Deve o Colégio

Por 409 varas de pano de linho a vários preços que importou.....	82\$070
Por 107 ½ varas de estopa a 105 reis.....	11\$287
Por 6 milheiros de anzóis sorteados.....	14\$300
Por 8 libras de pimenta a 190 reis.....	1\$520
Por 8 resmas de papel a 700 reis.....	5\$600
Por 8 libras de cominhos a 100 reis	\$800
Por 3 dúzias de tesoiras a 400 reis, grandes.....	1\$200
Por 3 dúzias ditas mais pequenas a 300 reis.....	\$900
Por 12 cartas de alfinetes	\$700
Por meia libra de canela.....	\$850
Por 3 libras de erva doce a 80 reis	\$240
Por 9 panos de agulhas a 240 reis.....	2\$160
Por 2 maços de atacas a 350 reis	\$700
Por 2 libras de incenso a 280 reis.....	\$560
Por uma arrôba de aço de Milão.....	3\$000
Pelo que importa o frontal com sua casula e mais aviamentos e feitos..	30\$460
Por mil colchetes casados.....	1\$500
Por 40 dúzias de facas a 350 reis	14\$000
Por permeios de camândulas e verônicas.....	7\$200
Por o caixão que vai tudo	1\$800
Por 19 barras de ferro que pesou 10 quintais e 1 arrôba e 6 libras a 3\$000 reis o quintal.....	30\$890
Por embarque do ferro e levar a bordo	\$640
Por o que leva um fulinho que se há de abrir no Maranhão para se tirar duas encomendinhas sòmente:	
Por 7 maços de velórios a 450 reis	3\$150
Por 8 maços de linhas a 240 reis.....	1\$920

⁵⁰ “Não sendo possível publicar os muitos inéditos deste gênero, todos semelhantes entre si, deixam-se aqui três. E bastam para se ver a seriedade, exactidão e minúcia com que se faziam as contas da Companhia. São importantes, além disso, sob variados aspectos. O primeiro, a factura de uma carregação em Lisboa, com objectos e preços bem discriminados, é ainda do século XVII. São raríssimos ou pouco conhecidos os documentos de importação dessa época, referentes à Amazônia” (LEITE, 1938/950, p. 381 a 383).

Por 2 tomos de Cornélio [a Lapide].....	2\$400
Por um breviário que custou	3\$500
Por 4 campainhas que custaram.....	1\$350
Por 6 dúzias de pentes a 100 reis	\$600
Por uma resma de papel	\$750
Por fulinho que vão essas miúdezas	\$---
Por 20 molhos de alhos a 200 reis	4\$000
Pelo fulo em que vão.....	\$550
Por 10 arrôbas e 16 de bacalhau a 6\$000 reis o quintal	15\$750
Por a barrica em que vai.....	\$800
Pelo que paguei a quem remexeu e fundou	\$120
Por 4 arrôbas e 21 libras de biscoito a 8\$000 reis o quintal	9\$302
Pelos 2 barris em que vai a 480 reis	\$960
Por 7 ½ alqueires de tremoços a 220 reis.....	1\$650
Por 7 ½ alqueires de castanhas a 400 reis	3\$000
Por 8 alqueires de ameixas a 300 reis	2\$400
Pelos 3 barris em que vão a 480 reis	1\$440
Por 3 arrôbas e 3 libras de farinha para Hóstias a 1\$000 reis	3\$093
Pelo barril em que vai a farinha.....	\$600
Por 4 arrôbas de cera lavrada a 310 reis a libra	39\$680
Pelo fulo em que vai a cêra	\$750
Por 7 ½ alqueires de azeitonas a 400 reis	3\$000
Pelo barril em vão	1\$000
Por 16 ½ cântaros de azeite a 1\$740 reis	27\$840
Pelos 3 barris em que vai a 1\$000 reis	3\$000
Pelos rebater a 50 reis o Barril e folhas e pregos	\$186
Por 55 ½ almudes de vinho de Carcavelos em quatro quartos que importou	62\$937
Pelos quatro quartos em que vão a 1\$900 reis	7\$600
Pelos arcos de ferro que levam	1\$200
Por carretos dos quartos até bordo	1\$550
Por 47 frascos de duas canadas a 116 reis	5\$452
Por 6 dúzias de copos grandes a 320 reis a dúzia e 7 dúzias dos pequenos a 220 reis tudo	3\$460
Por 4 dúzias de ventosas a 180 reis	\$720
Por 4 dúzias de galhetas para as missas 240	\$960
Por uma dúzia de vinagreiras	\$300
Pelos 2 fulos em que vão os frascos e vidros	1\$230
Por 6 alqueires de grãos a 450 reis	2\$700
Pelo barril	\$400
Por 9 queijos flamengos 54 libras a 75 reis	4\$050
Pelo barril em que vão e azeite	1\$050
Pelo que importa a Botica que vai	10\$930
Pelo que vai em um fulo que se há de abrir no Colégio do Maranhão para se tirar umas encomendinhas, e o mais para o Pará é o seguinte	
Por 13 peles de carneiras que custaram	2\$069
Por 4 frontais com suas casulas e mais aviamentos que tudo importou com os feitos 46\$505 reis	46\$505
Por 4 cális com suas patenas que importaram com os feitos	46\$510

Por um saquinho de sementes que custaram	\$900
Por 4 missais de missão pequenos a 3\$000 reis	12\$000
Pelos registros para eles	\$800
Pelo fulo em que vai tudo e outras miudezas	\$900
Por 2 ½ varas de grossaria a 180 reis	\$350
Por embarque, guardas e mais gastos até bordo	3\$580
	<hr/>
	563\$321
	<hr/>

Anexo 6 – Contas Correntes e Faturas – Ano de 1715

Conta ajustada de despesa e receita Geral do Padre Procurador Miguel Cardoso com o Colégio do Pará de um ano e quatro meses que teve princípio o primeiro de outubro de 1713 e fim o último de janeiro de 1715 (LEITE, 1938/1950 – Volume IV, p. 383-384).

Deve na maior despesa da última conta ajustada como dela se vê	
Página 81.....	1.117\$749
Por juros da mesma quantia do dito tempo.....	59\$610
Por duas ordens de El-Rei.....	\$500
Pelo que lhe toca no gasto em Gênova com dois Padres Alemães....	97\$424 1/2
Pelo que lhe toca no gasto do navio em que vieram de Gênova para Lisboa	32\$925
Pelo que lhe toca no gasto que até aqui se tem feito com os Missionários	30\$785
Pelo que lhe toca na fundição e toque do ouro que lhe veio da Baía.....	1\$820
Pelo que em 1713 lhe carreguei na nau do Mestre José da Silva de Mesquita.....	273\$935
Pelo que lhe carreguei mais em dito ano com o Mestre Manuel Fernandes Junqueira	371\$112
	1.985\$860 1/2

Receita geral do dito Colégio do mesmo tempo

Há de haver pela Esmola que a Senhora Rainha mandou dar ao Padre Grubel.....	
	40\$300
Por 19 moedas de ouro que da Baía mandou o P. Perier do cacau e salsa do Colégio	
	91\$000
Pelo que lhe toca em 438 oitavas 36 grãos de ouro que para a Missão veio da Baía.....	
	341\$679
Pelo líquido de 50 arrôbas de cravo que mandou no ano de 1711.....	
	84\$500
Pelo líquido de 23 arrôbas e 16 de cacau, resto de 34 sacas do ano de 1712.....	
	26\$390
Pelo líquido de 16 sacas de cacau que mandou em 1713 em dois navios.....	
	82\$245
Pelo que importa o frontal com sua casula e mais aviamentos e feitos..	
	30\$460
Pelo juro de um ano de 338\$880 que tem nesta Procuratura.....	
	10\$166
Pelo juro de um ano da esmola de 400\$000 reis que lhe deixou o Padre Assistente António do Rêgo	
	16\$000
	692\$180

Vale a despesa.....	1.985\$860 ½
Vale a receita.....	692\$180
	<hr/>
Resta o Colégio a dever.....	1.293\$630 ½

Anexo 7 – Contas Correntes e Faturas – Ano de 1715 em o último dia de dezembro

Conta ajustada da despesa e receita Geral do Padre Miguel Cardoso com o Colégio do Pará de dez meses que começaram o primeiro de Março e acabaram o último de Dezembro com a qual faz entrega da Procuratura a seu sucessor o Padre Antônio de Andrade⁵¹ (LEITE, 1938/1950 - Volume IV, p. 384-385).

Deve na maior despesa da conta do ano passo como dela se vê, página [em branco].....	1.293\$630 ½
Pelo juro de um ano da mesma quantia a razão de 3 por 100.....	38\$810
Pelo que lhe toca nos gastos da matalotagem, e custo da Câmara para os Missionários.....	330\$916
Pelo que por sua conta lhe carreguei na nau do Mestre Francisco da Costa	391\$017
Pelo que lhe carreguei mais na nau do Mestre Manuel Francisco Junqueira	123\$800
Por 6 arrôbas de cacau que o Padre Reitor Tomás do Couto mandou dar ao Padre Miguel Lopes.....	10\$140
	2.188\$363 1/2

Receita do mesmo Colégio do Pará

Há de haver pelo juro de 400\$000 reis da esmola que lhe deixou o Padre Assistente António do Rego	16\$000
Pelo juro de 334\$880 reis que tem nesta Procuratura	13\$395
Pelo que lhe toca no dinheiro que remeteu do Rio o P. Vicente Vieira na frota de 1714	149\$400
Pelo que lhe toca no dinheiro que remeteu da Baía o P. Alexandre Perier no mesmo ano.....	134\$400
Pelo que lhe toca no que N. M. R. P. lhe mandou restituir dos gastos que se fizeram com dois Padres Alemães que se voltaram para a China	157\$843
Pelo que lhe toca no dinheiro que remeteu da Baía o P. Inácio Pereira no ano de 1715	201\$600
Pelo que lhe toca em cinco caixas de açúcar que remeteram do Rio em 1713	154\$875
Pelo que lhe toca no dinheiro que aqui cobrei pertencente a sua	

⁵¹ Conforme de vê por este lançamento, “desde que um Padre aceitava ir para uma das missões de Portugal no ultramar, as despesas da viagem, corriam não pela Província de que saía, mas pela Província ou missão para onde de destinava. Às vezes em Lisboa os Missionários mudavam de resolução, que é o caso destes dois alemães. Naturalmente, mudando o destino, mudava o encargo, competindo à Missão preferida cobrir os gastos feitos pelos missionários desde o ponto de origem à entrada na Missão” (LEITE, 1938/1950, p. 385).

côngrua	480\$000
Pelo líquido de nove sacas de cacau que remeteu ao ano de 1714	44\$724
Pelo líquido de sete arrobas de salsa que mandou mais em dito ano	23\$410
Pelo líquido de 6 caixas que lhe vieram do cacau e salsa que mandou para Pernambuco	421\$800
Por 10 arrôbas de cravo que o Padre Inácio Ferreira mandou entregar a João de Andrade e as não quis	34\$500
	<hr/>
	1.831\$947
	<hr/>

Despesa.....2.188\$363 ½

Receita..... 1.831\$947

Resta o Colégio a dever.....356\$416 ½

Anexo 8 – Gerais da Companhia de Jesus

RABUSKE, 2005, p. 122-135

- 1º Geral: Inácio de Loyola (1540-1556)
- 2º Geral: Diogo Laínez (1558-1565)
- 3º Geral: Francisco de Borja (1565-1572)
- 4º Geral: Everardo Mercuriano (1573-1580) – Primeiro não espanhol
- 5º Geral: Cláudio Aquaviva (1581-1615)
- 6º Geral: Múcio Vitelleschi (1615-1645)
- 7º Geral: Vicente Carafa ou Carrafa (1645-1649)
- 8º Geral: Francisco Piccolomini (1645-1651)
- 9º Geral: Alexandre Gottfredi (1652)
- 10º Geral: Gosvino Nickel (1652-1664)
- 11º Geral: João Paulo Oliva (1664-1682)
- 12º Geral: Carlos de Noyelle (1682-1686)
- 13º Geral: Tirso Gonzáles de Santalla (1687-1705)
- 14º Geral: Miguelângelo Tamburini (1706-1730)
- 15º Geral: Francisco Retz (1730-1750)
- 16º Geral: Inácio Visconti (1751-1755)
- 17º Geral: Aloísio Centurioni (1755-1758)
- 18º Geral: Lourenço Ricci (1758-1773)

Fase de transição da Ordem (1782 a 1814 na Rússia)

- 1º Geral: Estanislau Czerniewicz (1782-1785)
- 2º Geral: Gabriel Lenkiewicz (1785-1798)
- 3º Geral: Francisco Xavier Karew (1799-1802) desde 1801 Geral para a Rússia
- 4º Geral: Gabriel Gruber (1802-1805) – Superior Geral para a Rússia e Nápoles
- 5º Geral: Tadeu Brzozowski (1805-1814)

Anexo 9 – Lei de 3 de setembro de 1759 - *Do Marquês de Pombal*

Fonte: disponível em <<http://www.sardoalmemoria.net/home/sardoal-1900-1920/centenario-da-republica-i>>. Acesso em 13 jun. 2011.

Original: O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira – Companhia de Jesus - Expulsão dos jesuítas

Disponível em:

<<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=279&sid=41&tpl=printerview>>. Acesso em 13 jun. 2011.

D. José por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar, em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber que havendo sido infatigáveis a constantíssima benignidade e a Religiosíssima Clemência, com que desde o tempo em que as operações que se praticaram para a execução do Tratado de Limites das Conquistas, sobre as informações e provas mais puras e autênticas e sobre a evidência dos factos mais notórios, não menos do que a três Exércitos, procurei aplicar todos quantos meios, a Prudência e a Moderação podiam sugerir, para que o governo dos Regulares da Companhia denominada de Jesus, das Províncias destes Reinos e seus Domínios, se apartasse do temerário e façanhoso projecto, com que havia intentado e clandestinamente prosseguido a usurpação de todo o Estado do Brasil, com um tão artificioso e tão violento progresso que, não sendo pronta e eficazmente atalhado, se faria dentro do espaço de menos de dez anos inacessível e insuperável a todas as forças da Europa unidas. Havendo (em ordem a um fim de tão indispensável necessidade) exaurido todos os meios que podiam caber na união das Supremas Jurisdições, Pontifícia e Régia; por uma parte reduzindo os sobreditos Regulares à observância do seu Santo Instituto por um próprio e natural efeito da Reforma à minha Instância ordenada pelo Santo Padre Benedito XIV de feliz recordação e pela outra parte apartando-os da ingerência nos negócios temporais, como eram a administração secular das Aldeias e o domínio das Pessoas, Bens e Comércio das Índias daquele continente. Por outro igualmente próprio e natural efeito das saudáveis Leis que estabeleci e excitei a estes urgentíssimos respeitos. Havendo por todos estes modos procurado que os

sobreditos Regulares, livres de contagiosa corrupção com que os tinha contaminado a hidrópica sede dos governos profanos, das inquisições de terras e estados e dos interesses mercantis, servissem a Deus e aproveitassem ao Próximo como bons e verdadeiros Religiosos e Ministros da Igreja de Deus, antes que pela total depravação dos seus costumes, viesse a acabar necessariamente nos mesmo Reinos e seus Domínios uma Sociedade que neles entrara dando exemplos e que havia sempre sido tão distintamente protegida pelos Senhores Reis Meus Gloriosíssimos Predecessores, e pela minha real e sucessiva Piedade. E havendo todas as minhas sobreditas diligências ordenadas à conservação da mesma Sociedade sido por ela contestadas e invalidados os seus pios e naturais efeitos por tantos, tão estranhos e tão inauditos atentados, como foram, por exemplo, o com que à vista e face de todo o Universo, declararam e prosseguiram contra Mim nos mesmos Domínios Ultramarinos, a dura e aleivosa guerra que tem causado um tão geral escândalo, o com que dentro do meu mesmo Reino suscitarão também contra mim as sedições intestinas, com que armaram para a última ruína da minha Real Pessoa os meus mesmos Vassallos, em que acharam disposições para os corromperem, até os precipitarem no horroroso insulto perpetrado na noite de três de Setembro do ano próximo precedente, com abominação nunca imaginada entre os Portugueses e o com que depois que erraram o fim daquele execrando golpe contra a minha Real Vida, que a Divina Providência preservou com tantos e tão decisivos milagres, passaram a atentar contra a minha Fama a cara descoberta, maquinando e difundindo por toda a Europa, em causa comum com os seus sócios das outras Regiões, os infames agregados de disformes e manifestas imposturas, que contra os mesmos Regulares tem retorquido a universal e prudente indignação da mesma Europa. Nesta urgente e indispensável necessidade de sustentar a minha Real Reputação, em que consiste a Alma vivificante de toda a Monarquia que a Divina Providência me devolveu para conservar indemne e ilesa a autoridade que é inseparável da sua independente soberania, de manter a paz pública dos meus Reinos e Domínios e de conservar a tranquilidade e interesses dos meus fiéis e louváveis Vassallos, fazendo cessar neles tantos e tão extraordinários escândalos e protegendo-os e defendendo-os contra as intoleráveis lesões de todos os sobreditos insultos e de todas as funestas consequências que a impunidade deles não poderia deixar de trazer após si. Depois de ter ouvido os Pareceres de muitos Ministros doutos, religiosos e cheios de zelo da honra de Deus, do meu Real serviço e decoro

e do Bem comum dos meus Reinos e Vassallos que houve por bem consultar e com os quais fui servido de conformar-me. Declaro os sobreditos Regulares na referida forma corrompidos, deploravelmente alienados do seu santo Instituto e manifestamente indispostos com tantos, tão abomináveis, tão inveterados e tão incorrigíveis vícios para voltarem à observância dele, por Notórios Rebeldes, Traidores, Adversários e Agressores que têm sido e são actualmente contra a minha Real Pessoa e Estados, contra a paz pública dos meus Reinos e Domínios e contra o Bem comum dos meus fiéis Vassallos, ordenando que como tais sejam tidos, havidos e reputados. E os hei, desde logo, em efeito desta presente Lei por desnaturalizados, proscritos e exterminados, mandando que efectivamente sejam expulsos de todos os meus Reinos e Domínios para neles mais não poderem entrar. E estabelecendo debaixo de pena de morte natural e irremissível e de confiscação de todos os bens para o meu Fisco e Câmara Real, que nenhuma pessoa de qualquer estado e condição que seja, dê nos mesmos Reinos e Domínios entrada aos sobreditos Regulares ou qualquer deles, ou que com eles, junta ou separadamente, tenha qualquer correspondência verbal ou por escrito, ainda que hajam saído da referida Sociedade e que sejam recebidos ou Professos em quaisquer outras Províncias, de fora dos meus Reinos e Domínios, a menos que as Pessoas que os admitirem ou praticarem, não tenham para isso imediata e especial licença minha. Atendendo, porém, a que aquela deplorável corrupção dos ditos Regulares (com diferença de todas as outras Ordens Religiosas, cujos comuns se conservaram sempre em louvável e exemplar observância) se acha infelizmente no Corpo que constitui o governo e o comum da sobredita Sociedade. E havendo respeito a ser muito verosímil que nela possa haver alguns Particulares Individuos daqueles que ainda não haviam sido admitidos à Profissão solene, os quais sejam inocentes, por não terem ainda feito as provas necessárias para lhes confiarem os horríveis segredos de tão abomináveis conjurações e infames delitos. Nesta consideração, não obstante os Direitos comuns da Guerra e da Represália, universalmente recebidos e quotidianamente observados na praxe de todas as Nações civilizadas, segundo os quais Direitos todos os individuos da sobredita Sociedade, sem excepção de algum deles, se acham sujeitos aos mesmos procedimentos, pelos insultos contra Mim e contra os meus Reinos e Vassallos, cometidos pelo seu pervertido governo. Contudo, reflectindo a minha benigníssima Clemência na grande aflicção que hão-de sentir aqueles dos referidos *Particulares*

que havendo ignorado as maquinações dos seus Superiores, se virem proscritos e expulsos, como parte daquele Corpo infecto e corrupto, permito que todos aqueles ditos *Particulares* que houverem nascido nestes Reinos e seus domínios, ainda não solenemente professos, os quais apresentarem Demissórias do Cardeal Patriarca Visitador e Reformador Geral da mesma Sociedade, porque lhes relaxe os Votos Simples que nela houverem feito, possam ficar conservados nos mesmos Reinos e seus Domínios, como Vassallos deles, não tendo, aliás, culpa pessoal provada que os inabilite. E para que esta minha Lei tenha toda a sua cumprida e inviolável observância e se não possa nunca relaxar pelo lapso de tempo em comum prejuízo numa tão memorável e necessária disposição: estabeleço que as transgressões dela fiquem sendo casos de Devassa para delas inquirirem presentemente todos os Ministros Civis e Criminaes nas suas diversas jurisdições, conservando sempre abertas as mesmas Devassas, a que agora procederem, sem limitação de tempo e sem determinando número de testemunhas. E dando conta de assim o haverem observado e do que resultar das suas inquirições ao Ministro Juiz da Inconfidência, sem o que aos sobreditos Magistrados se possam dar por correntes as suas residências, enquanto não apresentarem certidão do referido Juiz da Inconfidência. E esta se cumprirá como nela se contém. Pelo que mando à Mesa do Desembargo do Paço, Regedor da Casa da Suplicação, ou quem seu cargo servir, Conselheiros da Minha Real Fazenda e dos meus Domínios Ultramarinos, Mesa da Consciência e Ordens, Senado da Câmara, Junta do Comércio destes Reinos e seus Domínios, Junta de Depósito Público, Capitães Gerais, Governadores, Corregedores, Juizes e mais Officiais de Justiça e Guerra, a quem o conhecimento desta pertence, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém, sem dúvida ou embargo algum e não obstante quaisquer Leis, Regimentos, Alvarás, Disposições ou Estilos contrários, que todas e todos Hei por derogados, como se deles fizesse individual e expressa menção, para este efeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor Manuel Gomes de Carvalho, Desembargador do Paço, do meu Conselho e Chanceler – Mor destes meus Reinos. Mando que a faça publicar na Chancelaria e que dela se remetam cópias a todos os Tribunais, Cabeças de Comarcas e Vilas destes Reinos, registando-se em todos os lugares onde se costumam registrar semelhantes Leis. E mandando-se o original para a Torre do Tombo. Dada no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, aos três de Setembro de mil setecentos e cinquenta e nove = Rei = *Conde de Oeiras*.

Lei por que Vossa Majestade é servido de exterminar, procrever e mandar expulsar dos seus Reinos e Domínios os Regulares da Companhia denominada de Jesus, a proibir que com eles se tenha qualquer comunicação verbal ou por escrito, pelos justíssimos e urgentíssimos motivos acima declarados e debaixo das penas nela estabelecidas.

Para Vossa Majestade ver. = *Filipe José da Gama* a fez.

Registada na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino no livro das Cartas, Alvarás e Patentes a fls. 52. Nossa Senhora da Ajuda, a 4 de Setembro de 1759. = *Joaquim José Borralho* = *Manuel Gomes de Carvalho*.

Foi publicada esta Lei na Chancelaria Mor da Corte e Reino. Lisboa, 3 de Outubro de 1759 – *D. Sebastião Maldonado*.

Registada na Chancelaria Mor da Corte e Reino no livro das Leis a fls. 128. Lisboa, 3 de Outubro de 1759 = *Rodrigo Xavier Álvares de Moura*.

Foi impressa na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.

Anexo 10 - Propriedades da Companhia de Jesus no Brasil

Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil (ASSUNÇÃO, 2004, p. 505-506)

Amazônia

Colégio São Alexandre

Fazenda São Caetano, Mannaiacu, Curuçá

Residência Casas Forte Manaus

Igreja São Francisco Xavier da Mãe de Deus

Maranhão

Colégio Nossa Senhora da Luz, Tapuitapera

Residência da Madre de Deus

Seminário Guanaré

Igreja Nossa Senhora da Luz

Ceará

Seminários Fortaleza, Aquirás

Piauí

Fazendas Capela Grande, Capela Pequena, Outras.

Seminário R. Paraíba

Paraíba

Seminário São Gonçalo

Igreja São Gonçalo

Pernambuco

Colégio Olinda, Recife

Seminário Recolhimento do Coração de Jesus de Iguaruçu

Igreja Olinda, Recife, das Congregações

Engenhos Monjope, Nossa Senhora da Luz, Cotunguba, Quinta da Madalena, Aima, Barreto

Alagoas

Fazenda Urubu

Sergipe

Fazenda Aracaju, Tejupeba, Jaboatão

Bahia

Colégios Soledade, Ilhéus, Porto Seguro, Nossa Senhora da Ajuda

Fazenda Santa Ana, Santa Inês, Santa Ana

Seminários Jiquitaria Maior, Nossa Senhora da Conceição, Belém

Igreja São Francisco, Morro Galeão

Engenhos Quinta do Tanque, Sergipe do Conde, Pitanga, Cotejipe, Camamu

Espírito Santo

Colégio Santiago

Fazenda Muribeca, Carapina, Itapoca

Igreja São Maurício

Engenho Araçatiba

Rio de Janeiro

Colégio Morro do Castelo, Campos dos Goitacazes